

Plano estadual de prevenção e controle do desmatamento no Acre





Governo do Estado do Acre
Secretaria de Estado de Planejamento
Secretaria de Estado de Meio Ambiente

PLANO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NO ACRE

1ª Edição

Rio Branco - Acre
2010

PLANO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DOS DESMATAMENTOS DO ACRE

© SEMA
1ª Edição - 2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Acre. Governo do Estado do Acre

Plano estadual de prevenção e controle do desmatamento do Acre – PPCD/AC / Governo do Estado do Acre. - Rio Branco: SEMA Acre, 2010.

108p.

1. Desmatamento – Meio Ambiente – Acre (Estado). 2. Meio ambiente – Gestão – Acre (Estado). 3. Desmatamento – Controle – Acre (Estado). I. Título. II. Acre, Governo do Estado do.

Bibliotecária: Vivyanne Ribeiro das Mercês Neves CRB-11/600

CDD. 333.7516098112

Capa: Márcio Braga- MX DESIGN
Diagramação: David Villanova - MX DESIGN

ENDEREÇO:

Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA

Rua Benjamin Constant, 856 – Centro

Rio Branco – Acre – Brasil CEP: 69.900-160

Fone: 55 (0xx68) 3224 - 3990 / 7127

Fax: 55 (0xx68) 3223 - 3447

Email: sema@ac.gov.br

Arnóbio Marques de Almeida Júnior
Governador do Estado do Acre

Carlos César Correia de Messias
Vice-Governador do Estado do Acre

Fábio Vaz
Secretário de Governo

Carlos Alberto Ferreira de Araújo
Secretário de Estado de Articulação Institucional

Júlia Feitosa
Assessora Gabinete Governador

Nilton Luiz Cosson Mota
Secretário de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar

Mauro Jorge Ribeiro
Secretário de Estado de Agropecuária

Carlos Ovídio Duarte Rocha
Secretário de Estado de Floresta

Eufraim Ferreira do Amaral
Secretário de Estado de Meio Ambiente

Cleísa Brasil da Cunha Cartaxo
Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre

Felismar Mesquita
Diretor do Instituto de Terras do Acre

Paulo Roberto Viana de Araújo
Diretor Presidente do Instituto de Defesa
Agropecuária e Florestal do Estado do Acre

Iraílton Lima
Diretor do Instituto Dom Moacir

João César Dotto
Secretário de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia
Diretor Presidente da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre

Maria de Nazareth Mello de Araújo Lambert
Procuradora Geral do Estado

Dra. Márcia Regina de Souza Pereira
Secretária de Estado de Segurança Pública

Rodrigo Fernandes das Neves
Procurador de Meio Ambiente do Estado

Aníbal Diniz
Secretário de Estado de Comunicação

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

Departamento de Mudanças Globais

Msc. Mônica Julissa De Los Rios de Leal
Coordenadora de Departamento

Marcos Catelli Rocha - Eng. Florestal
Chefe da Divisão de Práticas Sustentáveis

Eldiane Quintino
Técnica em Gestão Ambiental

Assessoria Técnica de Gabinete

Eugênio de Sousa Pantoja
Msc. Antonio William Flores de Melo

Pedro de Almeida Salles - Eng. Florestal
Consultor MMA/SEMA/PNUD

Colaboradores

Luís Meneses
Carlos Valério Gomes - Pesquisador
Dra. Monika Röper – GTZ

EQUIPE SEMA

Edson Alves de Araújo
Conceição Marques de Souza
Marta Nogueira Azevedo
Roberto Tavares
Cynara Melo
Átila de Araújo Magalhães
Maria Aparecida de Oliveira Azevedo Lopes
Silvana Maria Lessa de Souza
Jakeline Bezerra Pinheiro
Sarah Zaire Lima
Janaina Silva de Almeida
Hellenne Silva de Albuquerque
Madeleine Maia da Luz Gomes
Maria Antônia Zabala de Almeida
Maria Marli Ferreira da Silva
Adriano Alex Santos e Rosário
Ricardo Melo de Souza
Marcelo de Oliveira Latuf
Nadir Dantas
Mirlailson Andrade
Paula Andrea Morelli Fonseca
Maria Lúzia Falcão de Freitas
Rosana Cavalcante dos Santos
Edvaldo Araújo Paiva

EQUIPE SEAPROF

Ronei Sant'Ana de Menezes
Tony John de Oliveira

EQUIPE IBAMA

Diogo Selhorst
Renato Magalhães
Franciane Fontenele
Júlio Raposo

EQUIPE IMAC

João Aníbal Lopes Coelho
Sebastião Fernando Ferreira Lima
Vinícius Otsubo
Roberto França
Ivo Pérciles
Rosemeire Freitas
Marcos Araújo
Marcela Castro
Rômulo Souza
Kassem Migueis
Geucilene Barros

EQUIPE SEF

João Paulo Mastrangelo
Sílvio Luíz Lopes Guedes
Marky Lowel de Brito
Michele de Azevedo Pinto
Marilda Brasileiro
Gabriel Naif Andrieli

EQUIPE ITERACRE

Cledson de Freitas Sobrinho
laley Azevedo da Silva
Walderlins Moreira Maia

EQUIPE FUNTAC/UCEGEO

Joentina Nakamura
Lúcio Flávio Zacanela do Carmo

EQUIPE SEAP

Lourival Marques

EQUIPE INCRA

Aristóteles B. Medeiros



Este plano foi aprovado em reunião do Coletivo dos Três Conselhos (Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – CEMACT, Conselho Estadual Florestal – CEF, e o Conselho de Desenvolvimento Rural Florestal Sustentável – CDRFS) no dia 22 de julho de 2009, na qual estiveram presentes os seguintes membros:

1. Cleisa Brasil da Cunha Cartaxo - Instituto de Meio Ambiente do Acre;
2. João Cesar Dotto e Tânia Lucia Guimarães - Fundação de Tecnologia do Estado do Acre;
3. Carlos Henrique Lima - Secretaria de Estado de Esporte Turismo e Lazer;
4. Iraiton Lima de Souza - Secretaria de Estado de Educação;
5. Nilton Luiz Cosson Mota e Ronei Sant'Ana de Menezes - Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar;
6. Tiago Ramzi - Ministério Público Estadual;
7. Arthur Cezar Pinheiro Leite - Associação dos Municípios do Acre;
8. Diogo Selhorst - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis;
9. Lúcia Helena de Oliveira Wadt e Luciano Arruda Ribas - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
10. Adelaide de Fátima Gonçalves de Oliveira - Federação das Indústrias do Estado do Acre;
11. Assuero Doca Veronez e Jefferson Lunardelli Cogo - Federação da Agricultura do Estado do Acre;
12. Eduardo Amaral Borges - Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre / PESACRE;
13. Maria Sebastiana Oliveira Miranda - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Acre;
14. Sílvia Helena Costa Brilhante - SOS Amazonia;
15. Helio Guedes V. Silva, Kelceane de Souza Azevedo e Cássia Souza de Melo - Centro de Trabalhadores da Amazônia;
16. Alexandre de Souza Tostes - Secretaria de Estado de Planejamento;
17. Carlos Ovídio Duarte Rocha e Sílvia Guedes - Secretaria de Estado de Floresta;
18. Eufran Ferreira do Amaral, Eugênio Pantoja, Carolina Gama, Marcos Catelli Rocha, Willian Flores e Maria Luzia Falcão de Freitas - Secretaria de Estado de Meio Ambiente;
19. Felismar Mesquita Moreira -, Instituto de Terras do Acre;
20. Rodrigo Fernandes das Neves, Danielle Formiga e Nayana Feltrini - Procuradoria Geral do Estado do Acre;
21. Arcângelo João Limana e Romeu de C. A. Neto - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
22. José Maria Barbosa - Conselho Nacional dos Seringueiros;
23. Alberto Tavares Pereira Junior - Fundo Mundial para a Natureza – WWF Brasil;
24. Nei S. Braga Gomes - Conselho Regional de Engenharia - Arquitetura e Agronomia – CREA;
25. Dionísio Barbosa de Aquino - Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários;
26. Cláudio Alberto Selivon - Associação das Indústrias de Madeira de Manejo Florestal do Estado do Acre;
27. Adson José Quintana de Freitas - Associação das Indústrias de Madeira de Manejo Florestal do Estado do Acre;
28. James Jerônimo da Costa - Banco da Amazônia;
29. Pedro de Almeida Sales - Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Estado de Meio Ambiente;
30. Emerson Gomes
31. Fabrício Bianchini – Comissão Pró-Índio / ACRE
32. Nazaré Soares – Ministério de Meio Ambiente;
33. Jean Paul Ledair e Doris Cordevo – União Internacional para a Conservação da Natureza;
34. Turid B. R. Eusébio e Patricia Benthien - Embaixada da Noruega;
35. Luis Meneses e Debora Almeida - Núcleo Maturi;
36. Fábio Vaz, Chiquinho Alves e Julia Feitoza - Governo do Acre;
37. Marina Silva, Jane Vilas Boas, Marcos Fernando e Genézia Vasconcelos - Senado
38. Jorge Zimmermann - Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas;
39. Érika Fernandes Pinto – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Brasília



APRESENTAÇÃO

A elaboração do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento do Acre – PPCD/AC resulta de parceria firmada entre o Governo do Estado do Acre e o Governo Federal com apoio da Embaixada da Noruega, por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA/SECEX/DPCD) e tem como objetivo garantir reduções expressivas, consistentes e duradouras nas taxas de desmatamento do Estado do Acre, assumindo uma meta voluntária de redução das taxas de desmatamento em 80%, o equivalente a 3649 km² de desmatamento evitado até o ano de 2020, e das emissões de gases de efeito estufa em aproximadamente 165 milhões de toneladas de CO² equivalentes.

O Plano está de acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAM, do Programa Amazônia Sustentável – PAS e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e está estruturado em três eixos temáticos: ordenamento territorial e fundiário, cadeias produtivas e práticas sustentáveis e monitoramento e controle. Desta forma pretende-se aumentar a competitividade de produtos sustentáveis do setor agropecuário e florestal em mercados nacionais e internacionais, bem como, a melhor utilização de áreas já desmatadas, credenciando o Estado a configurar entre os membros do Conselho Orientador do Fundo Amazônia – COFA e envolver o Estado do Acre em mecanismos de cooperação internacional da ONU sobre mudanças climáticas e conservação da biodiversidade, entre outros.

Essa estratégia está alicerçada no Zoneamento Ecológico – Econômico do Acre através de seus dois planos: Plano de Valorização do Ativo Ambiental Florestal e Plano de Recuperação de Áreas Alteradas, que têm por objetivo fomentar a consolidação das áreas já desmatadas, a recuperação de áreas degradadas, a consolidação de plantios florestais, a regularização

de passivos ambientais florestais em imóveis rurais, bem como a consolidação de um arranjo de certificação de unidades rurais produtivas familiares sustentáveis.

Assim, o PPCD/AC integra planos, programas e ações estratégicas do Governo do Estado do Acre com os esforços e estratégias das esferas municipal e federal de governo, visando o fortalecimento dos instrumentos de prevenção e controle do desmatamento e da degradação florestal. Busca-se consolidar a gestão ambiental compartilhada para superar os diferentes fatores e vetores que contribuem para fomentar o desmatamento, e assim promover o desenvolvimento sustentável no Estado do Acre.

Vinculado ao Projeto PNUD BRA 08/003 – Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Brasileira e Cadastamento Ambiental Rural Municipal, o processo de elaboração do PPCD/AC esteve sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, a qual contou com o apoio das demais instituições governamentais estaduais e federais envolvidas com a consolidação do desenvolvimento sustentável no Estado do Acre, entre elas o IBAMA, INCRA, EMBRAPA, UFAC, INPE, e das Secretarias Municipais de Meio Ambiente.

O plano também reflete as demandas e perspectivas do Setor Privado e da Sociedade Civil que participaram da elaboração deste plano através de oficinas de consulta. Nestas oficinas foram discutidos os objetivos, diretrizes, contextualização, conteúdo programático e arranjo de governança previsto para sua implementação e acompanhamento. Este processo de consulta culminou com a submissão deste plano à apreciação dos 3 Conselhos Deliberativos do Estado do Acre: Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – CEMACT, Conselho Florestal Estadual – CFE e Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Flo-



restal Sustentável – CDRFS, sendo, posteriormente, aprovado por seus conselheiros em reunião extraordinária conjunta realizada em Rio Branco, em julho de 2009.

O PPCD/AC reafirma o compromisso do Governo do Estado em definir e fazer cumprir metas de redução das taxas de supressão da

cobertura florestal do Acre, em consonância com as aspirações brasileiras de eliminação dos desmatamentos ilegais na Amazônia, e de acordo com as metas de redução nas emissões de gases do Efeito Estufa causadas pelos desmatamentos pactuadas âmbito do Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas.



SUMÁRIO

Introdução	13
PARTE I: DINÂMICA DO DESMATAMENTO E PRINCIPAIS VETORES.....	18
1.1. Histórico de Ocupação do Estado do Acre.....	18
1.2. Características do Desmatamento	19
1.2.1. Distribuição do Desmatamento.....	19
1.2.2. Desmatamento por Unidades de Destinação de Uso da Terra.....	21
1.3. Passivo Ambiental	22
1.4. Vetores que influenciam no desmatamento do Estado	24
1.5. Áreas críticas de desmatamento	26
1.6. Queimadas e incêndios florestais: uso do fogo para a produção de alimentos por populações tradicionais e produtores familiares em assentamentos florestais.....	27
PARTE II: PLANO DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO DO ACRE	
PPCD/AC	32
2.1. Objetivo Geral	33
2.2. Proposta de Meta de Redução do Desmatamento	33
2.2.1. Linha de Base para Redução do Desmatamento	33
2.2.2. Metas de Redução das Emissões do Desmatamento.....	34
2.2.3. Redução das Emissões do Desmatamento para o Estado do Acre.....	34
2.3. Diretrizes Estratégicas para o PPCD/AC	34
2.4. Eixos, ações e metas do PPCD... ..	36
2.4.1. Ordenamento Territorial e Fundiário.....	37
2.4.1.1. Programas, projetos, ações, metas e resultados esperados.....	38
2.4.2. Cadeias Produtivas Agroflorestais e Práticas	41
2.4.2.1. Programas, projetos, ações, metas e resultados esperados.....	43
2.4.3. Monitoramento, Controle e Fiscalização	53
2.4.3.1. Programas, projetos, ações, metas e resultados esperados.....	55
2.4.4. Ações Estruturantes	58
2.4.4.1. Programas, projetos, ações, metas e resultados esperados.....	59
2.5. Estratégia de Implementação e Governança.....	63
2.6. Estimativas de Custo.....	65
2.7. Contribuição das oficinas de consulta para implementação do PPCD-AC	66
2.7.1. Principais resultados das oficinas de consulta pública.....	67
PARTE III: PRINCIPAIS POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL RELACIONADAS AO PPCD	74
3.1. Arcabouço legal da gestão ambiental e territorial no Acre	74
3.1.2. Arranjo Jurídico-Legislativo Ambiental	76
3.2. Políticas e Programas de Ordenamento Territorial e Fundiário	76
3.2.1. Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/AC Fase II) e Programa Estadual de Ordenamento Territorial.....	76
3.2.2. Programa Estadual de Ordenamento Territorial	78
3.2.3. Plano de Ação para o Ordenamento Territorial da BR-364, trecho Feijó - Manuel Urbano.....	81
3.2.4. Regularização Fundiária	84
3.2.4.1. Diagnóstico Fundiário na Região da Tríplice Fronteira – RTF.....	84
3.2.4.2. Pontos críticos e problemas a serem resolvidos	85
3.2.5. Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas - SEANP	87
3.2.5.1. Novas Unidades de Conservação	89



3.2.6. Plano Estadual de Recursos Hídricos - PLERH.....	90
3.3. Políticas e Programas relacionados ao eixo de Cadeias Produtivas Agroflorestais e Práticas Sustentáveis	91
3.3.1. Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal.....	91
a) Programa de Recuperação de Áreas Alteradas – PRAA.....	92
I. Projeto de Reflorestamento (Florestas Plantadas).....	92
II. Viveiro de produção de mudas para reflorestamento	93
III. Projeto de Recomposição de Áreas Alteradas.....	93
b) Programa do Ativo Florestal.....	93
I. Projeto de Regularização do Passivo	93
II. Projeto de Gestão de Florestas	94
III. Projeto de Certificação da Unidade Produtiva Familiar Sustentável	96
IV. Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.....	97
V. Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais.....	97
3.4. Políticas e Programas de Monitoramento, Controle e Fiscalização	98
3.4.1. Sistema Estadual de Informações Ambientais - SEIAM	98
3.4.2. Controle e Fiscalização.....	99
I. Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais.....	99
II. Licenciamento do Desmatamento	99
III. Licenciamento do Manejo Florestal	100
IV. Sistema DOF e Reposição Florestal	101
V) Ações integradas de controle desmatamento e queimadas	101
3.4.3. Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais.....	102
3.4.4. Plano de Ação para Regularização e Licenciamento Ambiental dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.....	102
3.5. Outras Iniciativas Relevantes	102
3.5.1. Gestão Ambiental Compartilhada	102
3.5.2. Unidade Central de Geoprocessamento – UCEGEO	103
Lista de Siglas	104



INTRODUÇÃO

O Brasil abriga a maior floresta tropical do planeta, onde se concentra a maior diversidade de vida e de culturas tradicionais e indígenas, de onde se originam ventos úmidos que se transformam em chuvas em outras terras, de onde brotam águas que compõem o maior rio do planeta Terra, e onde estão também nossas maiores jazidas minerais, recursos florestais madeireiros e não-madeireiros, e recursos genéticos¹.

A Amazônia Legal brasileira tem sido foco de grande atenção nacional e internacional. Estima-se que até 1980 o desmatamento alcançava cerca de 300 mil km², o equivalente a 6% de sua área total. Nas décadas de oitenta e noventa, cerca de 280 mil km² foram incorporados à área desmatada. Nos primeiros anos da década atual, o ritmo intensificou-se, totalizando em uma área acumulada de 732 mil km² em julho de 2007, o equivalente a aproximadamente 15% de toda a sua área, ameaçando seriamente o processo de desenvolvimento sustentável para a região².

O desmatamento na Amazônia é consequência de processo de ocupação do território brasileiro que começou a quase 500 anos. Está relacionado, portanto, às raízes da economia e da sociedade brasileira. A ocupação territorial do Brasil, que já levou ao desmatamento de quase 93% da Mata Atlântica desde a metade do século XX, consolida agora seu avanço sobre a Floresta Amazônica.

Entre os principais fatores que tem contribuído para esse cenário temos: subsídios e incentivos fiscais voltados à atividade agropecuária; especulação imobiliária; assentamentos humanos realizados sem nenhum planejamento; falta de uma política agrícola voltada para os pequenos e médios produtores rurais; inexistência de assistência técnica adequada para atender a demanda da região; implantação e integração de eixos rodoviários; e rentabilidade de atividades econômicas, como a extração madeireira, a pecuária e, mais recentemente, a agroindústria.

O Estado do Acre, com uma superfície territorial de 164.221,36 Km² (16.422.136 ha), correspondente a 4% da área amazônica brasileira e a 1,9% do território nacional (IBGE, ITERACRE, 2006), detém aproximadamente 88% de sua cobertura florestal original³. Além dos consensos acerca da necessidade de eliminação dos desmatamentos ilegais e redução nas taxas de desmatamento da Floresta Amazônica, a discussão sobre limitações ao uso do fogo no Estado vem ganhando espaço desde o ano de 2005, quando incêndios florestais resultaram na destruição de mais de 250 mil hectares de floresta e mais de 200 mil hectares de áreas abertas queimadas, configurando em um prejuízo ambiental estimado em torno de R\$ 250 milhões⁴.

O Mapa de Gestão Territorial do Estado, resultado da segunda fase do Programa do Zone-

¹ Plano Amazônia Sustentável, Diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira – PAS, Governo Federal, 2008.

² INPE, PRODES. (Fonte: Plano Amazônia Sustentável – PAS, Governo Federal, 2008)

³ ZEE Fase II, Governo do Estado do Acre, 2006.

⁴ Meneses Filho, L. & Almeida, D.. Análise de contexto e de atores na região da fronteira MAP – Brasil. Rio Branco, 2008.



amento Ecológico-Econômico, reflete essa visão estratégica do governo e da sociedade acreana sobre o novo estilo de desenvolvimento local e regional que se pretende construir. As especificidades culturais e a reivindicação de participação das comunidades locais salientam cada vez mais o papel das mesmas na construção de soluções locais para uma sociedade sustentável.

Assim, o ZEE/AC assume papel fundamental para concretização desse sonho, pois, além de consolidar uma gestão pública baseada em processos de descentralização, empoderamento, diálogo e negociação entre governo, sociedade civil e setor privado, tem a atribuição de fornecer subsídios para orientar políticas públicas relacionadas ao planejamento de uso e ocupação do território, adaptando-as às realidades locais específicas⁵.

A partir da aprovação do ZEE/AC em 2007, poder público, setor privado e sociedade civil passaram à elaboração e um arranjo de políticas públicas que incorporasse suas diretrizes, critérios e instrumentos e que, a partir de alternativas sociais, produtivas e ambientalmente adequadas, garantisse sua consolidação como instrumento de planejamento e gestão territorial e ambiental, contribuindo para o ordenamento do uso do solo no Estado e para regularização de passivos ambientais florestais.

Desses trabalhos resulta a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, que vem sendo implementada desde setembro de 2008, por meio de estratégia conjunta das secretarias e autarquias que compõem a área de desenvolvimento sustentável do Governo Estadual, integrada com as Prefeituras municipais e o movimento social organizado.

Essa política está alicerçada em dois planos: Plano de Valorização do Ativo Ambiental

Florestal e Plano de Recuperação de Áreas Alteradas, que têm por objetivo fomentar a consolidação das áreas já desmatadas (com inserção de práticas mais sustentáveis como SAFs, sistemas agrosilvipastoris), a recuperação de áreas degradadas, a consolidação de plantios florestais, a regularização de passivos ambientais florestais em imóveis rurais, bem como a consolidação de um arranjo de certificação de unidades rurais produtivas familiares sustentáveis.

A elaboração do Plano de Prevenção e Controle dos Desmatamentos do Acre – PPCD/AC, com apoio do Ministério do Meio Ambiente e do Governo do Reino da Noruega, tem por objetivo integrar os planos, programas e ações estratégicas do Governo do Estado do Acre com os esforços e estratégias das esferas municipal e federal de governo, visando o fortalecimento dos instrumentos de prevenção e controle do desmatamento e da degradação florestal.

Busca-se consolidar a gestão ambiental compartilhada para superar os diferentes fatores e vetores que contribuem para fomentar o desmatamento, e assim promover o desenvolvimento sustentável no Estado do Acre, com foco na comunidade e pautado na implementação do ZEE/AC, com preservação e conservação de seu ativo socioambiental e florestal.

Espera-se, dessa forma, contribuir para consolidação deste grande esforço federativo de valorização da diversidade sociocultural e ecológica da Amazônia; de redução das desigualdades regionais; de combate ao desmatamento e exploração madeireira ilegal; de prevenção e controle de incêndios florestais; de conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos; e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

⁵ ZEE/AC, Fase II, Governo do Estado do Acre, 2006.









PARTE





DINÂMICA DO DESMATAMENTO E PRINCIPAIS VETORES

1.1. Histórico de Ocupação do Estado do Acre

O Acre foi um antigo território boliviano incorporado ao Brasil no final do século XIX. Essa anexação foi motivada pela extração da borracha por migrantes brasileiros. A integração do Acre ao território brasileiro ocorreu por meio da Revolução Acreana seguida de um acordo diplomático com a Bolívia.

Por quase cem anos, a condição de vida dos seringueiros foi extremamente precária, em virtude dos reduzidos preços pagos pelos atravessadores da borracha, especialmente após o declínio do comércio deste produto no início do século XX. Durante esse período, a economia da região ficou restrita ao extrativismo não-madeireiro (em especial, borracha e castanha-do-Brasil). As relações comerciais eram realizadas pelo sistema de “aviamento” que se caracteriza por trocas desiguais entre produtos da floresta (extraídos pelos seringueiros) e os bens externos, tais como grãos, sal, combustível e roupas, fornecidos pelos patrões.

Nos anos 70, as políticas de governo ligadas ao Plano de Integração Nacional da Amazônia (PIN) favoreceram o avanço da ocupação do Estado do Acre como uma estratégia de soberania nacional. Entre as iniciativas que favoreceram migrações para o Estado destacam-se os Projetos de Colonização Dirigida (PAD), a construção de rodovias e o incentivo à aquisição de terras por grupos empresariais do Sul do país (nacionais e estrangeiros).

Os processos de ocupação desencadeados com os projetos estabelecidos no Acre trouxeram modificações substanciais para a cobertura e uso da terra, que foram acompanhadas, quase sempre, por desmatamentos para a implantação de novas atividades. A idéia central de ocupação era a de que, retirando a floresta, garantia-se a propriedade da terra.

Os seringais foram os primeiros a serem atingidos. Muitos foram vendidos para a formação de grandes fazendas agropecuárias e, por consequência, os seringueiros perdiam áreas de produção.

A situação fundiária, com graves conflitos resultantes da concentração de terras por alguns latifundiários e grileiros, a pressão para colonização de novas áreas, o desmatamento como forma de ocupação e valorização das terras, entre outros fatores, acabaram gerando um movimento de resistência dos seringueiros.

Os seringueiros se organizaram para resistir à invasão das florestas das quais dependiam. Entre os anos 1970 e 1990, os seringueiros organizaram um forte movimento social em defesa da floresta. Em 1988, Chico Mendes, o líder mais conhecido do movimento, foi assassinado por um fazendeiro na região de Xapuri. Este movimento teve um importante resultado para o uso, manejo e a conservação das áreas protegidas no Brasil, diz respeito a inclusão de outra modalidade de unidade de conservação, que possibilita o uso sustentável dos recursos naturais pelas comunidades, trata-se das Reservas Extrativistas.

Este processo histórico de ocupação somado às complexas questões fundiárias, como falta de informações cadastrais e de apropriação das terras, resultado dos processos de incorporação do Acre ao Brasil e de terem sido reconhecidos os títulos expedidos por diferentes administrações nacionais e internacionais, como o Governo do Estado do Amazonas, as Repúblicas da Bolívia e do Peru e o ex – Estado Independente do Acre, tem sido determinantes nas formas de ocupação do território do Acre e na distribuição do desmatamento por unidade de uso da terra.



1.2. Características do Desmatamento

Segundo os dados do Programa de Estimativa do Desmatamento da Amazônia – PRODES, o Estado do Acre apresentava, até 2008, 12% (19.353,5 km²) de seu território com florestas convertidas em outros usos da terra. A evolução da taxa de desmatamento mostra picos no ano de 1995 e 2003, bem como uma redução nos últimos três anos, sendo registrada a menor taxa de desmatamento no ano de 2007 (Figura 01).

1.2.1. Distribuição do desmatamento

Apesar de possuir tamanho patrimônio em ativos florestais (88% do território), no Acre as áreas naturais desmatadas e convertidas para agricultura e pecuária estão desequilibradamente distribuídas entre seus municípios e territórios. Regiões como o Alto e Baixo Acre apresentam milhares de produtores rurais que se encontram em condição de irregularidade perante a legislação florestal. Segundo dados do PRODES, 70% do desmatamento do Estado



Figura 01. Evolução da taxa de desmatamento do Acre entre 1988 a 2008. (a) Média entre 1977 e (b) Média entre 1993 e 1994.
Fonte: PRODES 2009

Comparando-se as taxas do Acre e da Amazônia, percebe-se que as médias anuais do Acre têm se mantido abaixo das médias para a Amazônia desde 1996 e também acompanhando o declínio do desmatamento que se observa em toda a região a partir do ano de 2004 (Figura 02).

até 2008 se concentra nas regionais do Alto e Baixo Acre (52% e 18% respectivamente), em função da acessibilidade de transportes por rodovias federais e estaduais, da concentração de projetos de assentamento e de solos com características favoráveis à implantação de atividades agropecuárias.

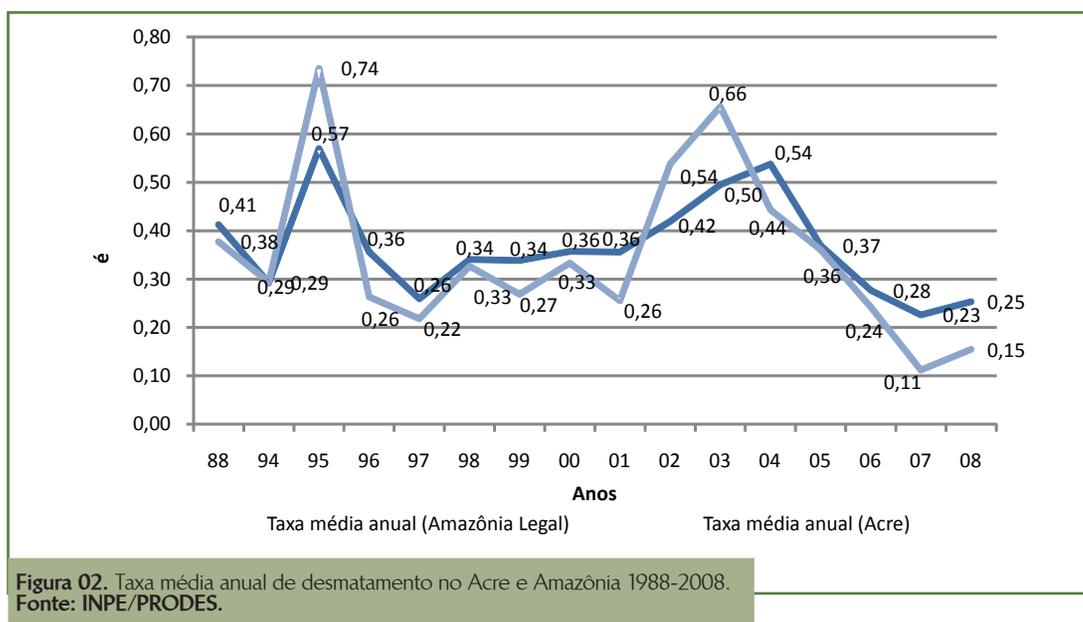


Figura 02. Taxa média anual de desmatamento no Acre e Amazônia 1988-2008.
Fonte: INPE/PRODES.



Com relação ao percentual de área de cada regional que já foi convertida a outros usos, as regionais do Alto e Baixo Acre que ocupam 23,23% do Estado são as que têm maior percentual de suas áreas desmatadas com 22% e 45% respectivamente. As regionais de Tarauacá-Envira e Purus que ocupam 57,26% do território são as que apresentam menor percentual de sua área já desmatadas com 4% (Figura 03).

Da mesma forma, com o asfaltamento da BR-364 no trecho entre Sena Madureira e Manuel Urbano, a Regional do Purus consegue manter uma pequena área convertida, principalmente em função de condições edáfo-climáticas desfavoráveis e grande número de áreas protegidas.

A estratificação dos dados de desmatamento por município mostra, para o ano de

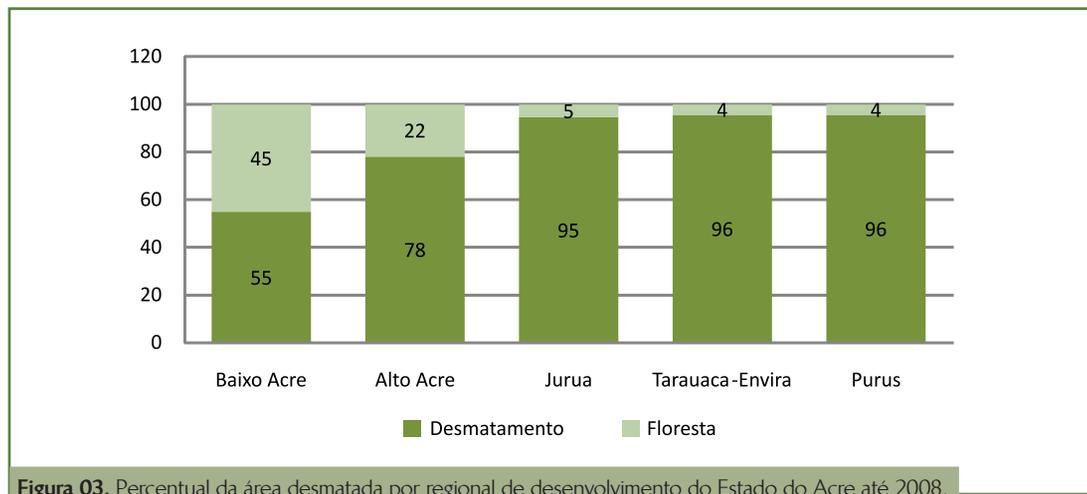


Figura 03. Percentual da área desmatada por regional de desenvolvimento do Estado do Acre até 2008.
Fonte: PRODES, 2008.

A partir da conclusão asfaltamento da BR-364, espera-se que haja uma maior pressão sobre as florestas que margeiam esta rodovia na regional do Alto Acre. A regional do Tarauacá e Envira a partir do asfaltamento da BR-364 até Cruzeiro do Sul pode ser um pólo potencial de desmatamento.

O isolamento dos municípios da regional do Juruá garante uma baixa taxa de conversão.

2008, uma maior taxa de conversão nos municípios de Sena Madureira, seguida por Rio Branco, Tarauacá e Feijó, estes dois últimos pertencentes à regional de Tarauacá – Envira que historicamente é uma das regionais com menor desmatamento. Os municípios com menor incremento do desmatamento são Mâncio Lima, Santa Rosa do Purus e por último Assis Brasil (Figura 04).

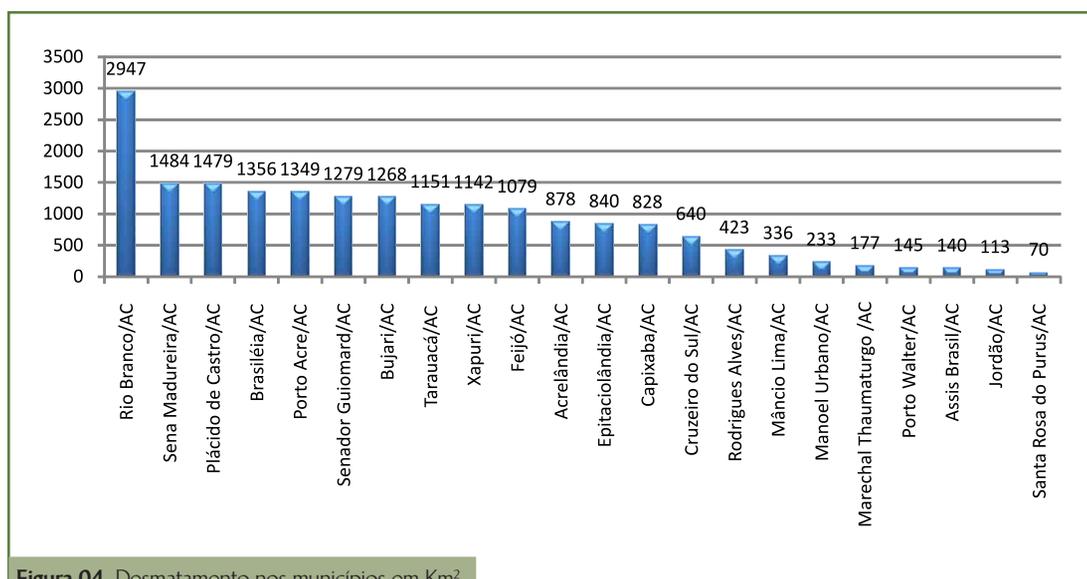


Figura 04. Desmatamento nos municípios em Km².
Fonte: PRODES, 2008.



No município de Assis Brasil, apesar da acessibilidade através da BR-317 concluída em 2002, a destinação de maior parte do seu território é para unidades de conservação o que determina uma menor taxa de conversão e também faz com que este município apresente menor percentual de sua área desmatada.

Com relação à extensão do desmatamento por município, vemos que Rio Branco é o município que tem maior área desmatada (2947 km²) seguido por Sena Madureira (1484 km²). Os municípios de Jordão e Santa Rosa do Purus são os que apresentam menor área desmatada.

Um dos fatores determinantes para registrar menor desmatamento nos municípios de

Jordão e Santa Rosa é que estes são, junto com Marechal Thaumaturgo e Porto Walter, os municípios mais isolados do Estado cujo acesso se dá apenas por via aérea ou fluvial (Figura 5).

1.2.2. Desmatamento por Unidades de Destinação de Uso da Terra

Analisando os dados do PRODES do ano 2007 por destinação de uso da terra, mostra que 63% do desmatamento daquele ano ocorreram em Projetos de Assentamento (34%) e em Área de Particulares (29%). A área destinada a terras indígenas foi a que apresentou menor área desmatada naquele ano, 1% (Figura 06).

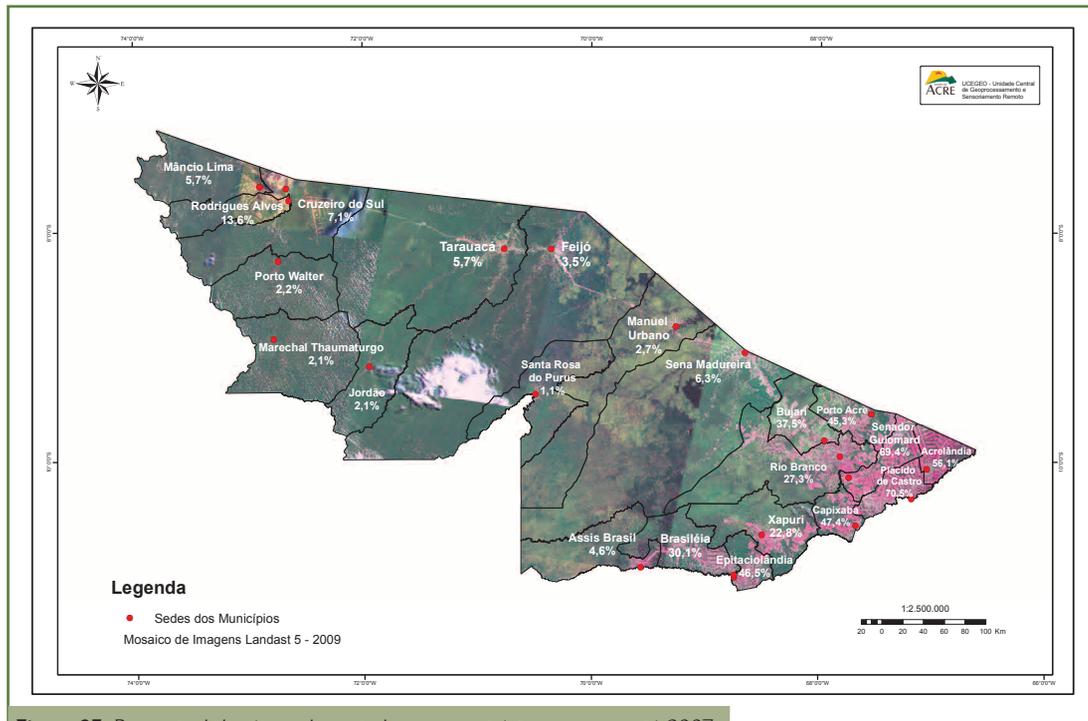


Figura 05. Percentual das áreas desmatadas nos municípios acreanos até 2007. Fonte: UC GEO, 2009.

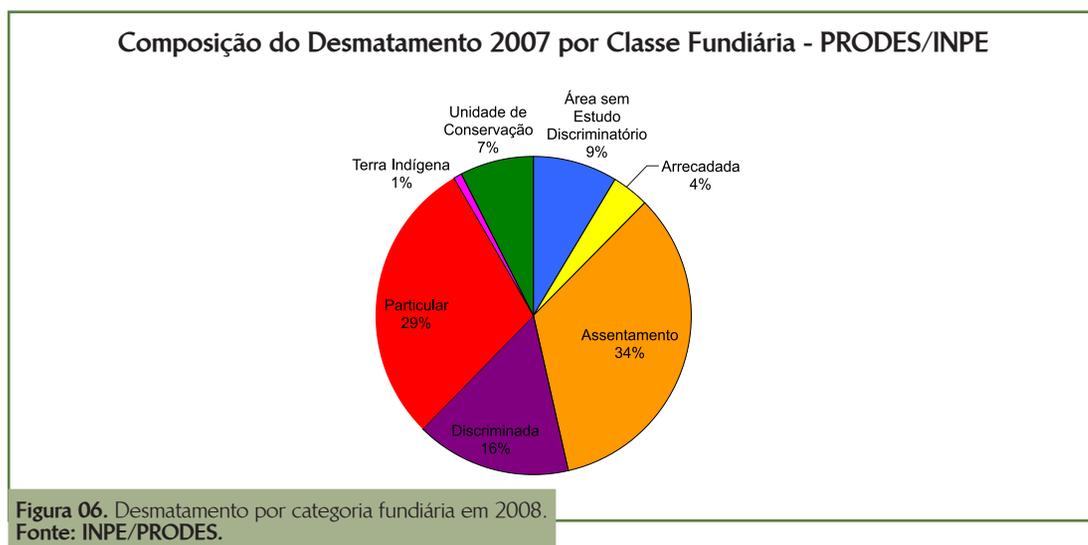


Figura 06. Desmatamento por categoria fundiária em 2008. Fonte: INPE/PRODES.



As áreas destinadas a projetos de assentamento representam 55,47% do território do Estado e já tiveram 42% de suas áreas convertidas para outros tipos de uso enquanto as áreas de particulares que cobrem 30,95 % do Estado têm 19% de suas áreas desmatadas. As Terras Indígenas e Unidades de Conservação foram às unidades de uso da terra com menor percentual de suas áreas desmatadas, 1% e 2 % respectivamente (Figura 07).

território do estado, excetuadas as áreas naturais protegidas, permite-se estimar que o Acre possuía aproximadamente 6.000 (seis) mil km² de florestas remanescentes, além das Reservas Legais.

Em termos de passivo ambiental florestal até 2004, conclui-se que as regionais do Baixo e Alto Acre são as mais críticas. Já as regionais do Purus, Tarauacá/Envira e Juruá, considerando-se o cálculo geral por regional, estariam em



Figura 07. Percentual de área desmatada em cada Unidade de Uso da Terra até 2008. Fonte: IMAC/SEMA.

1.3. Passivo Ambiental

O Código Florestal (Lei nº 4771/65) estabeleceu a partir de 2000, para toda propriedade rural com florestas na Amazônia legal, um percentual de 80% de Reserva Legal (RL). Até então, vigorava o percentual de 50% de RL. A RL não se aplica sobre áreas naturais protegidas, portanto, os 80% devem ser aplicados sobre as áreas rurais excluídas as terras situadas em unidades de conservação (exceto APA) e Terras Indígenas.

Até 2004, o Acre, fora das Áreas Naturais Protegidas, ainda possuía 85,72% de suas florestas em pé. Aplicando-se os 80% sobre todo

condições muito mais favoráveis, uma vez que possuíam ativos florestais expressivos. A regional do Purus tinha um ativo florestal global de aproximadamente 3,2 mil km²; o ativo de Tarauacá/Envira era de 5,8 mil km² e a do Juruá de 2,1 mil km².

Com esses dados é possível dizer que as regionais do Alto e Baixo Acre são as que deverão ser objeto de prioridade na busca de soluções para regularização de passivos ambientais florestais de curto prazo. A regional do Alto Acre possuía um passivo florestal global da ordem de 1,36 mil km² enquanto que o passivo do Baixo Acre chegava a 4,18 mil km² (Tabela 01).

MUNICÍPIO/REGIONAL	ÁREA TOTAL FORA DE UC	RL DEVIDA 80%	REMANESCENTE FORA DE ANP (2004)	ATIVO (PASSIVO)
ALTO ACRE				
Epitaciolândia	1.630	1.304	964	340
Brasileia	2.367	1.893	1.358	535
Xapuri	1.781	1.425	932	492
Assis Brasil	1.903	1.522	1.812	289
Sub-Total Regional	7.681	6.144	5.066	1.367
BAIXO ACRE				
Senador Guiomard	1.806	1.445	693	751
Plácido de Castro	2.055	1.644	752	892
Acrelândia	1.609	1.287	869	418
Capixaba	1.661	1.329	961	367
Porto Acre	2.923	2.338	1.844	493
Bujari	3.031	2.425	1.954	470
Rio Branco	7.511	6.009	5.218	791
Sub-Total Regional	20.596	16.477	12.291	4.182

continua...



PURUS				
Sena Madureira	13.027	10.422	12.027	1.605
Manoel Urbano	4.928	3.942	4.770	827
Santa Rosa do Purus	4.030	3.224	4.013	789
Sub-Total Regional	21.985	17.588	20.810	3.221
TARAUACÁ/ENVIRA				
Tarauacá	10.676	8.541	9.894	1.353
Feijó	20.902	16.721	20.144	3.422
Jordão	5.694	4.555	5.652	1.097
Sub-Total Regional	37.272	29.817	35.690	5.872
JURUÁ				
Cruzeiro do Sul	5.840	4.672	5.328	656
Mâncio Lima	2.573	2.058	2.387	328
Marechal Thaumaturgo	1.956	1.565	1.945	380
Porto Walter	3.795	3.036	3.702	666
Rodrigues Alves	2.221	1.777	1.855	78
Sub-Total Regional	16.385	13.108	15.217	2.108

Tabela 01: Passivos e ativos florestais dos municípios acreanos.
Fonte: Lima, 2006.

Os projetos de assentamentos com maiores porcentagens de áreas desmatadas estão concentrados na região leste do Estado (Figura 08) e 86% deles apresentam mais de 20% de suas áreas desmatadas (Tabela 02).

A resolução do CONAMA 387/06 e o Acórdão nº 2633/2007 – Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), de 05 de dezembro de 2007, impedem a implantação de novos assentamentos sem a emissão de Licença Prévia

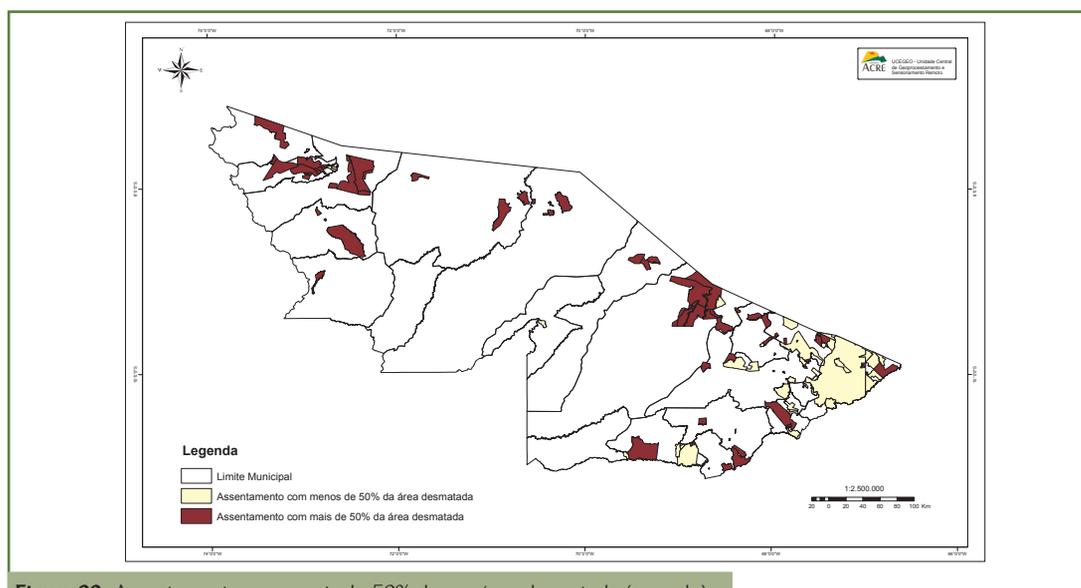


Figura 08. Assentamentos com mais de 50% da sua área desmatada (amarelo).
Fonte: UC GEO, 2009.

CATEGORIA	QUANTIDADE	ÁREA TOTAL		ÁREA DESMATADA	
		Hectares	%	Hectares	%
PA	71	484.192,90	40,7	244.204,60	50,4
PAD	05	628.973,30	52,9	425.650,10	67,7
PAR	02	71.247,50	06	29.619,70	41,5
PCA	03	665,8	0,1	561,6	84,4
PE	11	3.270,20	0,3	2.743,90	83,9
Total	92	1.188.529,70	100	702.780,00	59,1

PA=Projetos de Assentamento; PAD=Projetos de Assentamento Dirigido; PAR=Projetos de Assentamento Rápido; PE=Projeto Estadual Pólo Agroflorestal; PCA=Projeto Casulo.

Tabela 02. Tipos de projetos de assentamento, área total e área total desmatada.
Fonte: Francilino, 2009.



(LP) pelo órgão ambiental e torna condicionante que seja resolvido o passivo florestal dos assentamentos já implantados.

Atualmente a Superintendência do INCRA no Acre tem uma demanda de 98 assentamentos para serem licenciados em todo estado. Segundo representantes do Grupo Técnico Ambiental – GTA/INCRA, atualmente apenas 03 assentamentos possuem Licença de Operação, enquanto 48 outros tiveram processos protocolados no IMAC e aguardam parecer técnico.

1.4. Vetores que influenciam no desmatamento do Estado

Historicamente as estradas pavimentadas na Amazônia ao longo de seu trajeto originam impactos de 50 km a cada lado do seu eixo principal (Nepstad, et. al, 2006). Os principais vetores deste impacto são desmatamentos originados pelas atividades econômicas da pecuária, agricultura em pequena e grande escala e atividade madeireira (Nepstad, et al 2005)⁶.

A pavimentação das BRs 364 e 317 (Inter-Oceânica), que conectam o Acre com os portos do Oceano Pacífico no Peru, consolidará dois eixos de integração que podem vir a promover a abertura de novas frentes de desmatamento no Estado do Acre, caso sejam mantidos os padrões “business as usual”, de desenvolvimento.

Estes dois eixos, já determinam a distribuição do desmatamento no Estado, uma vez que os municípios que estão localizados ao longo destas rodovias são os que apresentam maiores taxas de desmatamento, concentrando-se principalmente nas áreas mais próximas destas rodovias (Figura 09).

Fatores como, especulação da terra, subsídios e incentivos fiscais, programas de crédito subsidiado (FNO, PRONAF), rentabilidade da pecuária e dinâmica expansiva dos mercados da carne estão associados, em maior ou menor grau, à expansão do rebanho bovino na Amazônia nas últimas décadas⁷.

Outro aspecto importante que influencia o desmatamento no Estado é que ainda existem áreas sem ordenamento territorial e regularização fundiária. Além de problemas estruturais relacionados às terras devolutas, outros aspectos que dificultam os trabalhos de regularização fundiária são: falta de um cadastro eficiente e georreferenciado de detentores de títulos; falta de compatibilidade entre o cadastro de terras estadual e os diversos cadastros federais (INCRA, IBAMA, FUNAI); quadro técnico subdimensionado em relação ao desafio; e altos custos associados ao georreferenciamento de imóveis rurais conforme normas técnicas do INCRA e as condições de acessibilidade nas áreas de concentração de desmatamento.

No Acre o desmatamento está destinado, principalmente, a implantação de pastagens para atividade pecuária extensiva. As áreas ocupadas por pastagens no Estado correspondiam a aproximadamente 70% do total desmatado em 1989, passando para 81% em 2004. A taxa de crescimento das pastagens no período foi de 54,4 mil hectares/ano, o que demonstra uma expansão da atividade pecuária no Estado.

Embora os agentes de desmatamento para implantação desta atividade tenham sido grandes e médios pecuaristas, dados recentes mostram que pequenos produtores têm contribuído significativamente no desmatamento nos últimos anos.

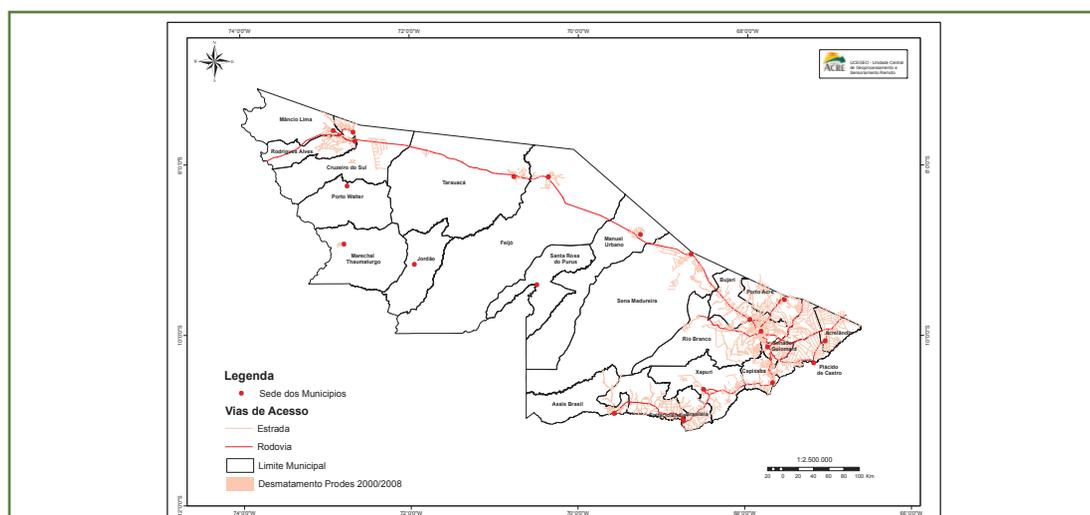


Figura 09. Mapa do desmatamento do estado com limites municipais, nomes dos municípios e as estradas e ramais.

⁶ Citados por IPAM & Consórcio MABE (2009)

⁷ Alencar, A., et al.. Desmatamento na Amazônia: indo além da emergência crônica. Belém, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM, 2004.



Em 2004 capoeiras de diferentes idades e origens, fruto da agricultura migratória e abandono de pastagens, ocupavam 13,1% do território, enquanto atividades agrícolas correspondiam a apenas 3,5% do total desmatado⁸. Conforme (Tabela 03), observa-se que em termos relativos, as áreas com agricultura e capoeira ocupavam a maior extensão na regional do Juruá (10,4% e 20,5% respectivamente). As pastagens ocupavam a maior parte da área convertida na regional do Tarauacá/Envira (89,9% da área desmatada). A agricultura teve sua área de cultivo diminuída entre 1989 e 2007⁹.

Em 2007 o rebanho chegou a 2,3 milhões de cabeças¹⁰ dos quais 89% concentravam-se nos municípios das regionais do Alto Acre, Baixo Acre e Purus, especialmente no município de Rio Branco, onde se localizam a maior parte das propriedades rurais (79%)¹¹ e é o município com maior área desmatada.

O crescimento do efetivo bovino com base na intensificação dos sistemas de produção esteve associado à adoção de tecnologias que contribuíram para o prolongamento da vida produtiva média das pastagens, passando de 3-5 anos para 10-20 anos, e também para o

REGIONAL	COBERTURA DO SOLO						
	Agricultura	Capoeira	Espelho De Água	Pastagem	Urbana	Praia	Total
ALTO ACRE	3,6	11,6	1,1	83,4	0,3	0	100
BAIXO ACRE	2,2	15,1	1,1	80,6	1	0	100
PURUS	1,9	10,4	4,4	82,7	0,4	0,2	100
TARAUACÁ/ENVIRA	4,2	4	1,5	89,8	0,5	0	100
JURUÁ	10,4	20,5	1,9	65,6	0,6	1	100

Tabela 03: Cobertura do solo nas áreas antropizadas nas regionais do Estado do Acre - 2004.
Fonte: Oliveira & Bardales, 2006.

A evolução da pecuária no Estado esteve associada com o crescimento das áreas com pastagens e, principalmente, à intensificação dos sistemas de produção. Entre 1990 e 2005, o rebanho bovino do Acre cresceu 478%, enquanto que os índices do desmatamento tem apresentado um decréscimo anual desde 2003 (Figura 10).

aumento da sua capacidade média de suporte, passando de 1,1 cabeças/hectare em 1970 para 1,54 cabeças/hectare em 2004. Este aumento de 38% na taxa de lotação das pastagens permitiu evitar o desmatamento de 630.000 hectares de florestas para a implantação de pastagens no Acre entre 1970 e 2004¹².

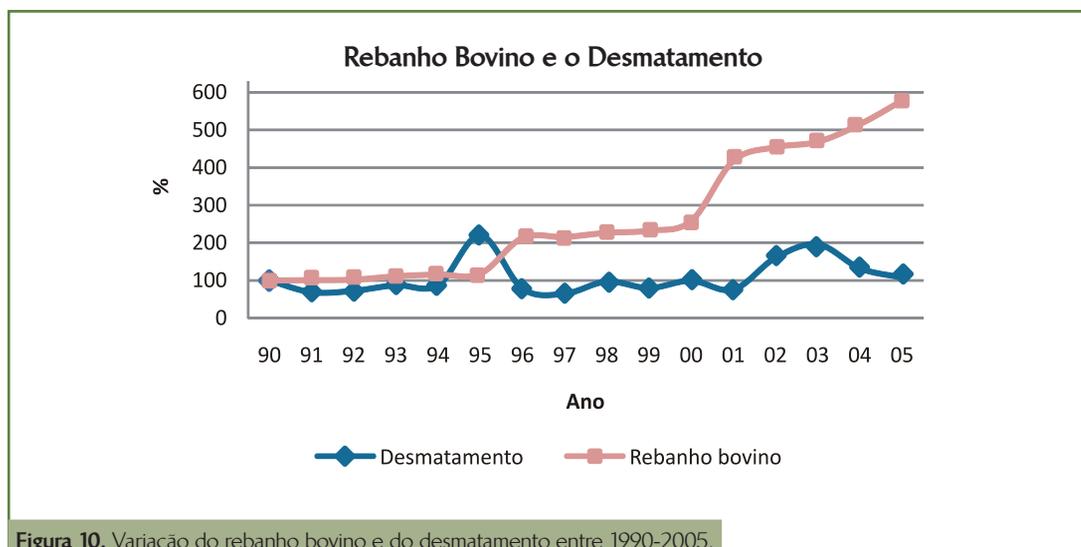


Figura 10. Variação do rebanho bovino e do desmatamento entre 1990-2005.
Fonte: MAPA, PRODES, Censo Agropecuário IBGE 2006.

⁸ Oliveira, H. de; Bardales, N. G.. Aptidão natural de uso da terra no Estado do Acre. Zoneamento Ecológico Econômico: Fase II. Rio Branco: SEMA, 2006.

⁹ Franke, I.L., Manejo Florestal Madeireiro e Contenção do Desmatamento no Estado do Acre. Secretaria de Estado de Florestas. Rio Branco, 2008.

¹⁰ Produção da Pecuária Municipal – 2007. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: <http://www.ibge.gov.br>.

¹¹ Meneses Filho, L. & Almeida, D. Análise de contexto e de atores na região da fronteira MAP – Brasil. Rio Branco, 2008.

¹² ZEE/AC, Fase II, Governo do Estado do Acre, 2006.



Entretanto, apesar dos ganhos em capacidade de suporte e longevidade das pastagens, a taxa de lotação observada nos diferentes municípios acreanos não é proporcionalmente distribuída. Os municípios de Sena Madureira, Rio Branco, Xapuri e Bujari apresentam altas taxas de lotação de pastagens (acima de 02 cabeças/ha). Enquanto que os municípios da porção ocidental do Estado apresentam baixas taxas de lotação (até 1,0 cabeça por hectare). Também existem de áreas ociosas que ainda não possuem rebanho bovino. De acordo com o Cadastro de Propriedades e do Rebanho Bovino do Acre, existiam 1.431 propriedades com pastagens e sem rebanho no Estado em novembro de 2005.

A expectativa, com o uso de tecnologias já validadas junto a pequenos, médios e grandes produtores, recuperando e implantando pastagens com gramíneas e leguminosas recomendadas pela Embrapa Acre, é que aumente a capacidade de suporte das pastagens. Em experiências de implementação destas tecnologias a capacidade de suporte apresentada tem sido de até 3 cabeças de gado por hectare, quando manejadas em sistemas de pastejo rotacionado. Isso pode contribuir para aumentar a produtividade, a rentabilidade e, principalmente, a sustentabilidade dos sistemas de produção pecuários no Acre, podendo chegar a alimentar um rebanho superior a 4,3 milhões de cabeças de gado na área de 1,45 milhões de hectares de pastagens já existentes em 2006¹³.

No entanto, somente cerca de 40% dos pequenos, médios e grandes produtores do Acre adotaram tecnologias que proporcionassem mais produtividade e rentabilidade da pecuária, além de reduzir os impactos ambientais dessa atividade. O baixo nível tecnológico e o manejo inadequado, com altas taxas de lotação adotado pela maioria dos produtores, vêm causando a degradação das pastagens dessas propriedades¹⁴. Estudos da EMBRAPA em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA indicam que o problema da morte da *Brachiaria brizantha* cultivar Marandu poderá resultar na degradação de mais de 500 mil hectares de pastagens nos próximos anos no Estado, caso os produtores não ajam preventivamente introduzindo espécies forrageiras adaptadas nessas pastagens.

O Governo do Estado do Acre, em parceria com a EMBRAPA, Banco da Amazônia, Fe-

deração da Agricultura e Pecuária do Estado, FUNDEPEC, SENAR, SEBRAE, Superintendência Federal de Agricultura e diversas organizações não-governamentais vem desenvolvendo um programa que visa converter os sistemas de produção pecuários extensivos em sistemas mais produtivos, rentáveis e sustentáveis. Este programa prioriza a recuperação de mais de 400 mil hectares de áreas de pastagens degradadas ou mal aproveitadas, beneficiando 17 mil produtores familiares que desenvolvem a pecuária. Desta forma, gerando renda esperasse reduzir as pressões de desmatamento e fomentar a produção de leite no Estado, permitindo substituir a importação anual de mais de R\$ 100 milhões em leite longa vida, queijos e iogurte.

1.5. Áreas críticas de desmatamento¹⁵

Segundo estudo realizado pelo IPAM (2009), que identifica áreas críticas de desmatamento nas áreas de influência das estradas BR-364 e BR-317 (50 km para cada lado do eixo rodoviário) nos estados do Acre, Rondônia e Amazonas, a partir dos dados do PRODES até 2007; em menos de 30 anos após a construção das rodovias, as áreas desmatadas correspondiam a 68% dos 133.000 Km² mapeados (Figura 11). O Estado do Acre teve a maior participação no trecho estudado, com 63% do desmatamento mapeado.

No estudo, foram utilizadas informações da série histórica do PRODES/INPE de 2000 a 2007, e dos cenários de desmatamento para os anos de 2010 a 2030, obtidos pelo programa SimAmazônia¹⁶, que incorpora os softwares DINAMICA e Vensim. Esses dados foram trabalhados a partir do cruzamento de diversas variáveis associadas ao desmatamento, como estradas, hidrografia, limites e sedes municipais, estrutura fundiária, potencial florestal e pecuária.

Estimativas de desmatamento definidas com base nos limites políticos dos municípios podem, entretanto, não identificar as regiões que são potenciais ao avanço do desmatamento. Por esse motivo, foi elaborado um mapa com as áreas de maior concentração do desmatamento para os anos de 2007 e 2030. O resultado deste mapa ofereceu uma visualização melhor sobre sua dinâmica e seu avanço ao longo da área de influência das estradas.

¹³ EMBRAPA – Abate bovino inspecionado no Acre cresce 85% no primeiro trimestre de 2007.

¹⁴ BITENCOURT, M.B. et al; A Inserção da Pecuária Bovina de Corte no Acre e sua Participação no PIB do Agronegócio Brasileiro no Período de 1998 a 2007.

¹⁵ Identificação de áreas críticas ao longo das estradas BR 364 e 317, estados do Acre, Rondônia e Amazonas. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM & Consórcio MABE, 2009.

¹⁶ Soares-Filho B. S.a et al; Modeling conservation in the Amazon basin. London, 2006.



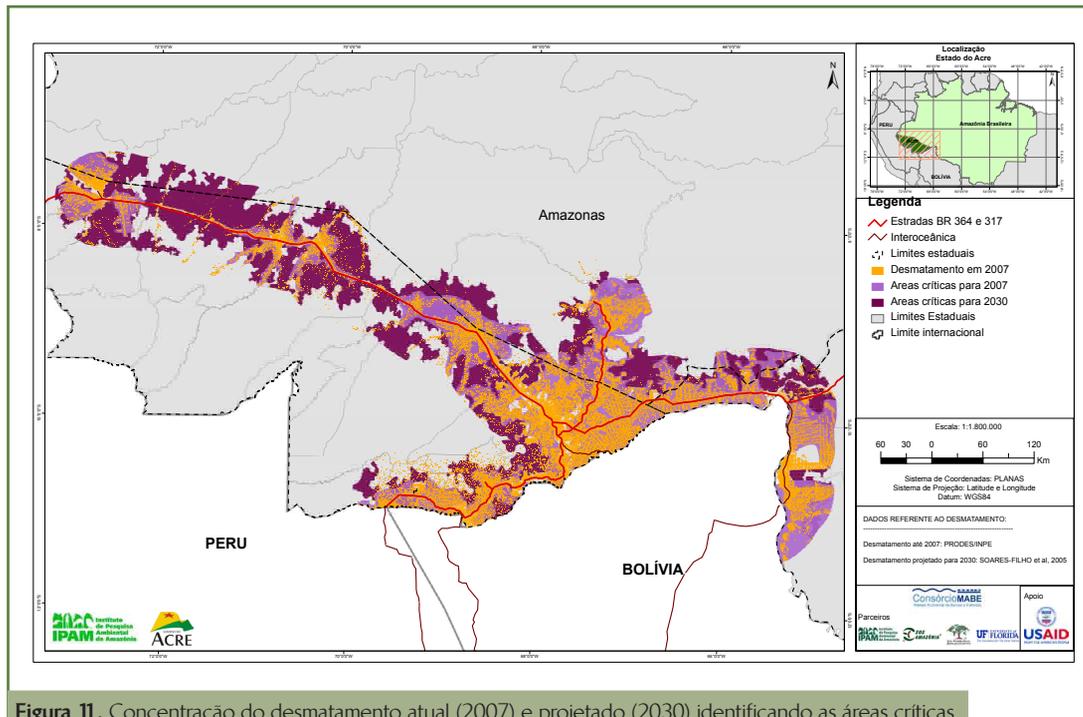


Figura 11. Concentração do desmatamento atual (2007) e projetado (2030) identificando as áreas críticas.
Fonte: IPAM, 2009

Este mapa aponta tendências do avanço do desmatamento para a região do alto Purus e Juruá (trecho Rio Branco a Cruzeiro do Sul). No trecho da estrada BR-364 (municípios de Sena Madureira a Feijó), observa-se um avanço maior do desmatamento projetado. Este resultado pode estar associado à abertura de novas frentes agrícolas com a pavimentação da estrada.

O mapa final das regiões mais vulneráveis foi obtido então a partir do resultado do cruzamento das outras variáveis citadas, e é apresentado a seguir (Figura 12). Tal cruzamento de informações determinou regiões mais críticas classificadas em cinco categorias em termos de nível de criticidade: extremo (8%), alto (18%), relevante (26%), moderado (23%) e baixo (24%).

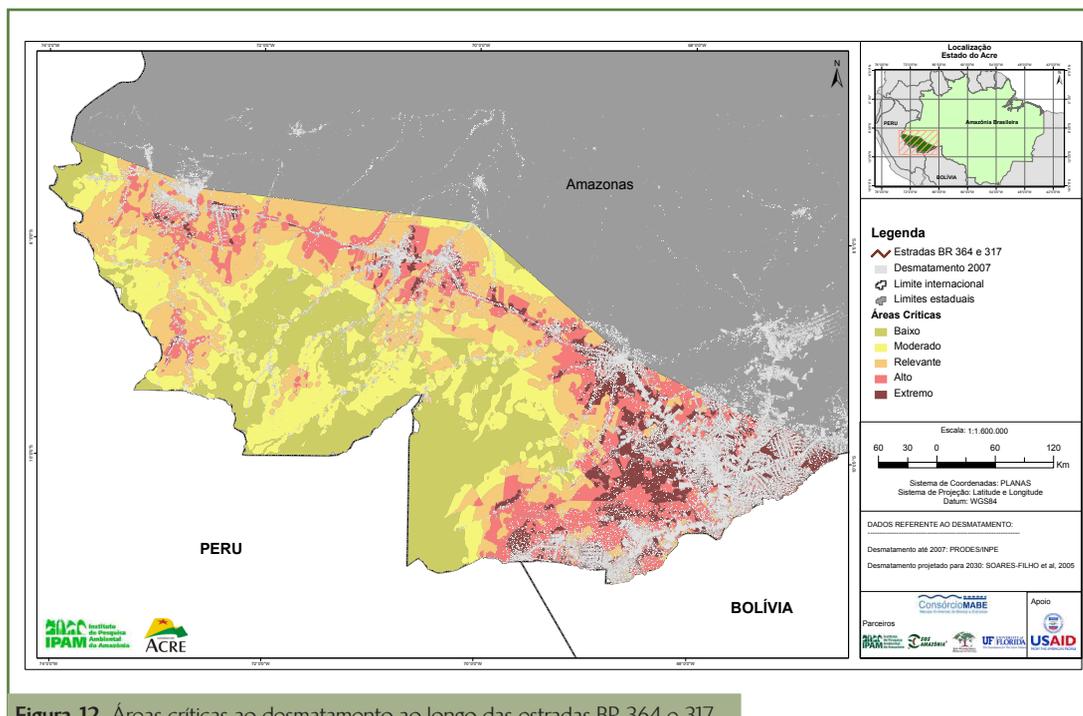


Figura 12. Áreas críticas ao desmatamento ao longo das estradas BR 364 e 317.
Fonte: IPAM, 2009



Foram identificadas quatro áreas prioritárias: região 1 entre os municípios de Epitaciolândia e Xapuri – AC; região 2 município de Capixaba e seu entorno – AC; região 3 entre os municípios de Feijó e Tarauacá – AC; e região 4 município de Boca do Acre – AM e seu entorno. Nestas regiões são necessários trabalhos de planejamento regional e ordenamento territorial, bem como ações para recuperar áreas degradadas e mitigar os impactos negativos que as estradas asfaltadas vêm originando antes, durante e após o asfaltamento.

1.6. Queimadas e incêndios florestais: uso do fogo para a produção de alimentos por populações tradicionais e produtores familiares em assentamentos florestais

Impactos associados à exploração madeireira e aos incêndios florestais são fatores geradores de degradação florestal. São consideradas por alguns autores formas “ocultas” de desmatamento. Na Amazônia, a relação entre o desmatamento (corte raso), a exploração madeireira e o incêndio florestal é íntima e deve ser levada em conta em qualquer ação de controle e ordenamento territorial¹⁷.

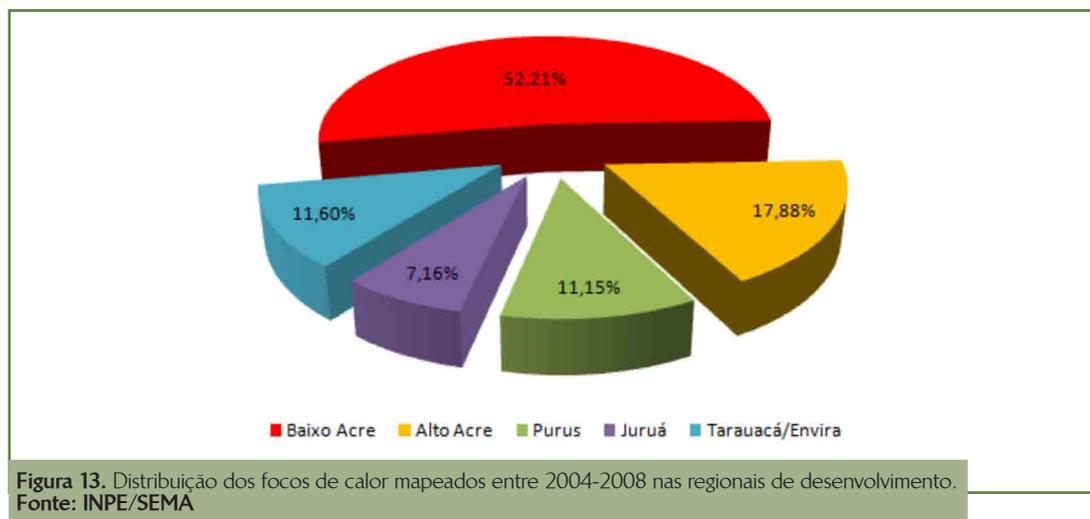
A exploração madeireira facilita alastramento de incêndios florestais ao romper a cobertura do dossel da floresta, permitindo que a radiação solar seque o solo úmido e a serrapilheira. A exploração também pode causar o aumento em até 200% na massa de resíduos lenhosos e finos que poderiam servir como combustível e potencializar incêndios. Pastagens e lotes agrícolas em áreas adjacentes, nos quais o fogo é

utilizado para limpeza e manutenção da terra, proporcionam fontes de ignição.

Uma vez queimada a floresta, sua capacidade de resistir a queimadas futuras é prejudicada. Assim, a degradação florestal pode entrar num ciclo de retroalimentação positiva, no qual uma queimada inicial aumenta a probabilidade de queimadas adicionais mais intensas. Essa progressão pode ser abreviada quando o fogo chega a florestas não exploradas, mas que estejam passando por períodos de seca prolongada com redução da cobertura do dossel (perda de folhas), causando grandes impactos, como em 2005 no Acre.

A seca de 2005 foi a mais severa dos últimos 34 anos e colocou a prova à capacidade da sociedade em reagir a desastres ambientais. Incêndios florestais resultaram na destruição de mais de 250 mil hectares de floresta e mais de 200.000 ha de áreas abertas queimadas, representando 8% do território das regionais do Purus, Alto e Baixo Acre, configurando em um prejuízo ambiental estimado em torno de R\$ 250 milhões¹⁸. Na RESEX Chico Mendes, 38.000 hectares de floresta foram queimados (mais que 4% da RESEX) e mais de 5.000 hectares de áreas abertas (mais que 0,5%) foram afetados pelas queimadas.

Os modelos climáticos sugerem que secas semelhantes àquela devem se tornar mais comuns nas próximas décadas. Nos últimos 20 anos, os níveis mais baixos do Rio Acre (<2 m), que corta Rio Branco, ocorreram em 2005, 2006 e 2007. Em agosto de 2008, o rio baixou até 1,93¹⁹. No outro extremo, em 2009, assim como em 2006, na época das chuvas o volume

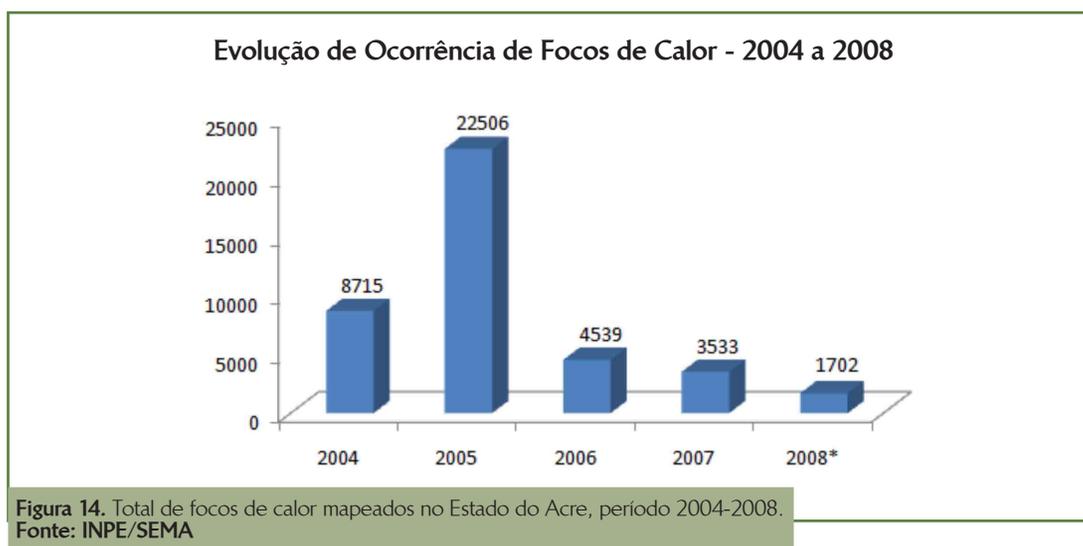


¹⁷ Alencar, A., et al. Desmatamento na Amazônia: indo além da emergência crônica, Belém, 2004.

¹⁸ Meneses Filho, L. & Almeida, D. Análise de contexto e de atores na região da fronteira MAP – Brasil. Rio Branco, 2008.

¹⁹ Avaliação Ambiental Projeto PROACRE, Secretaria de Planejamento e Secretaria de Meio Ambiente, Governo do Estado do Acre, outubro de 2008.





do Rio Acre subiu mais do que o esperado, alagando diversos bairros da cidade.

Segundo dados do ZEE/AC (2006) e conforme análise dos dados sobre focos de calor mapeados de 2004 a 2008 (Figura 13), a região leste do estado é a mais afetada pelas queimadas todos os anos, abrangendo os municípios de Acrelândia, Assis Brasil, Brasília, Bujari, Capixaba, Epitaciolândia, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Senador Guiomard e Xapuri. As regionais do Alto e Baixo Acre foram responsáveis por cerca de 70% dos focos de calor mapeados no período.

Conforme a Figura 14, dados de 2004-2008 (CPTEC/INPE) apontam para uma redução no número total de focos de calor mapeados no Estado. Esses dados são importantes diante da discussão sobre limitações ao uso do fogo no Estado, que vem ganhando espaço desde o ano de 2005, e resultou em uma ação mais contundente por parte dos Ministérios Públicos Federais e Estaduais em 2009.

Há um debate no Brasil e no Acre sobre a viabilidade da eliminação completa da agricultura de derruba e queima para a produção de alimentos por populações tradicionais e produtores familiares em assentamentos florestais e agroextrativistas.

A agricultura de derruba e queima faz parte das práticas das populações indígenas da Amazônia há milhares de anos. As características fisionômicas de grande parte das florestas de transição da Amazônia são interpretadas com resultado da ação antropogênica de sociedades pré-colombianas (Ballée & Campbell, 1990). De

fato, as áreas de florestas com palmeiras que cobrem cerca de 20 milhões de hectares na Amazônia parecem ser resultado de ação humana intensiva de uso dos ecossistemas nativos ao longo de milhares de anos (May et al., 1985). No Acre, a grande presença de florestas com palmeiras (Acre, 2006) e a existência de centenas de geoglifos (Schaan et al., 2008) confirmam a intensa presença e ação humana na formação das atuais tipologias florestais.

Atualmente, o estado ainda conta com aproximadamente 16.288 indígenas de diversas etnias, distribuídos em 35 terras indígenas, sendo algumas tribos isoladas. Possui, também cerca de 1.980 comunidades extrativistas com uma população de 80.000 extrativistas. Estas populações, ao longo do tempo, têm sido os verdadeiros guardiões das florestas e da soberania nacional. Para assegurar a sua sobrevivência, fazem uso dos recursos florestais e praticam a agricultura de derruba e queima para a produção de alimentos de origem vegetal, e, mais recentemente, para a criação de pequenos, médios e grandes animais.

É importante destacar que tanto nas reservas extrativistas quanto nas áreas indígenas, grande parte das áreas desmatadas é posteriormente deixada em pousio, na forma de capoeiras, como uma estratégia de regeneração da vegetação nativa que permite o acúmulo de carbono e outros nutrientes no solo provenientes da biomassa vegetal. Isto permite que estas áreas possam ser reutilizadas para atividades agrícolas após alguns anos.







PARTE

2





PLANO DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO DO ACRE - PPCD/AC

Nos últimos anos têm ocorrido grandes avanços na gestão ambiental no Estado do Acre, entre eles pode-se citar a reconstrução da estrutura e infra-estrutura do Governo, o avanço nos serviços sociais básicos e uma prioridade absoluta para educação. Foram instituídas normas claras e desenvolvidos instrumentos participativos para o uso dos recursos naturais, com destaque para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado – ZEE, segundo concluído na Amazônia.

A partir do zoneamento, o Acre teve o alicerce de planejamento de suas ações que tem como prioridade máxima, a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável local e regional, pautado no combate a pobreza e na elevação do bem estar da população, no dinamismo de uma economia de base florestal com a geração de emprego e renda, no fortalecimento da identidade e respeito à diversidade cultural e no uso dos recursos naturais com sabedoria. As iniciativas do Acre na área de desenvolvimento sustentável oferecem uma boa alternativa para consolidar as áreas desmatadas, valorizar a floresta e reduzir o desmatamento anual. No entanto, muitos desafios ecológicos, econômicos, culturais e políticos de longo prazo, ainda precisam ser superados.

Visando superar esses desafios, o governo do Acre instituiu a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal. Lançada em setembro de 2008, ela vem sendo implementada por meio de estratégia conjunta de secretarias e autarquias que compõem a área de desenvolvimento sustentável do Governo Estadual, integrada com as Prefeituras municipais e o movimento social organizado. Esta política tem por objetivo consolidar as áreas já desmatadas com inserção de práticas mais sustentáveis e a valorização da floresta em pé através de dois programas: o Programa de Recuperação de

Áreas Alteradas - PRAA e o Programa do Ativo Florestal – PAF.

Verificou-se a necessidade de um arranjo que pudesse estabelecer interfaces dos planos e programas instituídos com ações de fiscalização e controle ambiental, bem como de uma governança que possibilitasse ampla participação dos atores sociais envolvidos. Decidiu-se ainda que os programas seriam integrados com as políticas federais, especialmente com Plano Amazônia Sustentável – PAS, Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM e com o Plano Nacional de Mudanças Climáticas – PNMC. Como estratégia para esse fim, o Estado elaborou o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Acre – PPCD-Acre, integrando assim, a política do estado com a política federal e estabeleceu a integração entre os planos, programas, projetos, ações e atividades relacionadas à valorização do ativo ambiental florestal, no sentido de orientá-las ao alcance de uma meta de redução de desmatamento.

O processo de construção do PPCD coincidiu com uma discussão entre os órgãos governamentais federais e estaduais, representações dos setores produtivos, movimentos sociais, etc. para responder a uma ação pública do Ministério Público Federal e Estadual do Acre em face do Estado do Acre, do IBAMA, do ICMBIO, do INCRA, do IMAC, e todos os municípios acreanos. Esta ação pública pretendia a proibição imediata do uso do fogo nas atividades produtivas em propriedades rurais de todo o Estado do Acre, bem como condenação das referidas instituições na adoção de medidas que assegurem tal pretensão, inclusive a execução de políticas públicas por eles indicadas. Este debate gerou um “Pacto para a Valorização da Floresta” entre as instituições e representações envolvidas, cujas propostas puderam ser incorporadas no PPCD.



Desta forma, o Zoneamento Ecológico – Econômico, a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal e o Pacto pela Valorização da Floresta foram a base para a construção do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento do Estado que deverá estar integrado ao PPCDAM e os PPCDs municipais.

O processo de construção do PPCD-AC também teve como base uma análise dos principais problemas e fatores que influenciam ao desmatamento no Estado (Figura 15). Esta análise da árvore de problemas serviu como base para definir as linhas gerais e a estratégia de implementação do plano, onde problemas de ordenamento territorial, regularização fundiária e falta de assistência técnica figuram entre os principais problemas que levam ao desmatamento.

2.2. Proposta de Meta de Redução do Desmatamento

2.2.1. Linha de Base para Redução do Desmatamento

A linha de base para o Estado do Acre, considerará a proposta do Governo Brasileiro onde a taxa média do desmatamento no período de 1996-2005 será projetada para um período de 5 anos, quando será revisada em função da taxa histórica dos 10 anos subsequentes (2001-2010) e, então projetada para um novo período de 5 anos para averiguação da redução anual do desmatamento. A nova taxa será calculada em 2016 referente ao período de 2011-2015 e projetada para o próximo ciclo de 5 anos

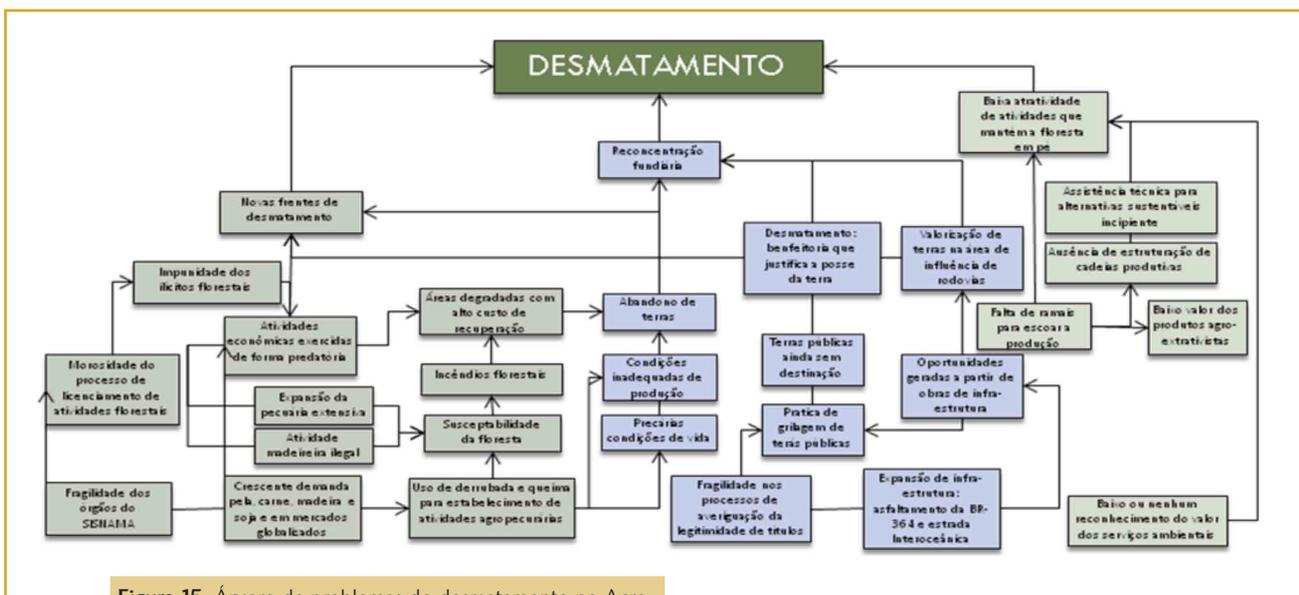


Figura 15. Árvore de problemas do desmatamento no Acre.

Esta análise foi realizada de forma conjunta com a sociedade acreana através de oficinas de consulta pública com os diferentes setores nas cinco regionais de desenvolvimento, para colher contribuições sobre as linhas gerais do plano e sobre suas ações estratégicas.

2.1. Objetivo Geral

O Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento visa garantir reduções expressivas, consistentes e duradouras nas taxas de desmatamento do Estado do Acre, a partir do fortalecimento das capacidades do governo e sociedade para gestão ambiental e para consolidação de uma Economia Limpa, Justa e Competitiva com forte Base Florestal e Agroecológica.

até o ano 2020. Conforme pode ser observado na Tabela 04, a taxa média de desmatamento para o período de 1996-2005 é de 602 km² ou 60.200 hectares (ha) por ano.

Ano	Desmatamento (Km2)*	Taxa Média do Desmatamento
1996	433	602
1997	358	
1998	536	
1999	441	
2000	547	
2001	419	
2002	883	
2003	1.078	
2004	728	
2005	592	

Tabela 04. Desmatamento anual no Estado do Acre segundo PRODES de 1996 a 2005 e taxa média de desmatamento do período.
*Fonte: INPE, 2009
(<http://www.obt.inpe.br/prodes/index.html>).



2.2.2. Metas de Redução das Emissões do Desmatamento

Levando em consideração a atual situação da gestão ambiental e o considerável avanço nas políticas públicas de desenvolvimento com uma visão estratégica de valorização do ativo ambiental florestal, tais como o ZEE – AC e a Política de Valorização do Ativo, o Estado tem as bases para definir uma meta desafiadora de redução do desmatamento, mais com perspectivas positivas de ser atingida.

Portanto, o Governo do Estado do Acre definiu a redução em 80% da taxa de desmatamento do período de 1996-2005 como meta de redução do desmatamento até o ano de 2020. Esta meta foi aprovada na reunião de consulta do PPCD com os três conselhos deliberativos do Estado: Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - CEMACT; Conselho Florestal Estadual - CFE e o Conselho de Desenvolvimento Rural Florestal Sustentável - CDRFS.

2.2.3. Redução das Emissões do Desmatamento para o Estado do Acre

A linha de base para cálculo de redução do desmatamento foi definida usando os mesmos parâmetros da linha de base estabelecida pelo Plano Nacional de Mudança do Clima. Para o Estado do Acre, a linha de base definida pela média histórica dos 10 anos anteriores, será revisada a cada 5 anos, tendo uma linha de base

para o primeiro ciclo (2006-2010) de 602 km² referente a taxa média de desmatamento para o período de 1996-2005. Para o segundo ciclo (2011-2015), a linha de base é de 514 km² referente à taxa média para o período de 2001-2010, enquanto que para o último período de 2016-2020, a linha de base é de 255 km² referente à taxa média de desmatamento para o período de 2006-2015.

Para cálculo das reduções efetivas do desmatamento para o primeiro ciclo (2006-2010), definiu-se uma redução média anual de 52%. Para o segundo e terceiro ciclo (2011 a 2015 e 2016 a 2020) reduções anuais de 10% do desmatamento em relação ao ano anterior. Conforme pode ser observado na Tabela 05, isto implica em uma meta de redução do desmatamento de 83% em relação a linha base original (1996 – 2005) o que corresponde a 3.649 km² de desmatamento evitado, ou a 59% de redução da taxa de desmatamento com relação a taxa atual (Figura 18).

Considerando o estoque médio de carbono por hectare para o Estado, 123 ton. C/ha (ou 451 toneladas de CO² por ha), a redução de emissões para o período 2006-2020 é de 164 milhões de toneladas de CO² (Tabela 05).

2.3. Diretrizes Estratégicas para o PPCD/AC

O desenho e a implementação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento do Acre está apoiado nas seguintes diretrizes:

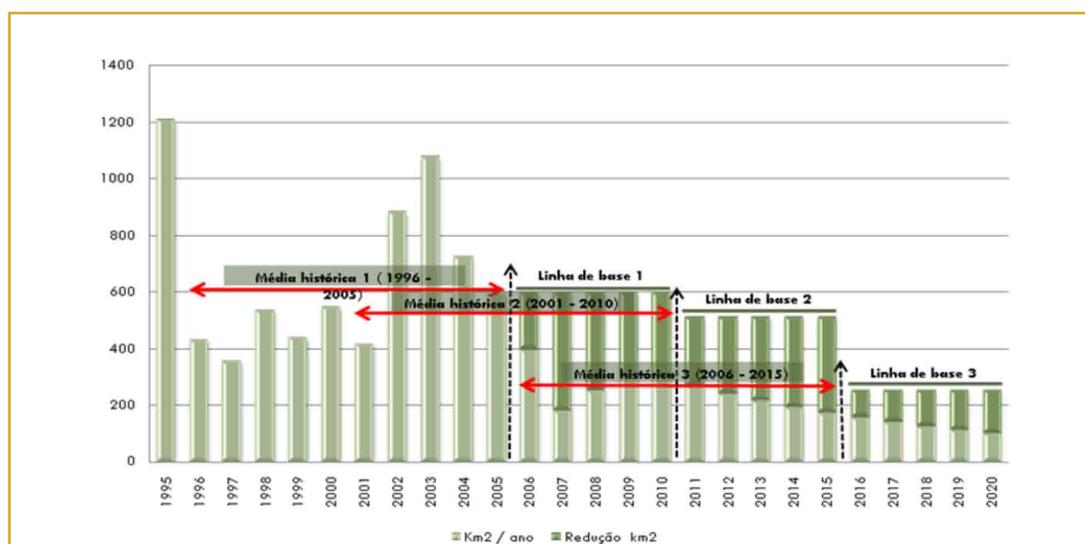


Figura 16. Desmatamentos anuais ocorridos de 1995 a 2008 com desmatamentos projetados e evitados para os anos de 2009 a 2020 com linhas de base revisadas a cada 5 anos.



- Integração do PPCD/AC aos Planos Federais de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PP-CDAM, Plano Amazônia Sustentável – PAS e Plano Nacional sobre Mudança do Clima e a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal em nível Estadual;
- Articulação interinstitucional através de uma estrutura de governança que promova transparência, intercâmbio de informação e cooperação, envolvendo parcerias entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), organizações da sociedade civil e o setor privado como forma de estabelecer a gestão compartilhada;
- Estimulo à participação ampla e ativa dos diferentes grupos da sociedade na gestão das políticas relacionadas à prevenção e controle do desmatamento, e à viabilização de alternativas sustentáveis, qualificando sua implantação, com transparência, controle social e apropriação política;
- Estabelecimento de metas mensuráveis e procedimentos de avaliação de desempenho, acordados em estreita articulação com Governo Federal, com os Governos municipais e os grupos de atuação na área rural;
- Efetivação de um sistema de monitoramento que atenda as características específicas da dinâmica do desmatamento no Estado e que permita a análise permanente da eficiência e eficácia de seus instrumentos, no intuito de garantir um processo permanente de aprendizagem e aperfeiçoamento;
- Integração de instrumentos de monitoramento e controle com incentivos

a práticas sustentáveis e medidas de ordenamento territorial e fundiário, sob uma ótica de gestão territorial integrada;

- Priorização de áreas críticas de ocorrência do desmatamento para implementação de experiências piloto de prevenção e controle;
- Consolidação e verticalização de instrumentos de ordenamento territorial, priorizando a regularização fundiária e a consolidação do Sistema de Áreas Naturais Protegidas – SEANP, de modo a se reduzir o livre acesso aos recursos naturais e seu uso predatório;
- Valorização e uso sustentável da floresta, como alicerce de um novo modelo de desenvolvimento, objetivando a qualidade de vida de populações locais com redução de desigualdades sociais, competitividade econômica e sustentabilidade ambiental;
- Melhoria da utilização de áreas já desmatadas através de incentivos para práticas com bases sustentáveis, contemplando inovações tecnológicas, como o manejo de pastagens, sistemas agroflorestais, mecanização, agricultura em bases agroecológica e a recuperação de áreas degradadas, como forma de aumentar a produtividade e diminuir pressões sobre florestas remanescentes;
- Remuneração por serviços ambientais para manutenção de reservas florestais e da qualidade dos recursos hídricos, garantindo o compartilhamento entre sociedade e populações rurais dos custos e benefícios de manutenção de serviços ambientais associados à conservação da floresta.

Variáveis	2006-2010	2011-2015	2016-2020	TOTAL
Linha Base (km ²)	602*	514**	255***	
Meta Desmatamento (km ²)	1.438	1.108	655	3.200
Desmatamento evitado (km ²)	1.570	1.460	618	3.649
Emissões Evitadas (tCO ²)	70.678.260	65.740.182	27.841.254	164.259.696

* - Taxa de desmatamento médio para o período 1995-2006

** - Taxa de desmatamento médio para o período 2001-2010

*** - Taxa de desmatamento médio para o período 2006-2015

Tabela 05. Linhas de Base, metas de desmatamento, desmatamento evitado e emissões de CO² evitadas.



2.4. Eixos, ações e metas do PPCD

Para alcançar seus objetivos e metas, propõe-se uma estrutura programática com base no Pacto de Valorização das Florestas, na consolidação do Zoneamento Ecológico-Econômico e da Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, com seus programas e projetos.

O Pacto pela Valorização da Floresta foi resultado de um processo de discussão e articulação do Governo e sociedade para apresentar propostas de acordo a Ação Civil Pública ingressada pelo Ministério Público Federal e Estadual em face do Estado do Acre, do IBAMA, do ICMBIO, do INCRA, do IMAC e todos os municípios acreanos. Esta ação visava tinha por objetivo a proibição imediata do uso do fogo nas atividades produtivas em propriedades rurais de todo o Estado do Acre, estabelecendo as seguintes limitações: i) a IMAC: autorização para o emprego do fogo apenas para agricultura familiar, sempre em extensão inferior a 03 hectares por propriedade ou produtor rural, se este tiver mais de um imóvel; a partir de 2010 para agricultura familiar de subsistência no limite de até 01 hectare por propriedade ou produtor rural, se este tiver mais de um imóvel; sejam negadas autorizações para queima nos municípios envolvidos nesta ação a partir de 2011 e; sejam negadas autorizações para queima em todo o território do Estado a partir de 2012; ii) ao IBAMA e ICMBIO: a partir da publicação da decisão, sejam negadas autorizações para queima em unidades de conservação e ou em zonas de amortecimento e; iii) ao INCRA: apresentar no prazo de 60 dias a partir da publicação da decisão, opções para subsidiar acesso a alternativas ao emprego do fogo.

Através da Comissão Técnica Temporária formada por representantes do Conjunto dos

Conselhos CEMACT/CFE/CDRFS e das Secretarias do Estado da área de produção, Órgãos federais (DNIT, INCRA, IBAMA, ICMBio e EMBRAPA), Prefeitura Municipal de Rio Branco e demais representantes da sociedade civil foram apresentadas propostas e ações estratégicas potenciais dos programas e projetos dos órgãos dos governos (estadual, federal e municipal), que garantam em longo prazo o controle e prevenção do uso do fogo nas propriedades rurais. Estas propostas foram baseadas na Política de Valorização do Ativo Ambiental que tem como uma das prioridades a redução paulatina do uso do fogo é que tem como instrumento integrado de gestão territorial ao Zoneamento Ecológico - Econômico. Este processo foi construído em fina sintonia com o que estava sendo proposto no PPCD.

Devido a que do ponto de vista legal não existe proibição acerca da utilização do fogo para atividades agrosilvopastoris, exigindo-se para tanto permissão do Poder Público, entre outras argumentações, o Poder Judiciário deferiu o pedido de efeito suspensivo. No entanto, as ações previstas no Pacto pela Valorização da Floresta, convergem para a garantia da redução da pressão sobre a floresta e conseqüentemente do desmatamento, estando desta forma organizadas, incluídas dentro da estratégia de implementação do PPCD-AC e por tanto mantidas como prioridade nas ações de governo. O PPCD/AC abrange programas, projetos e ações organizados em 3 eixos: i) Ordenamento Territorial e Fundiário; ii) Cadeias Produtivas Agroflorestais e Práticas Sustentáveis; e iii) Monitoramento, Controle e Fiscalização. Também é contemplado um conjunto de Ações Estruturantes, a ser permeado e implementado junto às ações previstas nos eixos do plano estadual (Figura 17). Cada eixo do PPCD é composto

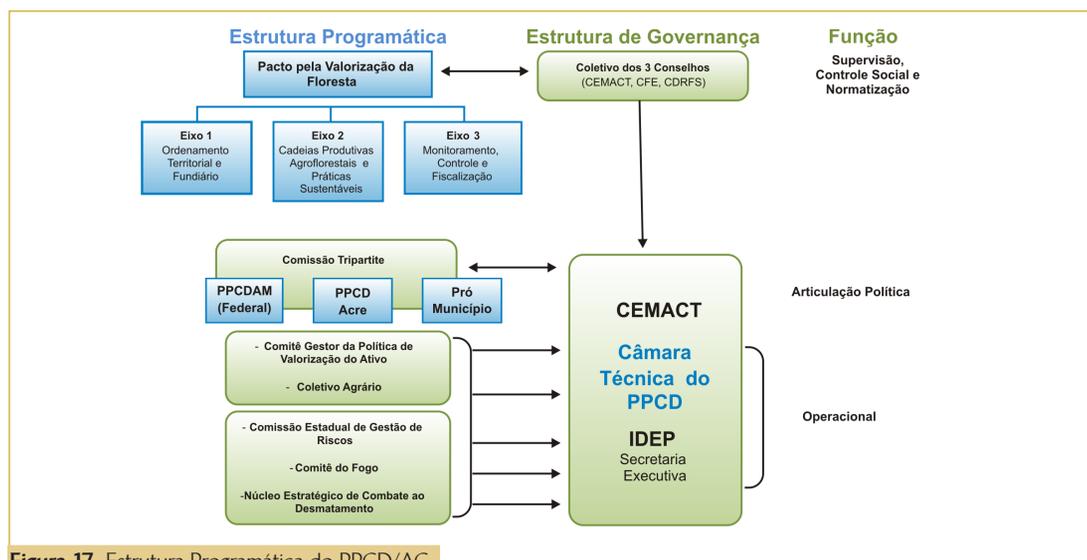


Figura 17. Estrutura Programática do PPCD/AC.



de programas e projetos, geralmente já em andamento ou planejados majoritariamente por instituições do Governo do Estado e algumas autarquias federais, que por sua vez são detalhados em ações, aos quais estão associadas metas específicas.

No âmbito do PPCD são propostas ações diferenciadas de acordo com as zonas definidas no ZEE/AC. Desta forma, os eixos programáticos contêm ações específicas para cada uma das três zonas do ZEE/AC, bem como ações que serão executadas a nível do Estado.

2.4.1. Ordenamento Territorial e Fundiário

O Governo do Estado do Acre irá priorizar ações que visam a implementação do ZEE/AC e no seu detalhamento nas escalas 1:100.000 (Ordenamento Territorial Local - OTL, Zonas Especiais de Desenvolvimento – ZEDs), 1:50.000 (Etnozoneamento das Terras Indígenas) e 1:10.000 (comunidades nas Zonas de Atendimento Prioritário – ZAPs).

As ações que compõem este eixo estão direcionadas a implementar o ZEE que constitui-se num instrumento de negociação entre governo e a sociedade de estratégias de gestão do território. O ZEE-AC tem a atribuição de fornecer subsídios para orientar as políticas públicas relacionadas ao planejamento de uso e ocupação do território, considerando as potencialidades e limitações do meio físico, biótico, cultural e socioeconômico, seguindo os princípios do desenvolvimento sustentável para o qual estabelece Zonas de gestão territorial: i) Zona 1 de Consolidação de Sistemas de Produção Sustentável, ii) Zona 2 de Uso sustentável e proteção ambiental, iii) Zona 3 de Áreas prioritárias de ordenamento territorial e iv) Zona 4 de Cidades do Acre.

Este eixo se propõe a atingir os seguintes objetivos específicos:

1. Implementar o ZEE com foco na consolidação de sistemas de produção sustentável na Zona 1, no ordenamento territorial de áreas prioritárias, bem como na ampliação da área com terras protegidas (Zona 3), na promoção da gestão eficiente de Unidades de Conservação (Zona 2), como forma de ordenar e definir a área desmatada e promover a conservação da sócio-biodiversidade;
2. Consolidação de uma base de dados geoespacializados sobre

os recursos sociais, econômicos e ambientais associados às comunidades rurais do Estado, em diferentes escalas de gestão territorial; para subsidiar o planejamento do uso da terra visando o uso sustentável das áreas alteradas e o aproveitamento dos recursos florestais, valorizando a floresta em pé;

3. Implementar projeto piloto de cadastramento ambiental georeferenciado de imóveis rurais em áreas estratégicas, com compartilhamento de informações com outras bases de dados e diagnóstico ambiental, possibilitando a definição de estratégias de ação para regularização dos passivos ambientais e manutenção dos ativos;

4. Desenvolver as ações prioritárias na área do asfaltamento da BR-364 (ZAP BR), visando garantir a presença do Estado na região, promoção do ordenamento territorial, de forma que inviabilize práticas de grilagem de terras e conseqüentemente incremento nas taxas de desmatamento;

5. Fortalecer o Sistema Estadual de Áreas Protegidas através da gestão adequada das Unidades de Conservação (UC's) e demais áreas naturais protegidas no Estado (Zona 02); bem como da criação de novas unidades de conservação (Zona 03), possibilitando assim, o uso, manejo, conservação e ordenamento eficiente do território;

6. Regularização fundiária do território, garantindo a integração das informações do Sistema Estadual de Terras – SITACRE ao Sistema Estadual de Informações Ambientais – SEIAM e Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR;

7. Consolidação e implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos permitindo o planejamento e uso adequado deste recurso, como estratégia para conservação dos mananciais e remanescentes florestais;



Para atingir estes objetivos, o governo já vem desenvolvendo alguns programas e projetos que buscam atender aos principais problemas de ordenamento territorial no Estado, os quais compõem este eixo:

- Implementação do ZEE e detalhamento para sub-zonas e a nível de comunidade;
- Plano de Bases Estratégicas para o Desenvolvimento Territorial do trecho Feijó-Manuel Urbano (BR-364);

- Consolidação do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas – SEANP;
- Regularização Fundiária;
- Plano Estadual de Recursos Hídricos PLERH.

Dentre as principais instituições de governo responsáveis pela execução dos projetos e programas relacionados neste eixo são: SEMA, SEMEIA (Rio Branco), SEF e ITERACRE.

2.4.1.1. Programas, projetos, ações, metas e resultados esperados

ORDENAMENTO TERRITORIAL E FUNDIÁRIO		
PROGRAMA: Implementação do ZEE/AC e detalhamento em zonas selecionadas		
FOCO: Implementação do ZEE para o ordenamento de todo o território do Estado através do detalhamento do ZEE/AC nas seguintes escalas: Etnozoneamento das Terras Indígenas (1:50.000); Ordenamento Territorial Local dos Municípios (1:100.000); ZEDs (1:100.000); ZAPs e desdobramentos conforme o tamanho das comunidades: Comunidades de Atendimento Universal (CAU), Comunidades de Atendimento Prioritário (CAP) e Comunidades Pólo (COP) (1:10.000), para subsidiar a elaboração de Planos de Desenvolvimento Comunitário (PDCs)		
AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES TRANSVERSAIS ÀS ZONAS DO ZEE/AC		
Elaborar o Ordenamento Territorial Local (OTL) de municípios em áreas críticas de desmatamento.	OTL de 12 municípios elaborados até 2010 e demais municípios até 2015.	<p>Todos os municípios com OTL, consolidando assim uma ocupação ordenada do território a nível municipal;</p> <p>Comunidades mais isoladas do Estado com ordenamento territorial, planejamento de uso da terra e de desenvolvimento; e com acesso a serviços do governo;</p> <p>Consolidação de uma ampla base de dados georeferenciada, sobre os recursos sociais, econômicos e ambientais associados às comunidades rurais do Estado, em diferentes escalas de gestão territorial servindo de base de planejamento e de execução de ações;</p> <p>Terras Indígenas (TIs) com Planos de Gestão de Terra Indígena elaborados baseados no Etnozoneamento.</p>
Consolidar o ZEE com definição das Zonas de Atendimento Prioritário - ZAPs e Zonas Especiais de Desenvolvimento - ZEDs.	300 Planos de Desenvolvimento Comunitário (nas: CAP - Comunidade de Atendimento Prioritário e COP - Comunidade Pólo) elaborados nas diferentes ZAPs do Estado até 2010.	
Consolidar o ZEE com estudos específicos.	Base Cartográfica do Estado revisada e aprovada pelo IBGE até 2010.	
AÇÕES ZONA 01		
Elaborar o OTL de Rio Branco – ZEAS.	OTL de Rio Branco elaborado até 2010.	
Fomentar a implementação do OTL de Brasília.	OTL de Brasília implementado até 2010.	
AÇÕES ZONA 02		
Construir e traduzir os Planos de Gestão nas ZAPs em Terras Indígenas.	10 Planos de Gestão das ZAPs Indígenas elaborados até 2010 ou 08 Planos de Gestão de Terras Indígenas implementados.	
Apoiar a implementação dos Planos de Gestão de Terras Indígenas.	35 Terras Indígenas com planos de gestão elaborados e em fase de implementação até 2020.	



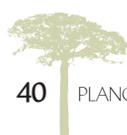
PROGRAMA: Ações estratégicas para a área de influência da BR-364		
FOCO: Promoção do ordenamento territorial das áreas de influência das rodovias federais (BR-364 e BR-317) e estaduais, visando impedir a ocupação desordenada do território, práticas de grilagem de terras, especulação imobiliária e consequentemente incremento nas taxas de desmatamento		
AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES TRANSVERSAIS ÀS ZONAS DO ZEE/AC		
Criação e fortalecimento das Unidades de Gestão Ambiental Integrada – UGAls.	01 Unidade de Gestão Ambiental Integrada – UGAl implementada e 02 fortalecidas até 2010.	Aumento das áreas com regularização fundiária do território; Ocupação ordenada do território ao longo das rodovias; Prevenção e mediação de conflitos sociais sobre o acesso e utilização dos recursos naturais;
AÇÕES ZONA 03		
Criar novas Unidades de Conservação	02 Unidades de Conservação criadas com base nas demandas locais até 2010, totalizando ao menos 400 mil hectares na área de influência da BR 364.	Terras registradas irregularmente reincorporadas ao patrimônio público; Aumento das áreas destinadas a unidades de conservação;
Realizar o Ordenamento Fundiário: identificação, levantamento ocupacional, processos discriminatórios e destinação fundiária.	(i) Levantamentos ocupacionais, processos discriminatórios e de destinação realizados em 1.140.000 hectares; (ii) regularização fundiária de 819 famílias até 2010.	Garantia da presença de instituições governamentais relacionadas à produção sustentável, como SEMA, IMAC, ITERACRE, SEF, SEAPROF, IDAF, DERACRE e Pelotão Florestal, e também à saúde, educação e justiça, SEJUDH, SESACRE e SEE através das Unidades de Gestão Ambiental Integrada – UGAls.
Ordenamento Territorial da Zona de Atendimento Prioritário - ZAP BR-364, Trecho Manuel Urbano – Feijó.	Planos de Desenvolvimento Comunitário Sustentável - PDCs de 07 CAP e 11 COP elaborados até 2010.	

PROGRAMA: Consolidação do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas – SEANP		
FOCO: Ampliação da área com terras protegidas e promoção da gestão eficiente de Unidades de Conservação e manutenção da sócio-biodiversidade do Estado, consolidando as áreas de floresta conservada e vitando o avanço do desmatamento		
AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES TRANSVERSAIS ÀS ZONAS DO ZEE/AC		
Criar Unidades de Conservação - UC's.	07 novas Unidades de Conservação criadas até 2013.	Áreas Naturais Protegidas demarcadas; Novas áreas de Unidades de Conservação criadas a partir da implementação e consolidação de estudos de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade elaborados;
AÇÕES ZONA 02		
Fortalecer a gestão de Unidades de Conservação.	Plano de Comunicação do SEANP e da UCs elaborado e implementado até 2011.	Ampliação do percentual de áreas naturais protegidas ;
	Planos de Manejo da APA do Lago do Amapá, do Parque Estadual Chandless e da ARIE Japiin elaborados até 2010.	Reordenamento de uso da Resex Chico Mendes a partir da caracterização e diagnóstico socioambiental das comunidades rurais e elaboração dos PDCs;
	Relatórios do Marco Zero e RAPPAM da Gestão das UCs publicados e atualizados até 2010.	Estabelecimento de corredores ecológicos na área de influência direta e indireta da BR-364;
	Conselhos Gestores da APA do São Francisco, do Parque Estadual Chandless criados até 2009.	
	Limites fundiários das UCs revisados e atualizados; até 2011.	Fortalecimento do Sistema de Áreas Naturais Protegidas através dos planos de manejo e criação dos conselhos gestores das UCs criadas
	Rede de Monitores e Agentes Ambientais Voluntários consolidada até 2010.	



PROGRAMA: Regularização Fundiária		
FOCO: Serviços fundiários para instituições públicas e privadas visando o ordenamento do território.		
AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES TRANSVERSAIS ÀS ZONAS DO ZEE/AC		
Fortalecimento Institucional do ITERACRE e Suporte às Ações do Instituto.	ITERACRE com capacidades e tecnologia instalada para regularização fundiária no Estado até 2020.	SITACRE implementado em áreas piloto e integrado ao SEIAM; Banco de dados Geográficos para o Sistema Estadual de Informações de Uso e Posse de Terras – SITACRE elaborado; Ordenamento e re-ordenamento de áreas para a reforma agrária; Transferência das áreas dos municípios; Demanda fundiária de instituições públicas e privadas atendida; Situação fundiária das Florestas Estaduais - FLOEs regularizada; Instituto de Terras com instrumentos e estrutura necessária para o desenvolvimento de suas ações; Diminuição dos índices de conflito pela terra no Estado.
Regularização das posses em terras públicas estaduais.	100 mil hectares destinados para reforma agrária até 2010.	
	60% das áreas dos municípios ao longo da BR-364 (trecho Sena Madureira-Cruzeiro do Sul) regularizadas até 2015.	
Desenvolver e implementar o Sistema Estadual de Terras – SITACRE, integrado ao SEIAM	SITACRE desenvolvido e em funcionamento até 2015.	
AÇÕES ZONA 01		
Realizar a demarcação de Lotes e Levantamento Topográfico.	Lotes demarcados e com levantamento topográfico no município de Capixaba e da Fazenda Boa Vista até 2010.	
Efetuar a demarcação de Glebas.	6 Glebas demarcadas (Paranacre I e II, Morungaba e Corcovado) até 2010.	
AÇÕES ZONA 02		
Identificação, Levantamento, Demarcação e Regularização Fundiária de Unidades de Conservação Estaduais (FLOEs).	Florestas Estaduais do Complexo do Rio Gregório e lotes comunitários na Floresta Estadual do Antimary demarcados até 2009.	
AÇÕES ZONA 03		
Identificação e levantamento fundiário nos municípios de Manuel Urbano, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul	60% do Território identificado, georeferenciado, e discriminado na Zona 3 do ZEE até 2010	

PROGRAMA: Plano Estadual de Recursos Hídricos - PLERH		
FOCO: Ordenamento do uso, manejo e conservação das águas e recursos hídricos do Estado		
AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES TRANSVERSAIS ÀS ZONAS DO ZEE/AC		
Apoiar a formação de Pré-Comitês de Bacias Hidrográficas nas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	Criação do Pré-comitê da bacia do Rio Acre até 2010.	Gestão integrada e participativa dos recursos hídricos em nível de bacias hidrográficas;
Realizar estudos e planejamentos estratégicos.	Rede de monitoramento da qualidade e quantidade da água implantada até 2010.	Definição e implementação de estratégias para gestão integrada dos recursos hídricos e do território;
	Diagnóstico e Prognóstico para o PLERH elaborados até 2010.	Sistema de informações de Recursos Hídricos do Acre construído;
	Base Cartográfica Digital Contínua, Atributada, Estruturada e Corrigida do Estado e Atualização da Rede Hidrográfica Digital até 2011.	Definição das unidades de gestão de recursos hídricos;
Elaborar e implementar um Plano de Comunicação do PLERH.	Cartilhas elaboradas, programas de rádio realizados até 2009.	Rede de monitoramento da qualidade e quantidade de água fornecendo informações relevantes e precisas sobre a gestão dos recursos hídricos no Estado; Sociedade acreana conhecendo e participando do processo de construção do PLERH.



2.4.2. Cadeias Produtivas Agroflorestais e Práticas Sustentáveis

Ciente de que sistemas adequados e eficientes de monitoramento e controle ambiental não garantem por se só, reduções expressivas, consistentes e duradouras das taxas de desmatamento, o Governo do Estado do Acre vem implementando políticas públicas pioneiras de desenvolvimento sustentável. Estas políticas estão pautadas, no empoderamento comunitário, no fortalecimento e consolidação de cadeias produtivas sustentáveis, incentivando o aumento da produtividade das áreas alteradas e na valorização da floresta. Desta forma, com o incremento da produtividade dos sistemas agropecuários e florestais, em consonância com a melhoria do sistema de monitoramento, fiscalização e controle se conseguirá reduzir a pressão sobre a floresta e conseqüentemente a redução das taxas de desmatamento de forma duradoura.

Devido a concentração da população economicamente ativa ao longo dos principais eixos de integração como a BR-364 e BR-317, e conseqüentemente maior pressão sobre a Floresta que existe na área de influencia destas rodovias, a maior parte dos projetos direcionados à consolidação de cadeias produtivas agroflorestais e de fomento e disseminação de práticas sustentáveis, estão voltados para atender principalmente a Zona 01 do ZEE/AC que abrange a área de influencia destes eixos de integração.

Este eixo se propõe a atingir os seguintes objetivos específicos:

1. Diversificar, modernizar e industrializar a produção florestal do Acre, ampliando sua participação no mercado, reafirmando sua vocação florestal, gerando emprego e distribuição de renda com vista a inclusão social
2. Implantar e consolidar o parque industrial do estado, com foco em indústrias de base florestal, assim como a infra-estrutura de produção associada ao setor agropecuário e extrativista;
3. Fomentar a gestão de florestas públicas, privadas e comunitárias através do manejo florestal de uso múltiplo, a garantia da viabilidade econômica do manejo sustentável de recursos florestais e a expansão das áreas sob manejo, e o fortalecimento da gestão, infraestrutura e exploração sustentável dos recursos florestais visando a certificação florestal e a valorização da floresta incrementando a renda familiar,
4. Fomentar a modernização da produção agroindustrial, como forma de consolidar o uso de áreas já abertas, intensificando sua produtividade para evitar a abertura de novas frentes de desmatamento;
5. Recuperar e re-incorporar áreas alteradas, sub-utilizadas e/ou degradadas ao processo produtivo, como forma de incrementar a produtividade dos estabelecimentos rurais e evitar o desmatamento de novas áreas de floresta;
6. Implementar um programa de certificação de propriedades rurais sustentáveis, com foco nas unidades produtivas familiares, oportunizando sua inclusão social e econômica, bem como a garantia do uso sustentável dos recursos naturais e a gestão adequada do território;
7. Consolidar e ampliar a Rede Estadual de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal e Indígena – Rede de ATER;
8. Estabelecer garantia de compra da produção familiar e abastecimento de instituições beneficentes, visando estabelecer canais de escoamento, proporcionar oportunidades aos produtores rurais;
9. Desenvolver atividades e ações que proporcionem alternativas de produção sustentável junto às comunidades residentes no entorno da ZAP BR com objetivo de evitar a abertura de novas frentes de desmatamento;
10. Proporcionar o desenvolvimento da cadeia produtiva dos produtos florestais não-madeireiros, visando a valorização dos recursos florestais em detrimento da conversão dessas áreas para instalação de outras atividades econômicas não sustentáveis;

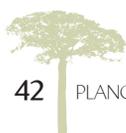


11. Garantir condições adequadas de escoamento e armazenamento da produção agroflorestal das cadeias produtivas sustentáveis;

12. Viabilizar financiamento e incentivos econômicos para a promoção de projetos e empreendimentos sustentáveis nas áreas florestal (manejo e reflorestamento), agroflorestal, agroecológica, agropecuária, de recuperação de áreas degradadas e de pagamento por serviços ambientais.

Para atingir estes objetivos, o governo já vem desenvolvendo alguns programas e projetos que buscam atender aos principais problemas das cadeias produtivas da produção sustentável no Estado, os quais compõem este eixo:

- Programa de Florestas Plantadas;
- Implementação e consolidação de Parques Industriais baseados na cadeia produtiva de base florestal;
- Programa de Gestão de Florestas
- Fomento à modernização da produção agroindustrial e das cadeias produtivas;
- Recuperação de Áreas Alteradas;
- Certificação da Propriedade Familiar Sustentável;
- Fortalecimento do Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- Aquisição de Alimentos;
- Práticas Sustentáveis para consolidação do Ordenamento Territorial da ZAP BR-364, Trecho Feijó - Manuel Urbano;
- Fortalecimento da cadeia produtiva de produtos florestais não-madeireiros;
- Transporte e Armazenamento da Produção;
- Consolidação de Pólos e Quintais Agroflorestais;
- Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais.



2.4.2.1. Programas, projetos, ações, metas e resultados esperados

CADEIAS PRODUTIVAS AGROFLORESTAIS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS		
PROGRAMA: Florestas Plantadas		
FOCO: Consolidação e implantação de florestas de produção e Sistemas Agroflorestais (SAFs)_para suprimento de matéria prima para o atual parque industrial do Estado.		
AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES ZONA 01		
Implantação e Descentralização de Viveiros em municípios estratégicos.	04 novos viveiros implantados e produzindo 08 milhões de mudas florestais e frutíferas para programas de apoio ao desenvolvimento sustentável da produção familiar até 2010.	Estruturas de viveiros que dêem suporte a expansão da base florestal plantada Associações fortalecidas para gestão de viveiros e execução de plantios e projetos Aumento da capacidade logística de distribuição de mudas, Geração de 4000 empregos diretos envolvidos na implantação de florestas plantadas e aumento da renda das famílias envolvidas com projetos de reflorestamento; Melhoria da qualidade ambiental das propriedades rurais; Recursos da Reposição Florestal aplicados no fomento a plantios florestais O suprimento de matéria prima florestal madeireira, não madeireira e energética, a partir das florestas plantadas, possibilitará a atração de novos investimentos, principalmente àqueles ligados a atividade industrial, possibilitando um aumento de empregos nas áreas urbanas e arrecadação de impostos pelo Estado e municípios. Áreas recuperadas por meio de reflorestamentos Regularização de passivos florestais Garantia de matéria prima para as indústrias florestais e agroindústrias do Estado
Fomento à Heveicultura em sistemas agrosilvipastoris.	7 hectares de viveiro implantados para produção de mudas de seringueira enxertadas com clones adaptados às condições do Acre até 2010. 23 hectares experimentais para avaliação do desempenho produtivo de clones e Implantação de 5 hectares de jardim clonal com clones da EMBRAPA até 2010.	
Implantar Rede de Coleta, Armazenamento e Beneficiamento de Sementes.	Rede em funcionamento até 2010.	
Articular linhas de crédito e implementar instrumentos de fomento ao reflorestamento (florestas energéticas e regularização de passivos florestais).	Estudos prospectivos para subsidiar o programa de fomento elaborados; Linhas de crédito e instrumentos de fomento implementados até 2010.	
Elaborar Plano de Monitoramento de Florestas Plantadas.	Plano de Monitoramento elaborado até 2010.	
Fomentar e implantar plantios florestais para fins de reflorestamento, energéticos, industriais e para formação de estoque e recuperação de áreas degradadas.	4.000 ha de reflorestamentos até 2010 e 20 unidades (10 ha cada) demonstrativas de Sistemas Agroflorestais e Agrosilvipastoris.	
	5.000 ha/ano de reflorestamentos com as espécies seringueira, paricá, dendê e teca a partir de 2010.	
	10.000 ha de florestas plantadas para produção de látex até 2020	
	10.000 há de floresta plantada para produção de óleos,	
	20.000 ha de floresta para madeira com fins industriais até 2020	
	5.000 há de floresta plantada para polpa e outros subprodutos até 2020	
10.000 ha de floresta plantada para fins energéticos		



PROGRAMA: Implementação e consolidação de parques industriais baseados na cadeia produtiva de base florestal		
FOCO: Fortalecimento do setor produtivo industrial moveleiro para consolidando a base florestal sustentável oferecendo alternativas produtivas de utilização dos recursos florestais das áreas sob manejo		
AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES ZONA 01		
Atração, diversificação, modernização e interiorização de indústrias de base florestal.	01 indústria de pequenos objetos de madeira e luteria e 01 entreposto de beneficiamento de madeira para as associações rurais implementados até 2010.	Números de Indústrias Florestais em Tarauacá, Feijó e Cruzeiro do Sul ampliado; Aumento nos investimentos em indústrias de base florestal; Geração e ampliação dos níveis de emprego e renda no setor; Ampliação da base econômica florestal sustentável;
	Complexo Florestal Industrial de Xapuri adaptado até 2010.	
	03 indústrias florestais em Tarauacá, Feijó e Cruzeiro do Sul implantadas até 2012.	
	Reestruturação e Modernização de Parques e Distritos Industriais de Rio Branco até 2011.	
Implantação do Parque Industrial Florestal do Município de Cruzeiro do Sul.	Parque Industrial implementado até 2011.	Processo de industrialização e sistema de produção sustentável de látex no Estado ampliado e diversificado;
Implantação de Pólos Moveleiros nos Municípios.	Pólos Moveleiros dos municípios de Feijó e Sena Madureira; Infra-estrutura comunitária no Pólo Moveleiro do município de Acrelândia implantados até 2010.	Aumento da qualidade dos móveis produzidos na região do Jurú e no Estado e sustentabilidade ambiental da produção moveleira; Atendimento das exigências dos órgãos ambientais para os processos produtivos;
Ampliação, Modernização e Gestão da Fábrica de Preservativo Masculino do Município de Xapuri.	100 milhões de unidades de preservativos masculinos produzidos e distribuídos na rede do SUS até 2010 e aumento de produção para 200 milhões até 2020.	Diversificação da produção e inserção de novas tecnologias produtivas Aumento do valor agregado dos produtos moveleiros e comércio de móveis local fortalecido;
Impulsionar o sistema produtivo local para consolidação de cadeias produtivas florestais através dea implantação de empreendimentos industriais	Fábrica de Luvas Cirúrgicas, Dreno de Benhouse e Lençol Odontológico implantada até 2020,	Atividades de produção de móveis em escala industrial ampliada; Serviços e produção do Pólo Moveleiro de Rio Branco ampliados; Valor da produção industrial do estado ampliado e Parque industrial florestal modernizado.
	Agroindústria de Extração, beneficiamento e envasamento de Óleo de Dendê na Região do Jurú implantada até 2020	
	Pólo Oleoquímico Florestal e da Central de Produção de Hidrogênio Líquido no Vale do Rio Acre, implantada até 2020	
	Pólo de Produção de Artefatos de Látex em Xapuri implantado até 2020	



PROGRAMA: Gestão de Florestas Públicas, Comunitárias e Privadas			
FOCO: Habilitação de Florestas Comunitárias, Públicas e Privadas com Planos de Manejo, visando a exploração de produtos madeireiros e não madeireiros, aliada à conservação ambiental, à geração de renda e à melhoria da qualidade de vida das comunidades.			
AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS	
AÇÕES ZONA 01			
Habilitar Florestas Comunitárias para manejo florestal madeireiro e não madeireiros	200 mil hectares de Florestas Comunitárias habilitadas até 2011 e 500 famílias envolvidas	<p>Banco de dados unificado estruturado com as potencialidades e ofertas de produtos e serviços comunitários</p> <p>Atividades de manejo florestal de uso múltiplo em operação nas florestas comunitárias possibilitando geração de renda para as comunidades residentes nas áreas sob manejo</p> <p>Setor industrial madeireiro e não madeireiro abastecido com produtos de origem comunitária de base legal</p> <p>Infra-estrutura básica para exploração e beneficiamento das safras comunitárias</p> <p>Comunidades organizadas e capacitadas para acompanhar o manejo</p> <p>Comunidades residentes das Florestas Estaduais organizadas e fortalecidas</p> <p>Saúde e bem-estar nas Florestas Públicas Estaduais;</p> <p>Instrumentos de gestão direta e concessões das Florestas Estaduais (Planos gestores e conselhos consultivos) consolidados e implementados;</p> <p>Produção florestal das Florestas Estaduais monitorado e rastreado;</p> <p>Recursos naturais das Florestas Estaduais utilizados de forma eficiente e racional;</p> <p>Recursos naturais das Florestas Estaduais utilizados de forma eficiente e racional;</p> <p>Benefícios e melhorias proporcionados às comunidades através do processo de certificação;</p> <p>Aumento do número de Planos de Manejo Florestal em Áreas Privadas;</p> <p>Suprimento de matéria-prima para as indústrias madeireiras do estado ampliado;</p> <p>Aumento da oferta de matéria-prima oriunda de Planos de Manejo em Áreas Privadas;</p> <p>Passivos florestais de RL regularizados</p>	
Implantar o Plano Operativo Anual - POA das Florestas comunitárias habilitadas.	20 mil hectares de florestas habilitadas com POAs elaborados até 2011		
Implantar infra-estrutura básica para exploração e beneficiamento das safras comunitárias	Infra-estrutura implantada até 2010		
Planejamento da exploração, transporte e beneficiamento das safras comunitárias	Execução das atividades previstas conforme planejamento		
Promover oficinas de organização comunitária para promoção do Manejo Florestal Comunitário vinculadas à Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal	15 eventos realizados até 2011		
Elaborar estudo de viabilidade logística para implantação de Plano de Manejo Florestal Comunitário	Estudo de viabilidade logística para implantação de Plano de Manejo Florestal Comunitário elaborado até 2010, a partir da consolidação do banco de dados da SEF		
Promover o Manejo Florestal em Áreas Privadas.	Aumento em 50% no número de Planos de Manejo Florestal em Áreas Privadas até 2010.		
Articular linhas de crédito direcionadas à Cadeia Produtiva Florestal Privada.	Linhas de crédito articuladas e ampliadas, e recursos disponibilizados a partir de 2009.		
AÇÕES ZONA 02			
Promover ações de desenvolvimento socioambiental das comunidades residentes nas FLOES e entorno	Formação comunitária em serviços florestais e de certificação do trabalho florestal promovidas até 2010.		
	Programas de associativismo e cooperativismo elaborados e implantados nas FLOES até 2010.		
Formar núcleos de competências comunitárias em atividades de serviços florestais e certificação do trabalho florestal	4 núcleos de competências comunitárias em atividades de serviços florestais formados até 2010		
Construir infra-estrutura de gestão e social para as FLOEs Antimary e Complexo do Rio Gregório	02 bases administrativas/operacionais implementadas até 2010		
Viabilizar a exploração sustentável dos recursos madeireiros	POAs elaborados garantindo a exploração sob regime de manejo em 2.000 ha/ano nas FLOEs		
	Serviços de transporte e venda da produção florestal das FLOEs contratados		
	01 Sistema de rastreamento da produção florestal criado e em operação até 2010		
Construir infra-estrutura para acesso e escoamento de produção da Floresta Estadual do Antimary	Infraestrutura construída até 2010		

continua...



AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES ZONA 01		
Consolidação da gestão direta e das concessões nas Florestas Estaduais, e implementar processos de certificação	Processo de certificação implementado nas FLOEs, 02 Conselhos Consultivos em funcionamento, 04 Planos de Manejo de Uso Múltiplo das Florestas Estaduais elaborados, aprovados e implementados até 2010	
	Concessão florestal de 150.000 hectares, consolidação dos sistemas de manejo florestal de uso múltiplo envolvendo 400 moradores do Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório até 2010	
	450 mil hectares de Florestas Estaduais certificadas até 2010	

PROGRAMA: Fomento à modernização da produção agroindustrial e das cadeias produtivas		
FOCO: Modernização dos empreendimentos agropecuários da agricultura familiar visando o incremento da produtividade e da renda familiar garantindo o manejo sustentável dos recursos naturais, sem necessidade de abertura de novas áreas desmatadas		
AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES TRANSVERSAIS ÀS ZONAS DO ZEE/AC		
Reorganização e Ampliação da Cadeia Produtiva da Farinha	440 famílias beneficiadas pelo Programa até 2010	<p>Nível tecnológico das propriedades rurais incrementado</p> <p>Banco de dados sobre a estatística pesqueira no Alto e Baixo Acre, em Tarauacá, Feijó e na região da Tríplíce Fronteira desenvolvido e consolidado</p> <p>Incremento da produtividade dos pequenos e médios produtores, aliado à diversificação da produção</p> <p>Elevação da oferta de alimentos e segurança alimentar</p> <p>Estação de piscicultura modernizada e reestruturada; rios, lagos e igarapés limpos</p> <p>Agregação de valor à cadeia produtiva do leite e derivados</p> <p>Elevação da produção e oferta de galinha e ovos caipira em todo o Estado, reduzindo a dependência avícola dos municípios do interior e diminuindo a pressão sobre os animais silvestres</p> <p>Cadeias produtivas sustentáveis fortalecidas e modernizadas</p>
Fortalecer a cadeia produtiva dos pescados	Beneficiar 600 famílias com o programa; 50% do mercado consumidor atendido até 2010	
Fomentar e modernizar a piscicultura	Estação de Piscicultura modernizada e estruturada até 2010	
	pesquisa para introdução da produção de alevinos de O6 (seis) novas espécies nativas concluída até 2010	
	ações de recuperação e limpeza de igarapés, rios e lagos implementadas; assistência técnica a 1.000 produtores até 2010	
	alevinos produzidos e disponibilizados aos piscicultores até 2010	
AÇÕES ZONA 01		
Promoção e incentivo da pecuária leiteira através da difusão e melhoramento genético	1200 produtores atendidos pela SEA-PROF; 100 unidades comunitárias de resfriamento de leite implementadas; laticínio para envase UHT implantado; 200 propriedades selecionadas e georeferenciadas; 200 produtores atendidos pela SEAP até 2010	
Fortalecer a cadeia produtiva de hortaliças.	200 famílias envolvidas na cadeia produtiva da horticultura até 2010.	
Consolidar o complexo agroindustrial da regional do Alto Acre	Aviários concretizados; frigorífico de frangos em funcionamento; fábrica de ração concluída; recursos para custeio da produção de milho garantidos junto ao PRONAF; silo construído; central de incubação em funcionamento; 500 famílias envolvidas; produção 11.000 aves/dia até 2010.	

continua...



AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS	
AÇÕES TRANSVERSAIS ÀS ZONAS DO ZEE/AC			
Consolidação da Cadeia Produtiva de Frutas Tropicais.	400 Famílias de Produtores Rurais envolvidos com a Cadeia Produtiva de Frutas Tropicais beneficiadas até 2010.		
Promoção e incentivo à criação de animais silvestres através da difusão e melhoramento genético.	200 matrizes de animais silvestres produzidas; 08 (oito) criatórios de animais silvestres implantados; estrutura física existente ampliada; 20.000 cartilhas informativas produzidas até 2010.		
AÇÕES ZONA 02			
Manejo participativo da pesca	200 pescadores capacitados até 2010.		
	02 documentos de estratégias municipais de manejo da pesca elaborados até 2010.		

PROGRAMA: Recuperação de Áreas Alteradas		
FOCO: Reincorporação de áreas alteradas e/ou degradadas ao processo produtivo no Estado do Acre visando dirimir a necessidade de desmatar novas áreas e garantir a recuperação de APPs degradadas pelos inúmeros benefícios proporcionados pela proteção da vegetação nessas áreas		
AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES ZONA 01		
Acesso a calcário subsidiado para famílias de produtores vinculados às cadeias produtivas prioritárias - Pró-calcário.	25.000 toneladas de calcário subsidiado até 2010.	<p>Elevação da qualificação da mão de obra rural;</p> <p>Solos corrigidos; Áreas recuperadas e reincorporadas ao processo produtivo</p> <p>Elevação da produção e dos índices de produtividade nas atividades agropecuárias diminuindo a necessidade de desmatar novas áreas para produção agropecuária;</p> <p>Redução das importações de milho;</p> <p>Pastagens mais sustentáveis, recuperadas e utilizando amendoim forrageiro dentre outras leguminosas para diversificação da alimentação dos animais;</p> <p>Diminuição dos índices de focos de calor e queimadas pela utilização de roçados sustentáveis;</p> <p>Área experimental de produção de biodiesel implementada;</p> <p>Áreas de nascentes e matas ciliares conservadas e recuperadas.</p>
Promover a recuperação de áreas alteradas pelo acesso à mecanização agrícola para famílias de produtores vinculados às cadeias produtivas prioritárias	1.000 famílias de produtores vinculados às cadeias produtivas prioritárias atendidas pelo Pró-calcário e Mecaniza até 2010.	
	Aumento na área mecanizada no Estado do Acre (26.000 ha) até 2010.	
Promover intercâmbios entre produtores e eventos para capacitação de famílias de produtores, técnicos e operadores de equipamentos	10.000 hectares de áreas degradadas recuperadas e reincorporadas com ênfase na produção de culturas anuais, sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Silvicultura e implantação de culturas perenes até 2010.	
	07 intercâmbios entre produtores e 10 eventos para capacitação de 250 famílias de produtores, 100 técnicos e operadores de equipamentos realizados até 2010.	
Implantar viveiros de mudas de Amendoim forrageiro para melhoramento de pastagens.	02 hectares de áreas de produção de mudas de Amendoim forrageiro em cada um dos 22 municípios do Estado implementado até 2010.	
Produzir mudas de espécies frutíferas e de mandioca para programas de desenvolvimento sustentável da produção familiar.	Material para propagação de mudas de cultivares de abacaxi, banana, mandioca e borbulhas de laranja e limão fornecidos para programas de produção de mudas em parceria com as comunidades até 2010.	
Implantar roçados sustentáveis nos municípios e recuperar e reincorporar áreas degradadas.	Roçados sustentáveis implantados nos municípios isolados e de difícil acesso até 2010.	

continua...



AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES ZONA 01		
Elaborar um sistema de aptidão agrícola das terras em nível de propriedade rural.	Sistema de aptidão agrícola das terras em nível de propriedade rural desenvolvido até 2010.	
Elaborar um sistema de aptidão agrícola das terras em nível de propriedade rural.	Sistema de aptidão agrícola das terras em nível de propriedade rural desenvolvido até 2010.	
Produção Experimental de Biodiesel com Implantação de Pólos de Produção de Oleaginosas.	250 produtores envolvidos e área de 500 hectares identificados para implementação dos Pólos de Produção de Oleaginosas até 2010.	
Conservação e recuperação de nascentes e Matas Ciliares.	Plano de recuperação de mata ciliar, nascentes e áreas críticas do Rio Judia, Rio do Rôla e Rio Acre elaborado e implementado até 2010.	
	Unidades demonstrativas de práticas sustentáveis e de recuperação de APPs degradadas implantadas até 2010.	
Elaborar Guia para Recuperação de Áreas Alteradas.	Guia para Recuperação de Áreas Alteradas elaborado até 2010	

PROGRAMA: Certificação da Propriedade Familiar Sustentável		
FOCO: Estabelecimento do processo de certificação socioambiental de unidades produtivas rurais familiares (propriedades regularizadas e áreas de posse), oportunizando sua inclusão social e econômica, bem como a garantia do uso sustentável dos recursos naturais e a gestão adequada do território		
AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES TRANSVERSAIS		
Implantar o Programa de Certificação da Propriedade Rural Sustentável	Arcabouço legal do programa, bem como parâmetros e índices de sustentabilidade agroflorestal e social das propriedades definidos até 2010	Planos de Certificação da Propriedade Sustentável - PCPS elaborados contemplando o licenciamento ambiental das propriedades rurais - SLAPR e a regularização de passivos florestais; Geração de renda por meio da produção sustentável e Unidades demonstrativas agroecológicas implementadas; Pagamento do bônus financeiro por serviços ambientais associados à manutenção/recuperação de APPs e RLs e adoção de práticas visando a produção sustentável e sem uso do fogo nos imóveis rurais; Propriedades agroflorestais certificadas contemplando um arranjo de metas e índices a serem atingidos conforme estabelecido em cada Plano de Certificação da Propriedade Sustentável – PCPS; Pagamentos por serviços ambientais associados à conservação de ativos florestais e à práticas conservacionistas que garantam a manutenção dos serviços ambientais associados às florestas e recursos hídricos implementados; Propriedades certificadas em processo de adequação ambiental.
	200 técnicos envolvidos na certificação capacitados até 2010	
	Unidades demonstrativas implantadas ao longo do Programa	
	Adesão e cadastro georeferenciado de produtores efetuados ao longo do Programa	
Implantar ações agroflorestais demandadas pelos Planos de Desenvolvimento Comunitário - PDCs	100% das demandas do programa atendidas até 2015	
AÇÕES ZONA 01		
Implementar o Programa de Certificação com foco nos Projetos de Assentamento	2000 famílias de produtores do Estado com adesão ao programa até 2011	
AÇÕES ZONA 02		
Implementar o Programa de Certificação com foco nas UCs de uso sustentável e PAs (Projetos de Assentamento) diferenciados	2000 famílias de produtores do Estado com adesão ao programa até 2011	



PROGRAMA: Fortalecimento do Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural		
FOCO: Aumento da capacidade de atendimento de ATER no Estado de forma a apresentar as alternativas de produção sustentável e as políticas públicas que contribuem para a melhoria de qualidade de vida das famílias e valorização do ativo ambiental		
AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES TRANSVERSAIS		
Consolidar a Rede Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural	Editais de descentralização dos trabalhos de ATER publicados no decorrer do Programa.	Ampliação da oferta de serviços às comunidades com segurança alimentar e nutricional; Recursos humanos (foco em especialistas em geoprocessamento) contratados, infra-estrutura e equipamentos adquiridos; Instituições locais prestadoras de ATER fortalecidas e ampliando sua atuação; Atualização do Plano de Mitigação nas TIs Impactadas pelas BRs 364 e 317; Casas de farinha em TIs e produção de farinha de mandioca em comunidades isoladas; Ampliação da adoção de práticas de produção com base agroecológica.
	Infra-estrutura para prestação de serviços de ATER adequada a partir da aquisição de veículos e de equipamentos de informática e de geoprocessamento até 2010.	
	Estratégias de monitoramento e avaliação das atividades de ATER elaboradas e em implementação até 2010.	
Realizar ATER ao crédito solidário e responsável	Famílias cadastradas e Declarações de Aptidão ao PRONAF - DAPs emitidas para operações anuais.	
	Projetos de crédito elaborados e acompanhamento dos produtores contemplados anteriormente.	
Capacitação de técnicos	200 técnicos capacitados: cursos de agentes comunitários; de imersão em ATER; e metodologias participativas realizados até 2010.	
	Cursos técnicos a representantes nas áreas temáticas de ATER realizados no decorrer do Programa.	
Fortalecimento institucional da SEAPROF	Veículos, equipamentos de informática e material para os escritórios adquiridos; internet instalada nos escritórios até 2010.	
Sistematizar dados e informações gerados no âmbito do Programa Estadual de ATER	Manual da metodologia de ATER, cartilhas e material para divulgação de alternativas ao uso do fogo elaboradas até 2010.	
Segurança alimentar com abastecimento local em municípios de difícil acesso	1.000 famílias em municípios de difícil acesso atendidas até 2010.	
Convênio INCRA/Governo do Estado para prestação de serviços de ATER	4.300 famílias atendidas pela SEAPROF no âmbito do convênio com o INCRA até 2010	
Implantar Rede Virtual de Transferências de Tecnologia	Rede Virtual de Transferências de Tecnologia estruturada e operacionalizada nos 22 municípios do Estado até 2011.	
Capacitação de técnicos em Manejo de Precisão em Florestas Tropicais - Modelo Digital de Exploração Florestal – MODEFLORA	175 técnicos capacitados no MODEFLORA até 2010	
AÇÕES ZONA 02		
Extensão Indígena	500 famílias atendidas pela extensão indígena até 2010	



PROGRAMA: Aquisição de Alimentos		
FOCO: Fortalecimento das ações de compra direta da produção agroflorestal, garantindo escoamento para produção de associações de agricultores familiares e beneficiando a rede de serviços sociais		
AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES TRANSVERSAIS		
Captar recursos para aquisição alimentos do produtor (compra antecipada e doação simultânea).	Convênios negociados com valores para atender 3.300 produtores até o final de 2010.	Cadeia produtiva consolidada com disponibilização dos produtos para entidades beneficentes Processo de ATER fortalecido Entidades abastecidas com produção local agroecológica Garantia de compra da produção dos agricultores
Captar recursos (Cédula do Produtor Rural - CPR) para fortalecer capital de giro de cooperativas.	Recursos captados até 2010.	
Adoção do pagamento via cartão eletrônico e elaboração/implementação do projeto de logística e informatização para monitoramento do programa.	Projeto de logística e informatização para monitoramento do programa no Estado elaborado e implementado até 2010.	
Elaboração de Projeto Visual.	Projeto Visual elaborado até 2010.	
Mapeamento da produção e das entidades beneficiadas por município para Cruzamento da oferta/demanda.	Estudo de oferta/demanda elaborado até 2010.	
Estabelecer Acordos de Resultados e Cooperação Técnica com entidades parceiras	7 Acordos de resultados e termos de cooperação técnica assinados com instituições locais até 2010 e com todas as prefeituras municipais até 2015. (SEDSS, CONAB, DAP, SEE, CONSEA, Conselho Estadual de Assistência Social, Cooperativas e Prefeituras até 2010	

PROGRAMA: Práticas Sustentáveis para consolidação do Ordenamento Territorial da ZAP BR-364, Trecho Feijó - Manuel Urbano		
FOCO: Promoção de iniciativas sustentáveis nas áreas de influência da BR-364 para consolidação do ordenamento territorial		
AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES TRANSVERSAIS		
Elaborar e implementar estratégias de produção sustentável em base florestal, agroflorestal e agroextrativista	05 empreendimentos sócio-produtivos instalados incluindo 4,3% das famílias cadastradas no CAD único até 2010.	Acesso a serviços de saúde, educação, assistência social e ATER disponibilizados;
Fortalecer iniciativas de mobilização social e capacitação gerencial junto às associações locais	400 famílias capacitadas em associativismo e cooperativismo e de 50 famílias em técnicas para recuperação de APPs em áreas pólo até 2010.	Alternativas sustentáveis de produção sendo implementadas junto às comunidades;
Garantir a compra direta da produção	400 famílias atendidas pelo programa até 2010.	Comunidades fortalecidas e mobilizadas;
Implantar roçados sustentáveis	400 famílias atendidas com roçados sustentáveis na área de influência da BR 364 até 2010.	Geração de renda e conservação do ativo florestal pelas comunidades através do manejo florestal de uso múltiplo;
	2.600 ha de roçados sustentáveis implantados até 2015 beneficiando 1300 famílias e na área de influência da BR 364 entre Manoel Urbano e Tarauacá.	Reflorestamentos auxiliando a conservação ambiental, recuperação de áreas, geração de renda e segurança alimentar para as comunidades;
Implantar o manejo florestal de uso múltiplo	100 moradores do Complexo de Florestas Públicas do Rio Gregório produzindo em Sistemas de Manejo Florestal de Uso Múltiplo até 2010.	Infra-estrutura consolidada possibilitando o escoamento de produtos e serviços;
	Concessão Florestal de 150.000 hectares até 2010.	Garantia de abastecimento de material genético de qualidade através da implementação dos viveiros e do laboratório de melhoramento genético. Controle e prevenção do desmatamento na área de influência da BR – 364, pela adoção de práticas sustentáveis.

continua...



AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES TRANSVERSAIS		
	Certificação do Manejo Florestal Comunitário implementado até 2010.	
	Elaboração de Plano Manejo de Uso Múltiplo da Floresta e a Certificação de Origem para 919 famílias de manejadores comunitários na área de influencia da BR 364 entre Manoel Urbano e Tarauaca até 2015.	
Garantir a compra direta da produção	ATER garantida para 400 famílias até 2010.	
AÇÕES ZONA 01		
Implantar Laboratório de Melhoramento Genético e Clones do Viveiro da Floresta	Laboratório de Melhoramento Genético e Clones do Viveiro da Floresta implantado e produzindo clones até 2015.	
Implantar plantios florestais de reflorestamento para recuperação de passivos florestais e geração de estoque e construir viveiros florestais.	Viveiro de mudas construído em Feijó com capacidade de 1,2 milhões de mudas/ano até 2010.	
	3.200 hectares em Tarauacá, Manuel Urbano e Feijó reflorestados até 2010.	
Programa de Certificação da Propriedade Rural Sustentável.	400 famílias envolvidas no programa até 2010.	
Equipar estruturas de armazenamento e construir pontes.	Infra-estrutura consolidada até 2010	

PROGRAMA: Fortalecimento da cadeia produtiva de produtos florestais não-madeireiros

FOCO: Desenvolvimento e consolidação de cadeias produtivas para geração de renda das famílias de pequenos produtores rurais localizadas em zonas especiais de desenvolvimento.

AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES ZONA 02		
Operacionalizar usinas de beneficiamento de castanha	02 usinas de beneficiamento de castanha operacionalizadas até 2010	Cooperativas estruturadas e comercializando a produção com melhores preços; Boas práticas adotadas pelos produtores; Transporte da produção garantido; Kits de coleta de látex distribuídos e capacitações realizadas; Abertura, manutenção e recuperação de ramais, varadouros e pontes consolidada; Seringais de cultivo em Assis Brasil, Brasiléia e Sena Madureira identificados e mapeados, Consolidação de cadeias produtivas de produtos extrativistas não madeireiros, Valorização da floresta em pé pelo incremento da renda familiar diminuindo a pressão sobre a floresta.
Construir armazéns comunitários e reforma de armazéns industriais e individuais	09 armazéns comunitários construídos; 02 armazéns industriais e 247 individuais reformados até 2010	
Realizar cursos, oficinas e treinamentos aos extrativistas e técnicos	Cursos, oficinas e treinamentos aos extrativistas e técnicos realizados até 2010	
Viabilizar infra-estrutura e logística para escoamento da produção até o beneficiamento	Produção chegando aos locais de beneficiamento por meio da aquisição de 03 caminhões e 01 voadeira até 2010	
Aumentar a comercialização direta do produto por meio de cooperativas	40% (4 mil Toneladas) da produção comercializada através de cooperativas locais até 2010	
	1.500 famílias envolvidas até 2010	
Promoção de ATER a famílias envolvidas	Assistência técnica e extensão rural a 254 famílias e melhoria em moradias (construção de fossas sépticas, banheiros, poços, energia, fontes d'água) ao longo do processo de ATER	

continua...



AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES ZONA 02		
Fomentar a produção de matéria-prima para industrialização do látex	Programa de Florestas Plantadas implantado em parceria com 400 famílias/3ha por município (Brasiléia, Epitaciolândia, Capixaba e Xapuri) totalizando 1.000 há até 2010	
	10 novos Pontos de Recolhimento de Látex e 200 Pontos de Apoio implementados até 2010	
	1000 famílias envolvidas até 2010	
Consolidar cadeia do CVP (Cernambi Virgem Prensado)	Cadeia consolidada até 2010	
Implementar a cadeia do FDL (Folha Defumada Líquida)	260 unidades de produção de FDL implantadas até 2010	

PROGRAMA: Transporte e Armazenamento da Produção		
FOCO: Garantia do escoamento e armazenamento da produção agroflorestal das cadeias produtivas sustentáveis		
AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES ZONA 01		
Implantar Silo Granelero na Região do Alto Acre - Brasiléia	Silo implementado até 2010	Produção agroflorestal beneficiada e chegando aos locais de comercialização Frota de caminhões em condições para atender as famílias Produção com garantia de escoamento para beneficiamento e aos mercados consumidores Infra-estrutura de beneficiamento e armazenamento consolidada
Realizar melhorias de infra-estrutura para atender as famílias envolvidas nas cadeias produtivas prioritárias	4000 famílias beneficiadas até 2010	
Equipar as estruturas de beneficiamento e armazenamento na capital e no interior do Estado	(i) 10 máquinas beneficiadoras de arroz; (ii) 02 elevadores e (iii) 04 secadores adquiridos até 2010	
	02 silos de armazenamento de grãos em Acrelândia e Senador Guiomard construídos em estruturados até 2010	

PROGRAMA: Consolidação de Pólos e Quintais Agroflorestais		
FOCO: Melhorias da produção e infra-estrutura para comunidades residentes nos Pólos Agroflorestais		
AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES ZONA 01		
Aquisição de maquinário e implementos para escoamento da produção.	06 tratores de pneu, 02 tratores de esteira, 06 implementos agrícolas e 04 caminhões para escoamento da produção adquiridos até 2010	Comunidades estruturadas com equipamentos e infra-estrutura para beneficiamento da produção Abastecimento de água nas moradias Incremento da produtividade dos Pólos Agroflorestais.
Implementar infra-estrutura para acondicionamento de equipamentos, implementos e máquinas.	06 galpões para acondicionamento de equipamentos, implementos e máquinas construídos. Equipamentos e material permanente adquirido até 2010	
Consolidar vias de acesso e abastecimento de água.	20 km de ramais e 577 poços e reservatórios de água construídos até 2010	
Levantamento topográfico dos perímetros.	Levantamentos realizados até 2010	



PROJETO: Pagamento por Serviços Ambientais		
FOCO: Mecanismos de Incentivos à manutenção e Incremento dos Serviços Ambientais no Estado		
AÇÕES TRANSVERSAIS ÀS ZONAS	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
Criar e implementar o Fundo do Ativo Florestal para captação de recursos e remuneração por serviços ambientais.	Estudos preliminares realizados e Fundo criado até 2010	<p>Redução nas taxas de desmatamento no Estado em 80% até 2020 tomando como base a taxa de 602km²/ano do período de 1995 a 2005;</p> <p>Transparência das transações envolvendo provedores de serviços ambientais e respectivos investidores;</p> <p>Mudança de paradigma na base de produção do Estado;</p> <p>Conservação do ativo florestal e melhoria de vida das comunidades rurais;</p> <p>Mitigação e adaptação às mudanças climáticas globais;</p> <p>Pagamento por serviços ambientais nas cadeias produtivas da borracha, castanha, açaí.</p>
Mobilização, comunicação e fortalecimento comunitário para adesão ao Programa de PSA.	Publico alvo aderindo ao Programa de PSA a partir de 2010	
Definir área prioritária para implementação do Programa de PSA e elaborar plano para acesso aos recursos de mercados/negociações RED/REDD e MDL.	Plano RED/REDD elaborado e em início de implementação na área prioritária definida até 2010	
Constituir arcabouço legal estadual referente ao Pagamento por Serviços Ambientais.	Arcabouço legal dos PSA em nível estadual elaborado e aprovado até 2010.	
Elaborar estudos para adequar parâmetros técnicos do programa Produtor de Águas/ANA à realidade do Estado do Acre.	Valores referência do programa Produtor de Águas definidos com base na realidade do Estado.	
Bônus financeiro para famílias envolvidas no Programa de Certificação da Propriedade Rural Sustentável	2219 famílias beneficiadas com Bônus financeiro até 2015 em áreas prioritárias ao longo da BR 364.	
Modernizar e garantir o pagamento diferenciado do subsídio da borracha às famílias e comunidades dispostas a manter o ecossistema florestal	Beneficiar 2.500 famílias de produtores rurais até 2010.	
Estabelecer e Integrar Ações Mitigadoras para as Mudanças Climáticas Globais	Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA elaborada até 2010	
	Equipamentos para monitoramento ambiental adquiridos e instalados até 2010	
	Decreto do ICMS Socioambiental elaborado e em funcionamento até 2010	

2.4.3 Monitoramento, Controle e Fiscalização

A baixa acessibilidade em vários locais do Acre é um dos principais fatores que facilita atos ilegais de desmatamento e exploração madeireira, constituindo-se, portanto, no desafio central para o planejamento das ações de Monitoramento e Controle. Considerando que, associado ao crime ambiental, uma série de outros ilícitos é praticada com frequência (grilagem de terras, sonegação de impostos, e até biopirataria e narcotráfico) pode-se concluir que, além do aprimoramento de todo o sistema normativo ambiental e de todo aparato tecnológico disponível, a integração dos trabalhos das instituições competentes é essencial.

Assim sendo, propõe-se um conjunto de ações que possa traduzir no curto, médio e

longo prazo uma efetiva e definitiva presença do Estado no território acreano, consolidando a cultura de trabalho integrado no âmbito das políticas de monitoramento, licenciamento e fiscalização ambiental.

Tais ações estão focalizadas na descentralização e modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental; na criação e implantação do Núcleo Estratégico de Fiscalização (IBAMA/IMAC); na implantação do Plano de Regularização dos Passivos Ambientais Florestais, com base nos instrumentos de desoneração e compensação; e na regularização dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, com especial foco no licenciamento ambiental dos PAs e recuperação de APPs (Matas Ciliares) degradadas.

Outro ponto importante a destacar no aspecto de monitoramento é que como o Acre é



um Estado que faz divisa com dois países (Peru e Bolívia), têm-se a necessidade de articular ações com esses países somando esforços nas iniciativas de proteção e conservação do território.

Desta forma este eixo se propõe a atingir os seguintes objetivos específicos:

1. Ampliar o número de propriedades submetidas ao licenciamento ambiental e com passivos florestais regularizados;
2. Formar uma base única de dados e informações associadas ao monitoramento da dinâmica do desmatamento, ao licenciamento ambiental de propriedades rurais, desmatamento e manejo florestal, e às atividades de fiscalização;
3. Aprimorar instrumentos de monitoramento, licenciamento e fiscalização do desmatamento, queimadas e exploração madeireira ilegal, a partir do desenvolvimento de módulos operacionais do Sistema Estadual de Informações Ambientais – SEIAM;
4. Criar e operacionalizar o Núcleo Estratégico de Combate ao Desmatamento para integrar e coordenar as ações da SEMA, IMAC, IBAMA no monitoramento e controle ambiental, e para envolver outras instituições parceiras, como o INCRA, PRF, Polícia Federal, Pelotão Florestal, Exército Brasileiro, SEF, ITERACRE e IDAF;
5. Desenvolver um Sistema Integrado de Denúncias Ambientais dirigidas ao IMAC e IBAMA;
6. Fortalecer e aprimorar o Sistema Estadual de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto à cargo da Unidade Central de Geoprocessamento – UCEGEO;
7. Realizar ações integradas de monitoramento e fiscalização, por meio de operações de campo, sobrevôos, uso de imagens de satélite de alta resolução espacial e análise dos bancos de dados associados ao licenciamento ambiental;
8. Fortalecer a Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais, buscando a proposição e avaliação de estratégias integradas voltadas para a prevenção, controle e mitigação de impactos decorrentes de incêndios florestais, secas, desmatamentos, enchentes e acidentes com produtos químicos perigosos;
9. Licenciamento Ambiental dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária a partir da cooperação e apoio técnico entre o INCRA e o Governo do Estado do Acre através da SEMA, IMAC, ITERACRE, SEF e SEAPROF e a efetiva execução dos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos.

Dentre as principais instituições de governo responsáveis pela execução dos projetos e programas relacionados neste eixo são: IMAC, IBAMA, INCRA, SEMA, SEF, EMBRAPA e UCEGEO.



2.4.3.1. Programas, projetos, ações, metas e resultados esperados

MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO		
PROGRAMA: Modernização do Sistema de Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental		
FOCO: Aumentar a eficiência do cumprimento das normas ambientais com agilidade e modernização dos processos de controle ambiental de recursos florestais		
AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES TRANSVERSAIS ÀS ZONAS DO ZEE/AC		
Estruturar o IMAC para fortalecer as ações de controle ambiental como o licenciamento e monitoramento das propriedades e atividades produtivas dos programas estratégicos do Estado.	Atendimento a demanda de processos de licenciamento ambiental de tramite simplificado no prazo de 20 dias e tramite normal de 45 dias com 40% de processos monitorados	Agilidade e qualidade do licenciamento, monitoramento e fiscalização das obras de infra-estrutura, empreendimentos, propriedades e das atividades que utilizam recursos florestais; Central de atendimento do IMAC e Núcleos Regionais com sistemas de controle e de qualidade ambiental implantados Controle da produção florestal do Estado; Campanhas de divulgação do licenciamento realizadas; Portaria para regulamentar o processo de outorga de uso dos recursos hídricos aprovada.
Licenciamento e monitoramento do manejo florestal e das indústrias de base florestal.	100 % dos autos de infração pagos ou encaminhados a dívida ativa e devidamente monitorados	
Disponibilizar informações dos processos de licenciamento ambiental na página do SEIAM.	Demanda pelo licenciamento de planos de manejo florestal atendida e aumento do controle em 100%.	
Implantar os módulos de controle ambiental e de Licenciamento da Propriedade Rural – MLAPR.	Dados e informações disponibilizados na página do SEIAM até 2010.	
Desconcentrar atividades de controle ambiental para os Núcleos Regionais.	Módulos implantados; dados das propriedades e do licenciamento inseridos no sistema até 2010.	
Implantar Central de Atendimento para o Licenciamento nos núcleos regionais do IMAC.	Núcleos Regionais estruturados até 2010.	
Desenvolver sistema de monitoramento da Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal integrado ao Sistema Estadual de Informações Ambientais -SEIAM (Geoconsulta - Módulo do Ativo Florestal).	Central de Atendimento para o Licenciamento implantada nos núcleos regionais do IMAC até 2010.	
Desenvolver sistema integrado ao SEIAM para elaboração dos produtos de geoprocessamento associados ao MLAPR das propriedades vinculadas à Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal.	Módulo/sub-módulos do Sistema Estadual de Informações Ambientais – SEIAM (02 sistemas) desenvolvidos e em operação até 2010.	
Efetuar campanhas de divulgação para o licenciamento.	Acesso externo aos processos de todas as atividades em tramite no SEIAM liberado aos interessados até 2015.	
Implementar o Procedimento de Outorga do uso dos Recursos Hídricos.	IMAC, SEAPROF e INCRA disporão de interfaces do sistema de consolidação do MLAPR até 2010.	
	03 campanhas de divulgação e 05 seminários ambientais realizados até 2011.	
	Sistema de outorga do uso dos recursos hídricos implementado até 2010.	



PROGRAMA: Plano de Ação Integrada de Controle Ambiental

FOCO: Promover ações integradas de monitoramento e controle ambiental visando a redução dos desmatamentos, queimadas, exploração e transporte de madeira ilegal no Estado do Acre

AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES TRANSVERSAIS ÀS ZONAS DO ZEE/AC		
Monitoramento da dinâmica do desmatamento e degradação florestal	Sistema estadual de monitoramento da cobertura florestal operando conforme nova metodologia (UCEGEO/IMAC) e Protocolo de Acurácia a partir de 2010.	Monitoramento e controle pleno do desmatamento e degradação florestal; Integração de base de dados e informações, e definição do método de gerenciamento dos dados e informações gerados no âmbito do licenciamento, fiscalização e monitoramento da dinâmica do desmatamento e degradação florestal; Maior articulação e integração das ações de monitoramento e controle entre as instituições responsáveis a nível estadual e federal; Monitoramento e fiscalização dos desmatamentos e queimadas com vistorias "in loco" subsidiadas com dados e informações dos sistemas de licenciamento e de monitoramento da dinâmica do desmatamento; Reduções significativas no desmatamento, queimadas, exploração e transporte de madeira ilegal; Parceria consolidada com instituições envolvidas nas ações de comando e controle ambiental; Monitoramento das informações de licenciamento ambiental em tempo integral; Melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo IMAC e IBAMA; Aplicação padronizada das normas ambientais; Integração do atendimento de denúncias dirigidas ao IBAMA e IMAC.
	100% das Propriedades do Processo de Certificação georreferenciadas e monitoradas até 2012.	
Monitoramento e rastreamento da produção florestal em áreas públicas e privadas (reserva legal)	Rotinas de rastreamento da produção florestal instituídas a partir do monitoramento permanente dos dados de licenciamento do manejo/exploração florestal até 2010.	
Criar o Núcleo Estratégico de Combate ao Desmatamento	Núcleo Estratégico de Combate ao Desmatamento criado e operacionalizado até 2010, com sala de situação e técnicos/fiscais disponíveis em tempo integral.	
	Metodologia de gerenciamento dos dados estabelecida até 2010 e 100% dos órgãos estaduais utilizando o banco de dados integrado implantado até 2015.	
Operações de monitoramento e fiscalização "in loco" do desmatamento e da degradação florestal	Operações de monitoramento e fiscalização realizados de forma integrada, com foco nas Autorizações de Exploração Florestal, Florestas Públicas Estaduais e áreas de influência da BR-364	
	Realizar barreiras fixas e barreiras móveis	
	Monitoramento aéreo com sobrevôos	
Campanha de informação e de envolvimento da sociedade no combate ao uso do fogo	Material didático produzido; parcerias com associações fortalecidas e/ou estabelecidas	
Estruturar o IMAC e parceiros para atuarem no controle do desmatamento e queimadas	Instituições envolvidas com atividades de comando e controle estruturadas para desempenho de suas atividades	
	Brigadas de incêndios em Rio Branco, Tarauacá e Sena Madureira instituídas até 2010	



PROGRAMA: Regularização do Passivo Ambiental Florestal		
FOCO: Regularização do passivo ambiental florestal na Zona 01 do ZEE/AC		
AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES ZONA 01		
Fomentar a pactuação do programa entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil, e formalizar cooperação técnica com instituições parceiras.	Programa de Regularização do Passivo Florestal pactuado até 2010.	<p>Cadastro Estadual Georreferenciado de Imóveis Rurais implantado e integrado ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR e ao Módulo de Licenciamento Ambiental da Propriedade Rural – MLAPR;</p> <p>Gestão do SEANP fortalecida a partir da consolidação dos instrumentos de compensação de passivos florestais de propriedades rurais;</p> <p>Ampliação em 50% do número de imóveis rurais inseridos no Módulo de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais - MLAPR/SEIAM e com passivos florestais regularizados;</p> <p>Áreas de floresta estadual transformadas em unidades de conservação na área territorial da BR-364 Feijó/Manuel Urbano consideradas por mecanismos para compensação do passivo ambiental do Estado nas regiões mais desmatadas;</p> <p>Mecanismo de desoneração em funcionamento, garantindo a regularização de passivos e o fortalecimento do SEANP.</p>
Realizar campanha de difusão da recuperação e conservação de ativos florestais de propriedades privadas e públicas.	03 campanhas de difusão da Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal executadas até 2010.	
Consolidar o arcabouço legal referente às modalidades de regularização de passivos ambientais florestais.	Decretos e portarias orientando e regulamentando as modalidades de regularização dos passivos ambientais florestais aprovados até 2010.	
Estabelecer e integrar ações mitigadoras para as mudanças climáticas globais no Estado	<p>Câmaras técnicas da Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais consolidadas e em funcionamento até 2009.</p> <p>Plano Estadual de Gestão de Riscos Ambientais elaborado até 2010.</p>	
Incluir propriedades aonde a Embrapa desenvolve atividades de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias	100% das propriedades incluídas no programa até maio de 2010.	
Cadastro Estadual Piloto de Imóveis Rurais	80% das propriedades rurais do município de Plácido de Castro inseridas no cadastro piloto integrado ao SEIAM/SLAPR e ao SITACRE até 2010.	
AÇÕES ZONA 03		
Cadastro Estadual Piloto de Imóveis Rurais	80% das propriedades rurais localizadas na BR-364 (Feijó-Manuel Urbano) inseridas no cadastro piloto integrado ao SEIAM/SLAPR e ao SITACRE até 2010.	



PROGRAMA: Plano de Ação para Regularização e Licenciamento Ambiental dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária		
FOCO: Cooperação e apoio técnico para formulação e implementação de medidas para promover a regularização ambiental e o desenvolvimento de atividades sustentáveis nos Projetos de Assentamentos vinculadas aos Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos		
AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES ZONA 01		
Viabilizar a compensação dos passivos ambientais de reserva legal (RL) mediante a transferência de áreas para regularização fundiária de unidades de conservação para o IBAMA, conforme portaria conjunta INCRA/IBAMA 155/2002.	Ampliação do número de Projetos de Assentamento com licenciamento ambiental e passivo florestal regularizado.	Ampliação do número de Projetos de Assentamento incluídos em cadastros fundiários georeferenciados;
Licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento, inclusive dos localizados no Território da Cidadania.	Concessão da LIO aos 48 PAs com processo de licenciamento em trâmite no IMAC até 2010.	Ampliação no número de beneficiários da reforma agrária com adesão ao Programa de Certificação das Propriedades Familiares Sustentáveis;
Recuperação de APPs e RLs degradadas por meio do programa de ATEs.	Licenciamento ambiental de 60 PAs no Estado até 2010.	Planos de Desenvolvimento Sustentável dos PAs elaborados;
Recuperação de APPs e RLs degradadas por meio do programa de ATEs.	Redução nas áreas de passivos florestais nos assentamentos.	Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal recuperadas com plantios florestais;
Capacitar e treinar os assentados sobre questões ambientais e noções básicas de agroecologia, SAFs, legislação ambiental e produção de mudas florestais.	Famílias de assentados capacitadas e envolvidas nos projetos de recuperação de áreas alteradas.	Termo de Cooperação firmado entre INCRA e Estado do Acre para regularização ambiental e desenvolvimento de atividades sustentáveis implementado
	05 Centros de Divulgação Ambiental, Florestania e de Reflorestamento implementados no Território da Cidadania até 2010.	

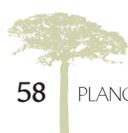
2.4.4. Ações Estruturantes

Além dos programas e projetos apresentados nos eixos do PPCD/AC, está sendo desenvolvido um conjunto de ações com o objetivo de que se estabeleçam condições adequadas para plena execução da estratégia proposta, e, conseqüentemente para a consolidação do desenvolvimento econômico sustentável. Tais ações compreendem pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico; formação e capacitação continuada de servidores públicos e sociedade civil; educação ambiental; consolidação do arcabouço legal da Gestão Florestal; ferramentas para conservação da biodiversidade; fortalecimento institucional e descentralização da gestão ambiental; e gerenciamento da informação.

Desta forma este eixo se propõe a atingir os seguintes objetivos específicos:

1. Desenvolver pesquisas e estudos em áreas como: definição de coeficientes técnicos para Planos de Manejo Florestal Sustentável e para recuperação de APPs e RLs; Definição de indicadores sócio-ambientais para os sistemas agroflorestais e agropecuários sustentáveis; estoques e fluxo de carbono; e desenvolvimento de design e tecnologia da madeira;

2. Garantir acesso à cursos de formação e capacitação continuada, com foco em geotecnologias, educação e formação profissional;
3. Desenvolver e implementar estratégias de educação ambiental relacionadas às práticas sustentáveis e à necessidade de preservação e conservação da sóciobiodiversidade;
4. Revisar e consolidar o arcabouço legal da Gestão Florestal;
5. Realizar estudos e ações para estabelecer as ferramentas para uso, manejo e conservação da sóciobiodiversidade do Estado;
6. Consolidar o processo de descentralização da gestão ambiental a partir do fortalecimento das instituições estaduais e da estruturação das secretarias municipais de meio ambiente;
7. Garantir maior eficiência e eficácia sobre o levantamento e utilização das informações ambientais georeferenciadas no Estado.



2.4.4.1. Programas, projetos, ações, metas e resultados esperados

AÇÕES ESTRUTURANTES		
PROGRAMA: Ciência, Tecnologia e Inovação como Fatores do Desenvolvimento Sustentável		
FOCO: Construção de capacidades e fortalecimento da infra-estrutura de pesquisa científica e tecnológica nas instituições públicas e privadas de ensino superior e de pesquisa.		
AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES TRANSVERSAIS ÀS ZONAS DO ZEE/AC		
Apoio à elaboração e validação de coeficientes técnicos para PMFS em médias propriedades	Coefficientes técnicos para Planos de Manejo Florestal Sustentável elaborados e validados até 2010	<p>Grupos de pesquisas formados nas diversas áreas do conhecimento por meio da fixação de capital intelectual;</p> <p>Geração de conhecimentos sobre espécies florestais nativas com potencial de uso comercial e introdução de novas espécies no mercado madeireiro e moveleiro;</p> <p>Padrão de qualidade para o mobiliário de escritório e escolar com utilização de madeira maciça;</p> <p>Geração de conhecimento para subsidiar as políticas de desenvolvimento sustentável com forte base florestal no Estado do Acre;</p> <p>Contribuir para a melhoria da qualidade de vida de famílias que moram em condições insalubres, com oferta de unidade habitacional em madeira;</p> <p>Despertar e incentivar a vocação científica em estudantes do ensino fundamental, médio e universitário da rede pública;</p> <p>Material elaborado sobre o uso econômico do bambu nativo;</p> <p>Política de incentivo aos mecanismos de conhecimento, experimentação, valorização, divulgação, industrialização e comércio de madeira de espécies ainda não utilizadas ou pouco utilizadas;</p> <p>Recursos Humanos qualificados para o desenvolvimento de pesquisas</p>
Desenvolver estudos visando a definição de coeficientes técnicos de sistemas de recuperação de APPs e RLs	Coefficientes técnicos de sistemas para recuperação de áreas degradadas elaborados e validados até 2010	
Estabelecer Rede de Carbono do Acre e de Parcelas Permanentes	Estoques de carbono nas tipologias vegetais naturais e áreas alteradas do Estado quantificados através da Rede de Carbono instituída até 2010	
Estudo e Desenvolvimento de Design e Tecnologia da Madeira	Instalações físicas do Laboratório de Tecnologia da Madeira adequadas até 2010	
	Banco de dados e informações das características tecnológicas das madeiras do Estado do Acre gerado até 2010	
	Núcleo de Design do Pólo Moveleiro de Rio Branco estruturado até 2010	
	Estudos de caracterização física e mecânica de 20 espécies florestais realizados até 2010	
	Estudos para aproveitamento de resíduos da indústria moveleira realizados até 2010	
	Uso potencial de 5 espécies de bambu nativo identificados até 2010	
	Manual de orientação para produção de móveis de escritório e escolares elaborado até 2010.	
	400 (quatrocentos) kits em madeira de unidades habitacionais produzidos até 2010.	
Validação de métodos de controle de pragas agrícolas com o uso de produtos à base de plantas nativas.	Métodos de controle de pragas com uso de produtos à base de plantas nativas validados até 2010	
Apoio à elaboração de estudos de zoneamento de oportunidades de mercado vs. aptidão natural vs. potencialidade social para fomento à produção florestal, agropecuária e agroflorestal no eixo da BR-364 Sena/CZS.	Cadeias produtivas prioritárias para foco das políticas públicas ao longo da BR-364 no trecho de Sena Madureira/ Cruzeiro do Sul definidas com base nos estudos elaborados até 2010.	
Promoção de estudos e ações visando a incubação de uma Biofábrica de mudas de espécies frutíferas e florestais	Projeto elaborado e apresentado à parceiros potenciais identificados junto ao setor privado até 2010	
Desenvolvimento de pesquisas em produtos naturais e micropropagação de sementes florestais nativas	Pesquisas e estudos sobre produtos naturais e micropropagação de sementes florestais de espécies nativas desenvolvidos até 2010	

continua...



AÇÕES POR ZONA	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
AÇÕES TRANSVERSAIS ÀS ZONAS DO ZEE/AC		
Projeto de Pesquisa: Manejo Sustentável de Produtos Florestais Não Madeireiros, na Amazônia (KAMUKAIA II)	Práticas extrativistas para a castanha-do-brasil no Estado aperfeiçoadas (SAFENUT) até 2011	
	Banco de Dados de ecologia das espécies não-madeireiras conhecidos e analisados para manejo sustentável até 2011	
Análise econômica e avaliação de desempenho dos povoamentos de Teca	Desempenho silvicultural e econômico dos povoamentos de Teca conhecidos até 2010	

PROGRAMA: Formação, capacitação e educação ambiental		
FOCO: Formação e capacitação de servidores públicos envolvidos com as atividades previstas no PPCD Acre; jovens e adultos trabalhadores dos setores de desenvolvimento econômico do Estado do Acre; e povos indígenas. Garantir a inserção da Educação ambiental como tema prioritário da gestão ambiental		
AÇÕES TRANSVERSAIS	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
Criação de cursos de pós-graduação em geoprocessamento e geodésia na UFAC/FUNTAC	Cursos de especialização em geoprocessamento e geodésia criados em parceria com instituições de ensino superior	<p>Formação de profissionais na abordagem interdisciplinar nas instituições governamentais;</p> <p>Melhoria das estruturas físicas das Unidades Descentralizadas existentes;</p> <p>Ações de formação profissional vinculadas ao setor público e programas de desenvolvimento econômico;</p> <p>Ampliação da capacidade de oferta de vagas de Educação Profissional Pública para todo o Estado;</p> <p>Visualização da Educação Ambiental como meio para o atendimento digno das demandas sociais básicas, como: alimentação, saneamento básico, habitação, energia elétrica, educação, dentre outros;</p> <p>Aumento dos níveis de qualificação profissional dos povos indígenas, trabalhadores do setor produtivo do Estado, e dos servidores públicos envolvidos com a gestão ambiental</p> <p>Educação do consumo responsável, propondo o conhecimento da cadeia produtiva dos produtos ofertados no mercado</p> <p>Interação da sociedade com a Rede Estadual de Educação Ambiental</p>
Fortalecimento e Desenvolvimento da Educação Profissional	Ampliar e adequar as estruturas físicas das 04 Unidades Descentralizadas de Educação Profissional existentes até 2010	
	Implantar 3 Centros de Educação Profissional, sendo 01 na região do Alto Acre, 01 na região do Baixo Acre e 01 na região Tarauacá-Envira até 2010	
Intensificar a implementação do PRONERA	Aumento do Número de turmas de assentados (as) no programa.	
Formação profissional Vinculadas aos Programas de Desenvolvimento Econômico	Ampliação do número de vagas ofertadas em cursos de formação e educação profissional garantindo acesso para 850 técnicos até 2010	
	Ofertar cursos de formação inicial e continuada nas áreas profissionais demandadas pelo setor produtivo para 8.250 jovens e adultos até 2010	
Difusão do Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE/AC	Jogos ambientais do ZEE/AC atualizados, reeditados e reproduzidos até 2010	
Desenvolvimento do programa de formação de jovens extensionistas e empreendedores rurais,	150 jovens capacitados até 2010, com foco em filhos de produtores familiares em assentamento e reservas extrativistas	
Realizar campanha de difusão da Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal	Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais e Plano Estadual de Educação Ambiental contemplando a Política de Valorização do Ativo.	
	Comissão Estadual de Educação Ambiental - COMEEA e Rede Acreana de Educação Ambiental - RAEA instrumentalizadas até 2010 para Difusão da Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal	
Promoção de Práticas Sustentáveis	(i) 10 Oficinas de Agroecologia nas regionais do Estado; (ii) Elaboração de DVDs com as experiências do programa; (iii) Cartilha; (iv) Reprodução de mochilas do educador ambiental realizados até 2010	
Educação Ambiental para práticas sustentáveis no trecho Manuel Urbano-Feijó	Capacitações em educação ambiental realizadas até 2010	



PROGRAMA: Consolidação do arcabouço legal da Gestão Florestal		
FOCO: Fortalecimento institucional dos elos da Cadeia Produtiva Florestal, construindo procedimentos normativos adaptados à sua realidade e agregando maior qualidade aos produtos e serviços ofertados pelo Setor Florestal Acreano		
AÇÕES TRANSVERSAIS	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
Reestruturação Funcional e Legal do Conselho Florestal Estadual.	Conselho Florestal funcionalmente e legalmente reestruturado com ferramentas de gestão implementadas até 2010.	<p>Maior atendimento às demandas públicas e privadas, apresentadas no âmbito do Conselho Florestal Estadual;</p> <p>Melhoria dos processos produtivos nas indústrias de Base Florestal;</p> <p>Geração de mecanismos de criação e consolidação de carteiras de crédito florestal;</p> <p>Melhoria da qualidade dos planos de manejo e da exploração florestal;</p> <p>Melhoria dos serviços públicos florestais oferecidos pelos Órgãos Estaduais</p>
Assessoria às Comissões formadas no âmbito do Conselho Florestal.	Comissões de: 1) Readequação da Estrutura do Conselho Florestal e definição de Assessoria Jurídica; 2) Regulamentação e Aplicação do Fundo Florestal e Passivo Ambiental; 3) Aplicação do Fundo de Reposição Florestal criadas e assessoradas até 2010.	
Implantação do Programa de Qualidade, Competitividade e Sustentabilidade do Setor Florestal do Estado do Acre.	Mecanismos de Apoio e Fomento às iniciativas de agregação de qualidade aos produtos/serviços consolidados através do programa implementado até 2010.	
Implantação de Ferramentas para Gestão do Conselho Florestal Estadual – CFE.	01 Sistema de gestão implementado até 2010.	
Apoio e Fomento à Agregação de Qualidade no Setor Florestal.	Mecanismos de Apoio e Fomento às iniciativas consolidados até 2010.	
Revisão da legislação referente ao manejo florestal, sistema DOF e da Reposição Florestal.	Grupo de trabalho instituído e instrumentos normativos relacionados ao Manejo Florestal, Sistema DOF e Reposição Florestal revisados e com eventuais propostas de alterações submetidas ao Conselho Florestal Estadual até 2010.	

PROGRAMA: Ferramentas para Conservação da Biodiversidade		
FOCO: Promover estudos e ações para conservação da biodiversidade no Estado		
AÇÕES TRANSVERSAIS ÀS ZONAS	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
Estabelecer as ferramentas de conservação da biodiversidade.	Regulamentação da Política de Uso e Acesso à diversidade biológica elaborada e aprovada até 2010.	<p>Áreas da Zona 03 do ZEE com indicação de uso;</p> <p>Dados da biodiversidade do Estado sistematizados e de fácil acesso à comunidade;</p> <p>Monitoramento da biodiversidade nas áreas protegidas;</p> <p>Áreas prioritárias para conservação em processo de estudo e destinação adequada</p>
	Sistema de rede da biodiversidade criado até 2010	
AÇÕES ZONA 02		
Estabelecer o marco zero e indicadores da diversidade biológica nas Unidades de Conservação	Marco zero e programas de monitoramento da diversidade biológica nas UCs estaduais estabelecido até 2010	
Estabelecer programas de monitoramento da diversidade biológica nas UCs estaduais		
AÇÕES ZONA 03		
Propor áreas prioritárias para conservação	Áreas prioritárias para conservação definidas até 2010	



PROGRAMA: Descentralização da gestão ambiental e fomento à gestão municipal		
FOCO: Aprimoramento da gestão ambiental no Estado do Acre a partir do compartilhamento e do repasse de competências inerentes ao licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental, bem como do repasse de recursos financeiros e apoio à estruturação das Secretarias Municipais de Meio Ambiente		
AÇÕES TRANSVERSAIS ÀS ZONAS	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
Fortalecer a gestão municipal ambiental.	Gestão ambiental municipal fortalecida por meio da: (i) Capacitação de Gestores municipais e conselheiros de meio ambiente; (ii) Criação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, das Leis e Fundos Municipais de Meio Ambiente; (iii) e Estruturação operacional e qualificação do quadro técnico das secretarias municipais de Meio Ambiente.	Secretarias municipais de meio ambiente atuando no licenciamento, controle e fiscalização de empreendimentos poluidores ou utilizadores de recursos naturais localizados em zonas urbanas aumentando a eficiência dos processos; Promoção de uma capilarização da abordagem integrada de combate ao desmatamento até o nível municipal; Fortalecimento da gestão municipal a partir dos recursos financeiros repassados pelo Estado aos municípios; Fortalecimento da Gestão Ambiental de 13 municípios Acreanos e da Comissão Tripartite.
Articular junto aos municípios e Secretarias Municipais de Meio Ambiente a construção dos Planos Municipais de Prevenção e Controle do Desmatamento.	22 PPCDs dos municípios acreanos elaborados até 2015	
Fortalecer a Secretaria Estadual de Meio Ambiente	Adequação da estrutura operacional atual da secretaria aos novos requerimentos criados pelo Plano Estadual, especialmente no que concerne à equipe e estrutura.	
Descentralizar o controle ambiental urbano	Repasse de competências para controle à 06 municípios até 2010	
Implementar o ICMS Socioambiental	Municípios compensados pela gestão socioambiental a partir de 2011	

PROGRAMA: Gerenciamento da Informação		
FOCO: Fortalecimento e Modernização do Sistema Estadual de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto da Unidade Central de Geoprocessamento - UCEGEO		
AÇÕES TRANSVERSAIS ÀS ZONAS	METAS	IMPACTOS E RESULTADOS ESPERADOS
Centralizar, atualizar dados espaciais e disponibilizar as informações à sociedade.	Dados espaciais centralizados e disponibilizados até 2010.	Maior eficiência e eficácia de dados estratégicos para a gestão ambiental; Maior sinergia no uso de informações geográficas; Publicidade e transparência das informações ambientais
Monitoramento das ações da Política de Valorização do Ativo (regularização do passivo e certificação da propriedade).	Ações da PVA monitoradas a partir de 2009.	
Formação de recursos humanos e sociedade.	(i) Pessoal capacitado; (ii) Atendimento à sociedade até 2010.	
Disponibilizar dados e informações para subsidiar a atuação do núcleo estratégico de combate ao desmatamento.	Operações de controle e fiscalização subsidiadas com dados do licenciamento e monitoramento ambiental até 2010.	
Fortalecimento e Modernização da UCEGEO.	Aquisição de equipamentos e infraestrutura compatíveis com a demanda de trabalho até 2009.	



2.5. Estratégia de implementação e governança

Com base na estrutura programática do PPCD, com planos e programas organizados em três eixos (1. Ordenamento Territorial e Fundiário; 2. Cadeias Produtivas Agroflorestais e Práticas Sustentáveis; 3. Monitoramento, Controle e Fiscalização), somado às Ações Estruturantes que são transversais aos três eixos, propõe-se um modelo de governança que tem como finalidade integrar e estruturar o coletivo de instituições públicas dos 3 níveis de poderes e da Sociedade Civil para realizar funções de caráter operacional, normativo e de controle e supervisão das ações definidas no escopo do Pacto e Plano aqui referidos.

O modelo de Governança aqui proposto está composto por uma estrutura com funções definidas para cada nível da estrutura (Figura 20). Procedimentos associados ao funcionamento e fluxos de informações, assim como de reuniões dos diversos níveis, devem ser igualmente acordados no âmbito do Pacto e da Câmara Técnica do PPCD. A estrutura de governança aqui apresentada foi resultado de um processo que se iniciou na Oficina de Consulta Pública junto ao coletivo dos três Conselhos de participação social do Estado.

As funções de governança que devem ser definidas para cada nível da estrutura e devem abordar aspectos de:

1. **Supervisão e Controle Social:** cuja função é definir as ações estratégicas e metas do Pacto e do PPCD para cada ano, assim como supervisionar o desenvolvimento das ações e aprovar os relatórios de execução dos programas. Esta instância, a qual foi denominada Câmara Técnica no âmbito do CEMACT, será formada pelo coletivo dos três conselhos CEMACT, CFE e CDRFS e por representantes dos: 1) Municípios (Comissão Tripartite), 2) IBAMA, 3) IMAC, 4) Movimentos Sociais, 5) Representantes das Organizações Patronais, 6) Representantes dos Seringueiros, 7) Representantes dos Povos Indígenas, e 8) Representantes dos órgãos de Governo ligados ao Fomento da Produção Familiar. A frequência de reunião desta instância deve ser de 1 ou 2 vezes por ano. A responsabilidade de mobilizar a instância deve estar a cargo da Secretaria

Executiva da Câmara Técnica do PPCD.

2. **Normativo:** cuja função é normatizar questões relativas aos aspectos legais necessários ao pleno desenvolvimento das políticas e programas associados ao Pacto e ao PPCD. Na estrutura de gestão de políticas ambientais e de produção do Estado do Acre, esta responsabilidade recai sobre cada um dos conselhos (CEMACT, CFE e CDRFS), sempre de acordo com o conteúdo das matérias a serem normatizadas e com as competências de cada conselho definidas nas respectivas leis. A frequência de mobilização destas instâncias depende da demanda gerada pela execução dos planos e programas. A responsabilidade de mobilização dos conselhos está a cargo das secretarias executivas dos conselhos, respectivamente, SEMA, SEF e SE-APROF.

3. **Articulação política:** cuja função é articular as ações, projetos e programas aqui previstos e outros que venham a ser incorporados no decorrer do processo, entre os três entes federados. Mais informações no item 4.a.

4. **Operacional:** cuja função é operacionalizar as estratégias definidas a fim de alcançar os resultados esperados quanto a redução de desmatamento e queimadas, de valorização das florestas e de fomento a cadeias produtivas agroflorestais, além do monitoramento, controle e regularização ambiental e produtiva. As instâncias de caráter operacional são:

Comissão Tripartite: a qual envolve as autarquias federais, as secretarias do Governo de Estado e as prefeituras. Esta comissão tem o papel de articular as ações entre os diferentes níveis de poderes na execução das ações e programas relacionados ao Pacto e ao PPCD. A frequência de reunião desta instância deve ser no mínimo



de 4 (quatro) vezes por ano. A responsabilidade de mobilizar a instância estará a cargo da SEMEIA que preside a comissão, representando os municípios em nome da AMAC – Associação dos Municípios do Acre.

Comitê Gestor da Política de Valorização do Ativo: a qual envolve diversas secretarias do Governo do Estado e tem como finalidade coordenar e priorizar as ações de Governo relativas à Política de Valorização do Ativo Florestal, e agora em relação ao Pacto e ao PPCD. A frequência de reunião desta instância deve ser no mínimo de 6 (seis) vezes por ano ou de acordo com as demandas e prioridades do Governo. A responsabilidade de mobilizar a instância estará a cargo da Secretaria Executiva do Comitê, desempenhada pela SEMA e SEAPROF.

Coletivo agrário: composto pelos 23 sindicatos de produtores rurais do Estado do Acre e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Este coletivo deve ter um caráter operacional de priorizar ações e desenvolver planos de ação relacionados ao Pacto e ao PPCD para as diversas regiões do Estado juntamente com as Secretarias de Governo e prefeituras. O Coletivo Agrário se reunirá uma vez por ano. A responsabilidade de mobilizar a instância estará a cargo da FETACRE juntamente com a Secretaria Executiva do Comitê Gestor da Política de Valorização do Ativo.

Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais: composta por 26 membros do Governo Estadual e Federal tem a função de propor e avaliar programas, ações e atividades voltadas para a prevenção, controle e mitigação dos impactos decorrentes de queimadas, secas, desmatamentos, enchentes, aciden-

tes com produtos químicos e perigosos e outros eventos de riscos ao meio ambiente. Esta comissão terá função direta de acompanhar e operacionalizar ações relativas ao eixo de monitoramento e controle nos programas associados a controle de queimadas. A frequência de reuniões desta Comissão está vinculada a ocorrência de eventos extremos e, quanto a queimadas, deve reunir-se antes do período crítico para planejamento, durante para coordenação de ações e depois para avaliação. A responsabilidade de mobilização da Comissão está a cargo da SEMA.

Núcleo Estratégico de Combate ao Desmatamento: é composto pelo IBAMA e IMAC e tem como função integrar e coordenar as ações do IBAMA Acre e IMAC no monitoramento e controle do desmatamento no Estado. A frequência de reuniões deste Núcleo deve ser guiada pela necessidade de coordenação de ações e ajustes nos procedimentos. A mobilização para as reuniões está a cargo do IMAC.

Comitê do Fogo: tem a finalidade de elaborar e executar o Programa Estadual de Monitoramento e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. O comitê é formado por 15 organizações, entre governo, sociedade civil e da iniciativa privada. O comitê funciona sob a coordenação do IMAC e possui estreita articulação com a Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais e a frequência de reuniões é estipulada de acordo com a demanda de ações, o que ocorre com maior frequência na época seca, onde as iniciativas de prevenção e combate às queimadas se fazem mais necessárias.

No âmbito do CEMACT, foi criada a câmara técnica do PPCD com a função de articular as reuniões do colegiado dos três conselhos para



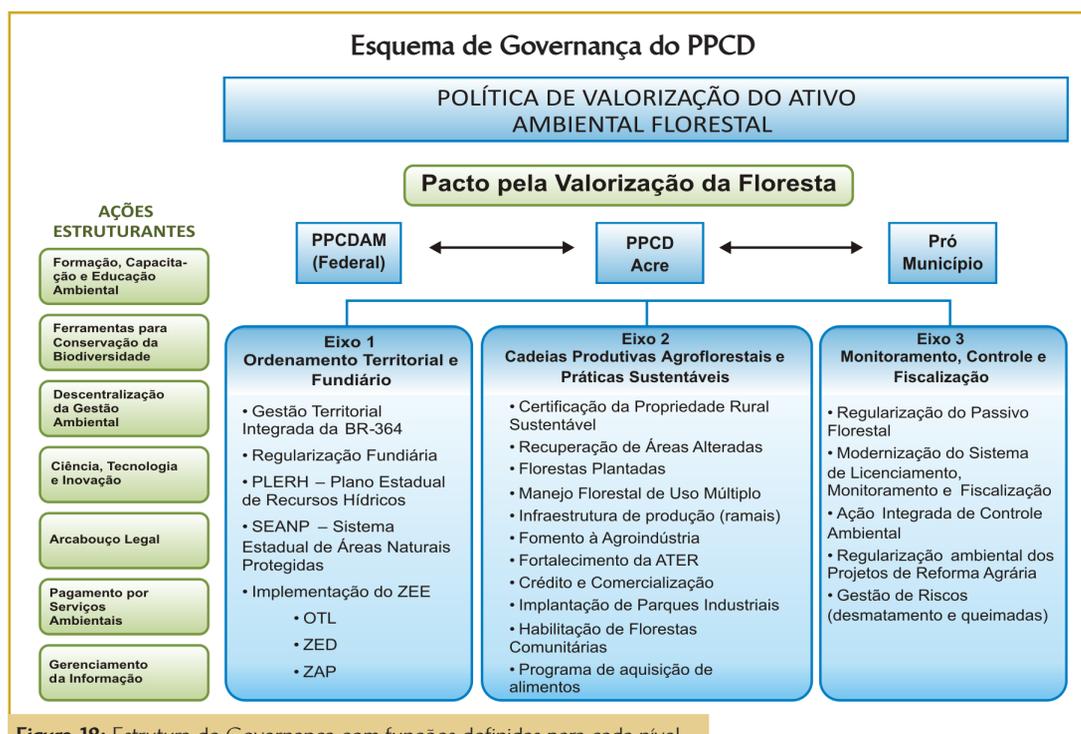


Figura 18: Estrutura de Governança com funções definidas para cada nível.

supervisão e controle da execução das ações previstas neste plano. A Secretaria Executiva desta câmara ficará a cargo do IDEP – Instituto de Educação Profissional Dom Moacyr, com o apoio da Secretaria Executiva do CEMACT. O passo inicial será a realização de um Seminário Técnico sobre o PPCD, para que o Sistema de Informações de Monitoramento – SIM, possa corrigir e propor inovações ao Plano. O Seminário, além do benefício apresentado acima, pode estimular a ampliação do conhecimento acumulado sobre a dinâmica do desmatamento e, conseqüentemente, o aperfeiçoamento das estratégias para enfrentamento do mesmo, para avaliação dos dados do desmatamento, compartilhamento de informações, formação de parcerias e formação de futuros quadros técnicos especializados no tema de desmatamento do Estado. Após a concretização deste primeiro seminário, pretende-se estabelecer a agenda anual de realização destes, de forma a garantir que as informações do desmatamento no Estado tenham a periodicidade adequada de análise e planejamento de ações.

Como parte das estratégias de governança e ampliar o controle social sobre a implementação do Plano, propõe-se estabelecer um Sistema de gestão e monitoramento do PPCD com livre acesso pela internet. Desta forma, pretende-se qualificar a participação da sociedade e criar maior estímulo por parte dos gestores públicos para a implementação das metas estabelecidas. Para atingir tais objetivos estão previstas a elaboração de boletins semestrais de balanço

das ações planejadas no Plano e lançamento de relatórios anuais do desenvolvimento dos programas e o monitoramento do desmatamento. Conforme estratégias de difusão das informações e estabelecido no Plano de divulgação do PPCD.

Todos os materiais gerados acerca do PPCD serão realizados em estreita articulação do Departamento de Mudanças Globais da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e a Câmara Técnica do PPCD no âmbito do CEMACT, seja na elaboração da agenda de atividades concernentes ao Plano, elaboração e aprovação dos materiais de divulgação, dentre outros aspectos que necessitem ser construídos em parceria.

O Plano terá a duração de 10 anos (até 2020) e a revisão dos projetos, programas e ações acontecerá a cada 3 anos, através do Sistema de Gestão e Monitoramento do PPCD e Câmara Técnica do Plano.

2.6. Estimativas de custo

O orçamento a seguir é apenas indicativo. Com base no orçamento previsto até 2010, o valor total para implementação das ações previstas neste plano até 2010 será em torno de R\$ 374,7 milhões. A maior parte dos investimentos (71%) estão destinados às atividades do eixo de Cadeias Produtivas Agroflorestais e Práticas Sustentáveis (Tabela 6).

Para o aumento da abrangência das ações deste plano e de sua continuidade de ações estruturantes para atingir a meta de redução de



Estratégias	% Custo	Custo até 2010
Monitoramento, Controle e Fiscalização	4	R\$ 15.992.000,00
Ordenamento Territorial e Fundiário	9	R\$ 33.277.700,00
Cadeias Produtivas Agroflorestais e Práticas Sustentáveis	71	R\$ 268.323.853,33
Ações Estruturantes (ações transversais aos eixos)	16	R\$ 59.160.453,75
Total	100	R\$ 374.754.007,08

Tabela 6. Previsão orçamentária por eixo até 2010.

desmatamento até 2020, há necessidade de investimento na ordem de aproximadamente R\$ 780 milhões (setecentos e oitenta milhões de reais) (Tabela 7). A maior parte dos recursos (60%) deverá continuar sendo aplicado no eixo de Cadeias Produtivas Agroflorestais e Práticas Sustentáveis, com ênfase na implementação do Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais – Carbono, como uma estratégia de mudança de paradigma do uso da terra, consolidando assim uma economia com base florestal sustentável que valorize o potencial econômico da floresta e aumente a produtividade das áreas já desmatadas, e desta forma, diminuindo a pressão sobre a floresta.

federal, em decorrência do amadurecimento do processo de Gestão Florestal Compartilhada.

A partir de oficinas de avaliação e revisão do PPCDAM, que contaram com a participação da equipe do Governo Federal, representantes dos governos dos estados da Amazônia Legal e da Sociedade Civil, a principal cobrança apresentada, tanto por representantes dos governos estaduais, como do Setor Privado e da Sociedade Civil, resume-se no fato de que o processo de elaboração da estratégia de ação e do conjunto de atividades definidos no âmbito do PPCDAM não contou com a participação efetiva de seus representantes. Avaliou-se que, como consequência, diversas ações previstas

Eixos do PPCD - AC	Ações	Custo estimado (R\$)	Fontes Potenciais
Monitoramento, Controle e Fiscalização Ambiental	Execução do Plano de Controle Ambiental	30.000.000	OGE, Cooperações Internacionais, Governo Federal, Fundo Amazônia, Banco Mundial, entre outros
Ordenamento Territorial	Regularização Fundiária (Zona 03 e Cadastro Zona 1)	220.000.000	
	Implementação do ZEE (ZAPs, ZEDs, OTLs, Etnozoneamento)		
	Apoio e fortalecimento do SEANP		
Cadeias Produtivas e Práticas Sustentáveis	Mecanismos de Incentivos a Serviços Ambientais (Manejo florestal, Práticas sustentáveis e reflorestamento)	492.500.000	
	Serviços de Assistência Técnica e implementação de PDCs e PGTIs	214.000.000	
Ações Estruturantes (transversais aos eixos)	Formação de técnicos	33.000.000	
	Estruturação da UCEGEO/IMAC	15.000.000	
	Descentralização da Gestão	8.600.000	
TOTAL		1.013.100.000	

Tabela 7. Previsão custos da continuidade de ações estruturantes para redução do desmatamento até 2020.

2.7. Contribuição das oficinas de consulta para implementação do PPCD-AC

A concepção do PPDC/Acre se dá em um contexto de avaliação dos primeiros aprendizados adquiridos pelo Governo Federal na execução do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAM, e também daqueles obtidos por ambos, governo estadual e

não tiveram efeito e/ou não puderam ser realizadas, pois não correspondiam às necessidades e expectativas locais e/ou, em alguns casos, foram de encontro às negociações em curso nos Estados, comprometendo os acordos e pactos construídos até então.

Nesta nova fase de parceria entre o Governo Federal e Governos Estaduais, é essencial que o processo de elaboração dos planos



estaduais incorpore todo esse acúmulo de lições e experiências, e envolva os diferentes atores que estão direta ou indiretamente relacionados aos planos nos estados e municípios. Neste sentido, o PPCD/ACRE foi elaborado envolvendo a participação dos diferentes setores de governo, sociedade civil e setor privado de todo o estado do Acre, por meio de oficinas de consulta com o objetivo de compartilhar os objetivos, diretrizes e estratégias do plano, bem como de colher sugestões e fomentar a participação da sociedade na sua construção.

Foram realizadas 05 oficinas de consulta, uma por cada regional de desenvolvimento do Estado do Acre: Juruá (na cidade de Cruzeiro do Sul), Alto Acre (na cidade de Brasília), Baixo Acre (Rio Branco), Purus (Sena Madureira) e Tarauacá-Envira (Tarauacá), contemplando representações de instituições governamentais federais, estaduais e municipais, da sociedade civil e do setor privado de todos os 22 municípios do Estado do Acre. Durante as oficinas, uma proposta preliminar do PPCD/AC foi discutida quanto a seus objetivos, diretrizes, contextualização, conteúdo programático e arranjo de governança para sua implementação e acompanhamento.

As oficinas de consulta colaboraram para o nivelamento dos atores acerca da complexidade relativa às relações de causa-efeito associadas aos desmatamentos/degradação florestal e às estratégias concebidas pela equipe do governo para sua prevenção e controle. A troca de experiências e discussão do tema sob diferentes pontos de vista, contribuiu para o aperfeiçoamento do PPCD/AC, de seu arranjo de Governança e, principalmente, do entendimento acerca da necessidade de implementação de um conjunto de políticas que fomentem práticas produtivas sustentáveis e promovam a conservação de ativos ambientais florestais e a valorização da diversidade cultural do estado do Acre.

Além dessas oficinas de consulta, foi também realizada uma reunião conjunta entre os três conselhos deliberativos do Acre (Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – CEMACT, Conselho Florestal Estadual – CFE e Conselho de Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável – CDRFS), na qual o PPCD/AC foi discutido e formalmente aprovado.

O PPCD/AC incorpora, portanto, as sugestões oriundas da reunião com os três conselhos deliberativos e as principais sugestões das oficinas realizadas nas regionais de desenvolvimento. Os resultados das oficinas de consulta deverá servir como guia para implementação do PPCD/AC nos municípios em cada regional.

Essa sessão contém uma síntese do resultado das oficinas de consulta. Vale ressaltar que foram elaborados relatórios individualizados para cada uma delas, e também um relatório consolidado, sistematizando todas as contribuições. Tais documentos deverão servir como instrumento de orientação a cada momento de revisão e avaliação do PPCD/AC, de forma a qualificar a continuidade do processo.

2.7.1. Principais resultados das oficinas de consulta pública

Estruturação das Instituições Governamentais, Setor Privado e Sociedade Civil

- A estruturação dos órgãos estaduais e federais de prestação de serviços de assistência técnica e extensão, e das instituições a cargo das ações de comando e controle ambiental é fundamental. A fragilidade dos órgãos do governo gera um grande problema: o descrédito perante a sociedade.
- Os programas previstos na Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal são bons, mas não existe um corpo técnico em quantidade adequada para atender às demandas para sua implantação. Há, portanto, necessidade de contratação de técnicos. Deve ser fomentada a formação de cooperativas e associações sem fins lucrativos visando a melhoria da qualidade de vida das famílias.
- São necessários cursos e capacitações para as comunidades e também para os gestores municipais. A qualificação dos técnicos e dos produtores é fundamental. São necessárias capacitações sobre como manejar as criações, como realizar os roçados sem queimar, ou seja, como melhor aproveitar as áreas já desmatadas.

Elaboração e execução participativa de políticas públicas

- A importância de realização das oficinas de consulta foi ressaltada em todos os espaços. Os principais interessados devem ser ouvidos para que sejam obtidos subsídios para definição das políticas públicas considerando a cultura local. Realizar oficinas por municípios e nas comunidades.



- Regionalização do CEMACT, CFE, CDRFS, ou realização de reuniões itinerantes, por regionais de desenvolvimento. Promoção de Conselhos Intermunicipais. Deve haver um trabalho de preparação das comunidades para que suas entidades representativas ocupem todos os espaços de participação disponíveis.
- É necessário uma maior participação do Poder Legislativo nas discussões. Deveria ser discutido um pacto entre as autoridades: Deputados Federais, Senadores, Prefeitos, Vereadores e Comunidades.

Desmatamento e uso do fogo

- É necessário cuidado ao divulgar e comentar os dados de desmatamento no Estado - os pequenos produtores não são os principais culpados. A concentração fundiária existe nos assentamentos de reforma agrária, mas médios e grandes produtores também desmatam dentro dos PAs.
- Discordância em relação à proibição de uso do fogo no Acre – o MPE está equivocado. O fogo é um parceiro dos pequenos produtores. Deveria ser dado tempo para consolidação das políticas ambientais do governo. “Não se muda a cultura das pessoas de uma hora para outra”.
- Metas de redução do desmatamento deveriam ser apresentadas junto a metas de investimentos e de atendimento às comunidades. Se o Estado não cumprir a sua função é muito pouco provável que as pessoas mudem sua cultura.
- Políticas de controle do desmatamento devem estar inseridas em políticas de desenvolvimento econômico, com ampliação da oferta de alternativas ao desmatamento. Investimento em tecnologia é imprescindível.

Licenciamento e fiscalização

- Ações de fiscalização devem vir acompanhadas de ações educativas (conscientização) e de alternativas sustentáveis. IBAMA e IMAC devem estar mais próximos dos produtores e extrativistas como forma de coibir a ilegalidade. O

IMAC necessita ser mais ágil nos processos de licenciamento.

Manejo e uso dos recursos florestais

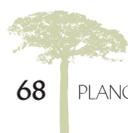
- O aproveitamento da madeira é muito burocrático, levando pequenos produtores que derrubam áreas à queima dos recursos florestais. Não há representações suficientes do governo para orientação aos produtores para obtenção de licenças, e para autorização da exploração da madeira.
- O maquinário pesado utilizado no Manejo Florestal prejudica a floresta amazônica. O preço pago pelas árvores é irrisório. Há dissenso sobre a viabilidade econômica e sustentabilidade dos planos de manejo florestal.
- O manejo florestal só é viável para grandes empresários, dificultando a participação e aumentando a pressão sobre os pequenos produtores/extrativistas/exploradores, que são obrigados a operar na ilegalidade.

Questões fundiárias

- São poucas as áreas regularizadas. É fundamental a regularização, principalmente dos posseiros que estão à margem das políticas públicas, tais como crédito e certificação. A demarcação de terras indígenas também deve ser uma prioridade.
- A re-concentração de terras é problemática no Estado do Acre. O INCRA tem boa parte da culpa, pois em várias ocasiões concedeu terras de reforma agrária sem manter um cadastro adequado, facilitando o processo de venda de lotes e de aquisição de novos lotes por pessoas que já haviam sido beneficiadas.

Atividade agropecuária

- Existem pensamentos discordantes acerca do fomento à atividade pecuária. Alguns avaliam que a pecuária sustentável deve ser fomentada, outros que deveriam ser extintos os mecanismos de financiamento para a atividade.
- Deve haver maior controle sobre a atividade; produtores devem ser capacitados; a produção leiteira precisa



ser fomentada, mas para isso são necessárias melhorias na infra-estrutura com foco em vias de acesso.

Áreas degradadas e/ou sub-utilizadas

- Deve ser potencializado o uso das áreas já abertas, com investimentos em infra-estrutura (abertura e manutenção de ramais) e mecanização. Foi ressaltado, entretanto, que existem muitas áreas que realmente não são propícias à mecanização, sendo necessários diagnósticos das mesmas.
- A regularização dos passivos deve ser financiada pelo governo e soluções devem passar pelo reflorestamento de áreas degradadas. Devem ser utilizadas espécies economicamente viáveis, como a seringueira, entretanto, faltam políticas direcionadas ao fomento e estabelecimento de pequenos plantios florestais.
- É preciso desenvolver uma política para tornar os plantios e fragmentos florestais em florestas produtivas não apenas para atender a demanda por produtos madeireiros, mas principalmente por alimentos – diversificação da produção com açaí, castanha, seringueiras e outras nativas.

Fomento à cadeias produtivas e alternativas sustentáveis

- A construção, identificação e consolidação de modelos/unidades demonstrativas é fundamental, assim como a realização de intercâmbios, principalmente para as populações tradicionais e indígenas, para quem a observação é muito importante.
- É importante e necessário potencializar a piscicultura; fomentar a criação de animais silvestres e de pequeno porte; e trabalhar a agregação de valor aos produtos nativos oriundos do extrativismo. Experiências com a mucuna preta e roçados sustentáveis têm apresentado bons resultados.
- Mercados consumidores dos produtos do extrativismo e da agricultura familiar devem ser garantidos. É necessário estabelecer o Preço Mínimo da produção rural para evitar a ação de atravessadores.

- É importante que a certificação da produção agroflorestal oriunda de propriedades rurais que adotem os conceitos e práticas da Agroecologia seja trabalhada. É necessário associar culturas anuais à certificação.
- Deve haver um planejamento em nível de propriedade acerca do que se deve produzir, a partir de estudos específicos. É necessário definir as cadeias produtivas para cada município, pois a produção é pulverizada.

Assistência técnica e extensão rural

- É necessário garantir a assistência técnica de forma contínua e eficiente, caso contrário não será possível mudar a cultura dos produtores. A descentralização dos serviços de ATER é fundamental. A EMBRAPA deve ser estruturada para que consolide suas iniciativas de transferência de tecnologias.

Educação ambiental

- A Educação ambiental é um elemento chave. O governo deve elaborar Planos de Educação Ambiental com foco em comunidades, escolas e associações.

Divulgação das ações e acompanhamento do PPCD/AC

- O rádio é muito utilizado no meio rural, mas pouco utilizado pelo governo para divulgar suas políticas e ações. Poderia ser criado um programa de rádio para promover o intercâmbio de idéias e de resultados entre os municípios.
- São necessárias avaliações periódicas para revisão e adequação do plano, envolvendo não apenas os conselhos indicados, mas também a sociedade. Os conselhos devem elaborar relatórios periódicos e divulgá-los nos meios de comunicação. Poderiam ser formados colegiados de monitoramento municipal para acompanhamento do PPCD/AC.
- Outras demandas e sugestões: investimento na tradução da linguagem técnica do plano considerando as situações diversas de letramento, aquisição da escrita e do português (caso



dos indígenas); boletim informativo dirigido às organizações da zona rural; disseminação de informações pela internet - o PPCD/AC poderia ter uma página, com link no site do governo.

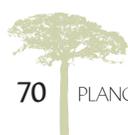
florestais. Deve-se criar um fundo para doações dos países desenvolvidos, com o intuito de se estabelecerem condições mínimas para as pessoas se vestirem, comerem, se educarem e terem qualidade de vida.

Remuneração por serviços ambientais

- Devem ser trabalhados políticas e projetos de PSA associados à conservação e preservação de reservas
- O valor pago como bônus no programa de certificação não é atrativo. Pagamentos deveriam ser de no mínimo um 01 salário mínimo.

Juruá	<p>Percebe-se um investimento diferenciado na formação de gestores ambientais em relação às regionais; É importante que sejam feitos investimentos para consolidação de empreendimentos que aproveitem o potencial ecoturístico do estado, principalmente na região do Vale do Juruá;</p> <p>São fundamentais o fortalecimento da economia local e a garantia de segurança alimentar das populações, seja pelo fomento à criação de agroindústrias artesanais, seja pela criação de pólos / centros para difusão e produção de medicamentos naturais;</p> <p>As comunidades deveriam elaborar suas respectivas propostas (de controle do desmatamento) para posterior avaliação e discussão com a equipe do governo. Participa-se muito da execução, mas não da elaboração das políticas;</p> <p>O desmatamento no Estado tem sido pouco em relação aos outros, mas ainda assim é preocupante, pois tem se concentrado em APPs;</p> <p>As pessoas não sabem o que são planos de manejo: “isso não chega na ponta”;</p> <p>A participação dos produtores e acompanhamento das reuniões dos conselhos deveria ser conforme as regionais e os municípios;</p> <p>Os materiais e registros da oficina, e sua lista de presença, devem ser disponibilizados aos participantes por meio da lista de emails dos presentes. A continuidade das discussões deverá se basear no texto-base e na memória das oficinas;</p> <p>Os municípios que melhor atenderem às metas do PPCD/AC devem receber incentivos econômicos ou melhor remuneração por seus produtos;</p> <p>Há necessidade de estruturar os Planos Diretores Municipais e a legislação ambiental dos municípios.</p>
Alto Acre	<p>As cadeias produtivas no Estado estão bem definidas e com preços garantidos. Falta organização dos produtores para que acessem essas cadeias. O governo sozinho não resolverá o problema;</p> <p>A manutenção da malha viária em boas condições o ano todo é uma grande problema. Os ramais do estado são péssimos;</p> <p>Deve-se investir mais em fruticultura. Isso está longe da cultura do estado. A maioria do açaí se perde;</p> <p>Além das dificuldades para acesso aos títulos de terras, sua obtenção é muito onerosa;</p> <p>É necessária uma força tarefa de comunicação, com foco nos serviços ambientais da floresta;</p> <p>São necessárias políticas que garantam saúde e educação de qualidade;</p> <p>Questiona-se a possibilidade de se atenderem às metas de redução do desmatamento e queimadas uma vez que nem o governo, nem a sociedade civil, nem o setor privado têm condições/capacidades estruturais, hoje, para atender a essas demandas.</p>
Baixo Acre	<p>Os técnicos não estão dispostos a prestar assistência às comunidades isoladas. O trabalho fica restrito a locais próximos às estradas;</p> <p>A UFAC deveria fazer extensão;</p> <p>Há necessidade de investimentos para consolidação de empreendimentos que aproveitem o potencial ecoturístico do estado;</p> <p>É necessário desvincular a política da produção. As pessoas têm uma opinião de que questões políticas interferem e que não há de fato o interesse na causa ambiental por parte dos gestores;</p> <p>As políticas do governo (regularização dos passivos) são muito direcionadas para os grandes produtores (p. ex: reflorestamento). As propostas são inviáveis aos pequenos e, como consequência, há grande rejeição às políticas propostas;</p> <p>Problema de regularização dos projetos de Reforma Agrária deve ser tratado antes da demarcação de outras áreas;</p> <p>É absurdo pagar subsídio para manutenção de florestas não produtivas em pé. Isso deveria ser direcionado às florestas produtivas apenas;</p> <p>Linhas de crédito devem apresentar maiores prazos de carência. O PRONAF deveria dar 20 anos aos produtores com até 30 hectares. O prazo de pagamento de 10 anos do “Programa Mais Alimentos” não é suficiente (deveriam ser 20 anos);</p> <p>Repasse do fundo de participação dos municípios diretamente para investimento em meio-ambiente;</p> <p>A cultura da queimada precisa ser trabalhada nas escolas, inclusive no currículo de ensino.</p>

continua...



<p>Purus</p>	<p>O desmate acontece até hoje porque não existem alternativas. Faltam investimentos em tecnologia por parte do governo;</p> <p>Esse discurso já foi ouvido, as políticas, as promessas do governo, são antigas, mas depois que a oficina acabar os representantes do governo vão embora e os pequenos produtores ficam largados. O Ministério Público Estadual e o governo só sabem cobrar e proibir;</p> <p>Por culpa do governo, ao não respeitar o direito privado com a proibição do desmate em propriedade particular, o preço das terras desmatadas está se valorizando muito mais do que o esperado;</p> <p>Nas apresentações, foi dito que o Brasil é o 4º poluidor do mundo. Isso é muito? Essa participação é só de 2,8% do total, ou seja, todo o esforço de controle do desmatamento não levaria a nada, pois a maior parte das emissões ocorre lá fora;</p> <p>A Lei ambiental não está respeitando a Constituição, pois está atropelando os direitos (antes era permitido desmatar 50% da área e depois 80%). Preocupação de que agora a proposta seja para “fogo e desmate zero”;</p> <p>Pagar incentivo para manter o homem no campo é muito mais barato do que mantê-lo na cidade. Vejamos a encruzilhada em que nos encontramos: com o aumento das restrições temos facilitado o êxodo rural;</p> <p>Há dissenso sobre a viabilidade econômica dos projetos de pagamentos por serviços ambientais.</p>
<p>Tarauacá - Envira</p>	<p>É necessária a construção de escolas técnicas;</p> <p>Os técnicos não estão dispostos a prestar assistência às comunidades isoladas. O trabalho fica restrito a locais próximos às estradas;</p> <p>Os produtores não têm orientação, por exemplo, para utilizar tecnologias como a mucuna preta. Na verdade, nem os técnicos da SEAPROF estão devidamente capacitados para fazer essa difusão;</p> <p>Os pequenos produtores não têm condições financeiras para compra de implementos e de máquinas para recuperação de áreas;</p> <p>90% das pessoas que vivem nos seringais não é dona da terra. É fundamental visitar e conhecer os produtores in loco, fazer um cadastro das pessoas e apontar potencialidades;</p> <p>É necessário desvincular a política da produção. As pessoas têm uma opinião de que questões políticas interferem e que não há de fato o interesse na causa ambiental por parte dos gestores;</p> <p>É importante dar condições para que as famílias gerem sua própria renda e para que não dependam eternamente de políticas assistencialistas como o Bolsa Família.</p>







PARTE





PRINCIPAIS POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL RELACIONADAS AO PPCD

O projeto político do Governo Estadual desde 1999 procura tornar realidade o sonho de Chico Mendes e do movimento dos seringueiros, por meio de propostas de desenvolvimento que melhorem o modo de vida do povo do Estado e, ao mesmo tempo, permitam o uso sustentável com a valorização da floresta e a sua conservação.

O Governo do Estado do Acre vem trabalhando segundo um novo modelo de desenvolvimento sustentável local e regional, que se baseia no combate à pobreza; na melhoria da qualidade de vida das populações que vivem da floresta; no dinamismo de uma economia de base florestal, geradora de empregos e renda; e na valorização dos ativos ambientais, florestais, sócio-culturais e de biodiversidade acreanos.

A visão de futuro, de fazer do Acre o melhor lugar na Amazônia para se “viver na floresta, da floresta e com a floresta” pauta, portanto, o conjunto de políticas públicas que vem sendo implementado com foco nas comunidades, buscando conciliar proteção e conservação ambiental, uso econômico das riquezas da floresta, adequação de padrões de consumo, além de bem-estar e equidade social.

A Gestão Ambiental vem avançando significativamente no Estado do Acre, especialmente a partir da aprovação do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE em sua segunda fase, da consolidação dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – CEMACT, de Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável – CDRFS e Florestal Estadual – CFE, e pelo desenvolvimento e aplicação dos instrumentos de monitoramento, controle e fiscalização ambiental.

3.1. Arcabouço legal da gestão ambiental e territorial no Acre

O Governo do Estado do Acre teve avanços significativos nos aspectos legais com a insti-

tucionalização de um completo e diferenciado arcabouço legal, em sintonia com a legislação federal, que consolida os instrumentos e mecanismos administrativos e jurídicos associados à prevenção e controle dos desmatamentos e assegura apoio e incentivo ao setor privado para investimentos no setor florestal com bases sustentáveis, tais como:

- Lei 1.022 de 21 de Janeiro de 1992: Institui o Sistema Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e o Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Este Conselho foi criado com as responsabilidades principais de: formular, aprovar, supervisionar e avaliar políticas nas áreas de ciência, tecnologia e meio ambiente, estabelecendo as diretrizes, normas e medidas necessárias ao desenvolvimento sustentável do Estado
- Lei 1.116, de 13 de Janeiro de 1994: Dispõe sobre a produção, armazenamento, comercialização, transporte, consumo, uso, controle, inspeção, fiscalização e destino final de agrotóxicos, seus componentes e afins no Estado do Acre, e dá outras providências.
- Lei 1.117, de 26 de janeiro de 1994: Dispõe sobre a Política Ambiental do Estado do Acre e dá outras providências.
- Lei No. 1235 de 09 de julho de 1997: “Lei da Biodiversidade” - Dispõe sobre os instrumentos de controle de acesso aos recursos genéticos do Estado e dá outras providências



- Lei No. 1277 de 03 de janeiro de 1999 e suas modificações: “Lei Chico Mendes” - Estabelece o pagamento por serviços ambientais aos extrativistas por meio de subsídio no valor da borracha e produtos florestais extrativistas;
- Lei 1.290, de 20 de julho de 1999: Dispõe sobre a criação do Programa de Aproveitamento Agrícola das Praias dos Rios e Demais Cursos D’Água do Estado do Acre.
- Decreto 2.242, de junho de 2000: Institui a Comissão de Educação Ambiental do Estado do Acre e dá outras providências.
- Lei 1.426, de 27 de dezembro de 2001: “Lei Florestal” - Dispõe sobre a preservação e conservação das florestas do Estado, institui o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas - SEANP.
- Lei 1.500, de julho de 2003: Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos – PLERH e cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Acre, dispõe sobre infrações e penalidades aplicáveis e dá outras providências.
- Decreto 8.423, de 11 de agosto de 2003: Dispõe sobre o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável – CDRFS que tem por finalidade deliberar sobre os planos, programas e projetos constantes da política estadual de apoio à agricultura familiar e à reforma agrária, com ênfase na produção agroflorestal, florestal e extrativista, como também considerar o território rural como foco de planejamento e de gestão de programas de desenvolvimento rural e florestal sustentável.
- Decreto 8.452, de 14 de agosto de 2003: Estabelece a estrutura e composição do Conselho Florestal Estadual como instância superior deliberativa e normativa, responsável pela definição da política, dos planos e das estratégias florestais do Estado, e regulamenta o Fundo Florestal.
- Lei 1.530, de 22 de janeiro de 2004: Institui o ICMS Verde, destinando cinco por cento da arrecadação deste tributo para os municípios com Unidades de Conservação ambiental.
- Lei 1.904 de 05 de junho de 2007: Institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre – ZEE; apresenta o Mapa de Gestão Territorial na escala de 1:250.000, elaborado a partir dos eixos temáticos dos recursos naturais, socioeconômico e cultural-político; e cria os Programas Estaduais de Fomento Florestal e Recuperação de Áreas Alteradas ou Degradadas, e de Licenciamento da Propriedade e Posse Rural e Regularização do Passivo Ambiental do Estado;
- Decreto 3.416 de 12 de setembro de 2008: Regulamenta o artigo 38 da Lei estadual que institui o ZEE/AC, Fase II;
- Lei 2.025, de 20 de outubro de 2008: Cria o Programa de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do Estado do Acre.

Destacam-se ainda outras normativas e portarias recém-aprovadas que regulamentam: a Compra Responsável, a Lei do ICMS Sócioambiental e a regularização do Passivo Ambiental Florestal de imóveis rurais por meio dos mecanismos de compensação e desoneração de passivos florestais.

Os desafios para os próximos anos referentes à legislação ambiental do Acre, para uma gestão ambiental com maior qualidade e efetividade, são:

- Revisar, regulamentar a Lei de Política Estadual de Meio Ambiente, a Lei de Recursos Hídricos, a Lei do CEMACT, a Lei do SEANP;
- Criar a legislação referente a Serviços Ambientais: Mercado de Carbono, Contenção de Desmatamento, royalties sobre exploração de recursos madeireiros, entre outros.
- Regulamentar a Lei de Acesso aos Recursos Genéticos, Proteção de Conhecimentos Tradicionais e Repartição de Benefícios;
- Regulamentar Instrumento de Monitoramento e Avaliação da Implementação do ZEE;



- Regular as atividades relacionadas ao manejo florestal madeireiro e não madeireiro de acordo com a nova legislação vigente;
- Regular o Módulo de Licenciamento Ambiental da Propriedade Rural – MLAPR e o licenciamento de atividades agrícolas;
- Instituir legislação estadual sobre gerenciamento dos resíduos sólidos, com base no atual ordenamento jurídico-legal brasileiro.

3.1.2. Arranjo Jurídico-Legislativo Ambiental

Para consolidar a Gestão Ambiental e seus instrumentos legais, o Estado possui um arranjo Jurídico-Legislativo Ambiental sólido, em condições de contribuir tanto para a formulação da política quanto para a fiscalização e controle. Neste sentido, o Estado do Acre possui o seguinte arranjo institucional relacionado à questão jurídico-ambiental, com respectivas atribuições:

Procuradoria Especializada de Meio Ambiente - promove a construção de políticas públicas ambientais em conjunto com a sociedade e órgãos governamentais. Oficinado, portanto, nos procedimentos administrativos e/ou judiciais que tratem da preservação do meio ambiente acreano, em meio à Amazônia brasileira e toda a sua biodiversidade. Além disso, é pró-ativa na gestão da preservação dos recursos naturais transfronteiriços, como é o caso do rio Acre, que envolve três países: Brasil, Bolívia e Peru.

○ **Ministério Público Estadual** conta com:

- a) Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente, Conflitos Agrários, Urbanismo e do Patrimônio Histórico e Cultural do Ministério Público do Estado do Acre, um Órgão de Execução e de Apoio Operacional cujo objetivo é a implementação de planos, programas e metas que visem integrar, estimular e aprimorar a atuação dos órgãos de execução na área ambiental, de habitação e urbanismo e de conflitos agrários.
- b) Promotoria Especializada de Defesa do Meio Ambiente - com atribuições na bacia do Rio Acre, fiscaliza a aplicação da legislação ambiental e defende os interesses sociais relacionados ao Meio Ambiente.

- c) Promotoria em Sena Madureira com atuação em Manuel Urbano e Santa Rosa do Purus e as Promotorias do Vale do Tarauacá-Envira, com atuação nos Municípios de Tarauacá, Feijó e Jordão.

A **Procuradoria Jurídica do Instituto de Meio Ambiente do Acre** tem como principais atribuições, prestar assistência jurídica direta e imediata ao Presidente, nas atribuições que lhe incumbe o cargo; fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos pactos e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguidos em sua área de atuação e coordenação, quando não houver orientação normativa da Procuradoria Geral do Estado; emitir pareceres jurídicos sobre as questões, dúvidas ou conflitos submetidos ao Presidente, em matérias relativas à sua competência; lavrar Autos de Infração, Termos de Embargo, de Interdição, de Apreensão, de Inutilização, de Suspensão e de Demolição; opinar sobre atos a serem submetidos ao Presidente, com vistas à vinculação administrativa; estudar e redigir contratos e/ou instrumentos congêneres; elaborar minutas de projetos de leis, decretos e, sempre que necessário, outros atos normativos expedidos pelo Presidente; promover a execução fiscal dos autuados por infração ambiental; e representar e assessorar o IMAC em ações e questões jurídicas relacionadas ao licenciamento, monitoramento e fiscalização das atividades produtivas que utilizam recursos naturais.

3.2. Políticas e Programas de Ordenamento Territorial e Fundiário

3.2.1. Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/AC Fase II) e Programa Estadual de Ordenamento Territorial

O Estado do Acre vem consolidando os instrumentos de gestão ambiental, com destaque para a conclusão do Zoneamento ecológico econômico - ZEE 1:250.000 que, além de nortear a implementação dos programas estruturantes do governo e estabelecer zonas específicas para conservação e proteção ambiental, identifica as áreas destinadas ao fomento e gestão florestal. Além disso, se constitui num grande pacto (em função de sua metodologia participativa) onde não se verificam áreas de expansão, mas sim de consolidação e de inserção de práticas sustentáveis.

O ZEE foi instituído pela Lei 1.904 de 05 de junho de 2007 e sancionado pelo Decreto Presidencial no 6.469/08, após ter sido aprovado pela plenária do CONAMA em novembro



Zona 4: Cidades do Acre.

Áreas municipais caracterizadas por espaços urbanos circundados por diferentes paisagens rurais com predominância de florestas. A estratificação das vinte e duas cidades acreanas em subzonas tem como critério sua inserção nas sub-bacias hidrográficas.

Cada zona apresenta características semelhantes em termos de potencialidades e vulnerabilidades do meio biofísico, padrões de ocupação humana, formas de utilização dos recursos naturais e arcabouço legal. Também se constituem em espaços territoriais que compartilham um conjunto de diretrizes de uso, tendo em vista suas características e as propostas de gestão negociadas entre o governo e diferentes grupos da sociedade acreana.

3.2.2. Programa Estadual de Ordenamento Territorial

Como estratégia de desenvolvimento do programa, o ZEE está atualmente sendo detalhado para o nível local com as seguintes especificidades: Etnozoneamento das Terras Indígenas (na escala 1:50.000); Ordenamento Territorial Local dos Municípios (na escala 1:100.000); desdobramentos do ZEE para Zonas Especiais de Desenvolvimento (ZEDs) na escala 1:100.000; Zonas de Atendimento Prioritário (ZAPs); desdobramentos das ZAPs conforme o tamanho das comunidades, em Comunidades de Atendi-

mento Universal (CAU), Comunidades de Atendimento Prioritário (CAP) e Comunidades Pólo (COP), na escala mínima de 1:10.000, para subsidiar a preparação dos Planos de Desenvolvimento Comunitário (PDCs).

a) Zonas Especiais de Desenvolvimento - ZEDs

As áreas que já possuem infra-estrutura que garanta a acessibilidade e energia, além de investimentos consolidados e uma ocupação territorial definida, associada com um significativo capital social, por definição, constituem as Zonas Especiais de Desenvolvimento (ZEDs), conforme Figura 23. São zonas de consolidação das cadeias produtivas em função da concentração de investimentos e empreendimentos econômicos, com as seguintes prioridades:

- Conter o desmatamento;
- Reverter o impacto ambiental e social;
- Consolidar empreendimentos de base florestal;
- Inserir novos negócios estratégicos;
- Incluir através de tecnologias e agregação de valor as áreas alteradas/degradadas no novo processo de desenvolvimento.

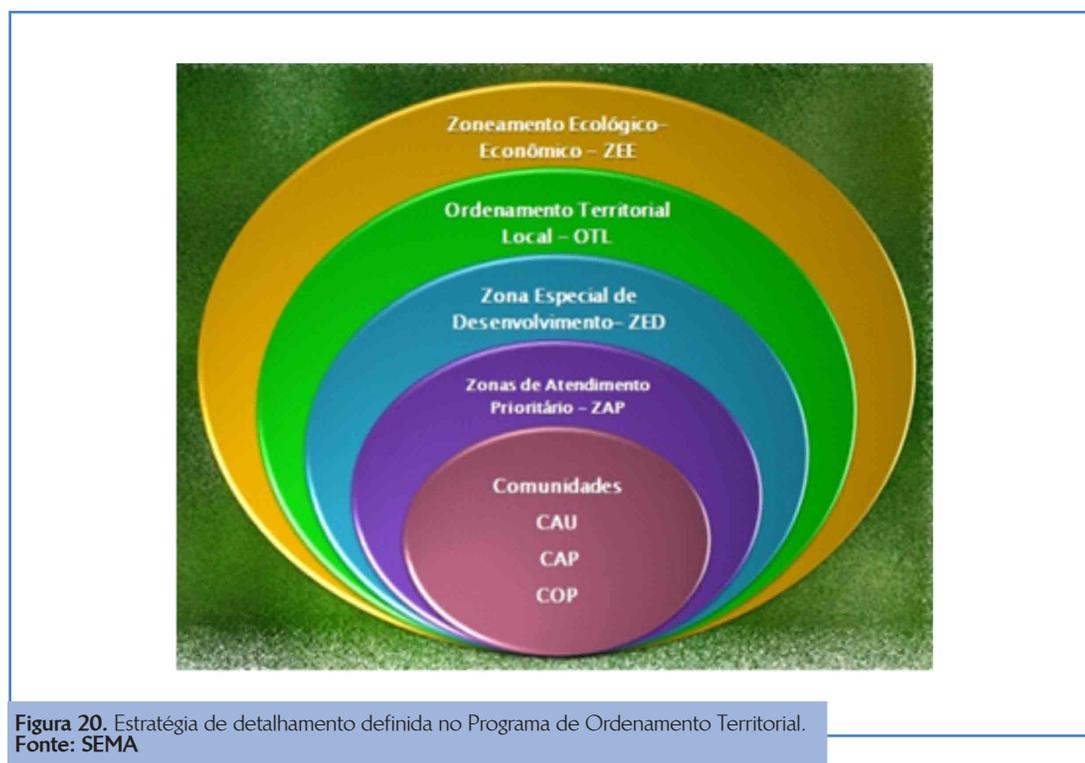


Figura 20. Estratégia de detalhamento definida no Programa de Ordenamento Territorial. Fonte: SEMA

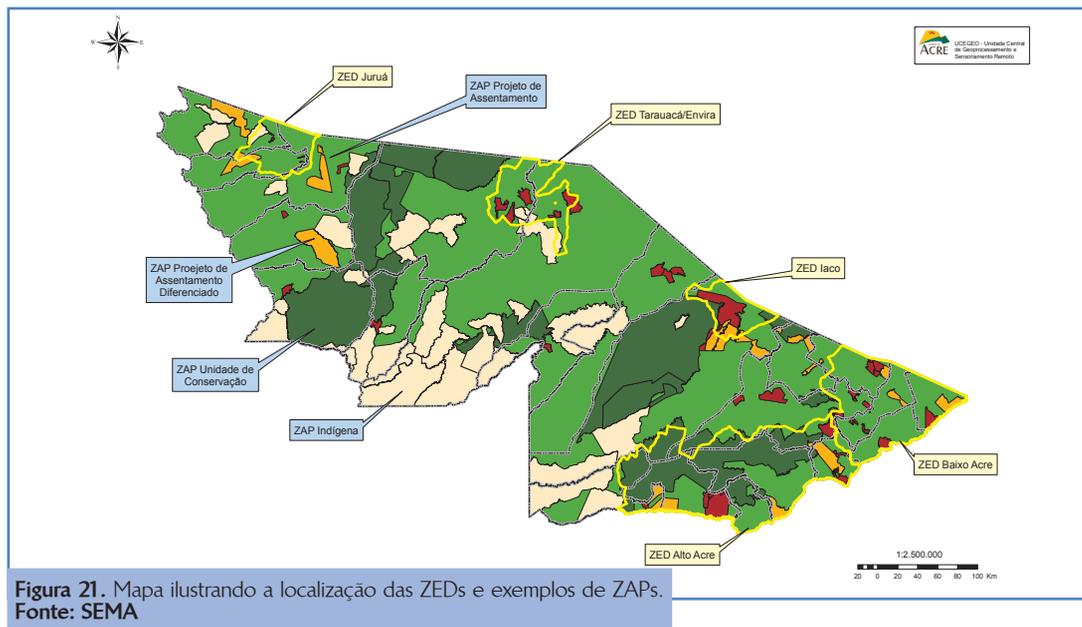


Figura 21. Mapa ilustrando a localização das ZEDs e exemplos de ZAPs.
Fonte: SEMA

b) Zonas de Atendimento Prioritário - ZAPs

Durante a elaboração do zoneamento foram mapeadas cerca de 700 comunidades, algumas destas situadas em pequenas colônias/vilas, dentro de projetos de assentamentos, e a maioria situada em seringais e nas margens dos rios. Foi realizada uma atualização e estratificação destas comunidades que resultou no mapeamento de 1.982 comunidades, das quais 70 % apresentam caráter disperso (colocações possuem de uma a quatro casas e estão distantes umas das outras), e 30 % possuem caráter concentrado, com uma maior quantidade de casas por núcleo e, geralmente localizadas às margens dos rios.

Aquelas áreas que possuem uma alta vulnerabilidade associada com o baixo potencial social, como por exemplo, comunidades isoladas com alto índice de analfabetismo, reduzida

capacidade de organização, condições sanitárias e de saúde precárias, constituem a Zonas de Atendimento Prioritário (ZAPs).

A espacialização dos territórios ocupados pelas ZAPs as dividiu em quatro grupos: Projetos de Assentamento Tradicional, Projetos de Assentamento Diferenciado, Unidades de Conservação e Terras Indígenas. As ZAPs indígenas estão concentradas em sua maioria nas bacias do Purus, Envira, Tarauacá e Juruá, enquanto as ZAPs de unidades de conservação estão nas bacias do Juruá, Purus e Acre. As ZAPs de assentamentos estão mais concentradas nos eixos da BR-364 e BR-317. As ZAPs de assentamentos diferenciados distribuem-se também nos eixos das BRs com maior concentração nas bacias do Juruá, Purus e Acre (Figura 22).

Com a finalidade de integrar as comunidades isoladas em um processo maior de de-

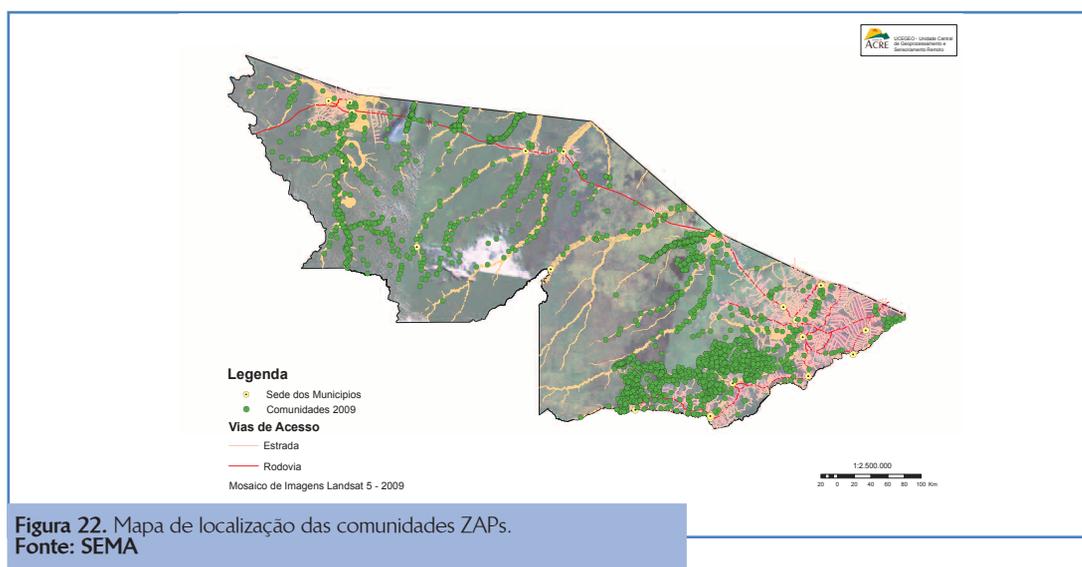


Figura 22. Mapa de localização das comunidades ZAPs.
Fonte: SEMA



envolvimento, e considerando as variáveis: (i) densidade de escolas, (ii) concentração de associações; (iii) vulnerabilidade ambiental; e (iv) número de casas por comunidade; as comunidades nas Zonas de Atendimento Prioritário, foram divididas em três grupos:

Comunidades de Atendimento Universal (CAU) - pequenas a médias comunidades (1-5 famílias dispersas; ~25 pessoas) que possuem um alto grau de vulnerabilidade social, com dificuldade de acesso a serviços sociais básicos de educação e saúde, além de não terem núcleos consolidados de organização comunitária e estarem numa condição de alta fragilidade ambiental, pois estão estabelecidas nas margens de rios e igarapés.

Comunidades de Atendimento Prioritário (CAP) - são médias a grandes comunidades (6-30 famílias; 26-150 pessoas) que possuem um grau médio de vulnerabilidade social, com melhores condições de acesso aos serviços sociais básicos e algumas iniciativas de organização comunitária, associada a uma certa fragilidade ambiental.

Comunidades-Pólo (COP) - são médias a grandes comunidades (>31 famílias; >151 pessoas) com boas condições de acesso aos serviços sociais básicos, bom nível de organização comunitária e grau de atração sobre outras comunidades associados a uma média a baixa fragilidade ambiental e por isto terão uma concentração de serviços básicos e estão ligadas a cadeias produtivas de Zonas Especiais de Desenvolvimento - ZEDs.

Com esta divisão e através do Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre – PROACRE, lançado em 2009, o Governo do Estado busca consolidar as organizações comunitárias e fomentando políticas estaduais de desenvolvimento territorial sustentável, permitindo assim que estas comunidades tenham melhor acesso a serviços públicos básicos de qualidade, bem como, assistência técnica, emprego de tecnologias apropriadas, habilidades e treinamento para construir o empoderamento e ter uma contribuição efetiva do desenvolvimento local para um futuro comunitário sustentável.

O PROACRE estabelece os Planos de Desenvolvimento Comunitários PDCs como instrumento para levantar as necessidades e expectativas da comunidade, bem como, estabelecer as estratégias pactuadas de desenvolvimento local, necessárias a promoção econômica e socioambiental das famílias destas comunidades. Os PDCs, de responsabilidade da SEMA, se propõem alcançar resultados a curto, médio e longo prazo permitindo à comunidade aumentar e qualificar

seu capital social e ambiental, fortalecer sua estima e entusiasmo, além de desenvolver habilidades, bases necessárias ao crescimento.

A execução dos PDCs/PROACRE será de responsabilidade da comunidade com o acompanhamento de técnicos extensionistas da SEAPROF ou SEF, Agentes de Desenvolvimento Comunitário, logística da Rede Estadual de ATER, bem como pelo Instituto Dom Moacir - IDM nas atividades de capacitações. O monitoramento e avaliação são de responsabilidade da SEAPROF/SEF/SEMA, em parceria com a Unidade de Gestão do PROACRE.

c) Etnozoneamento

Atualmente existem 35 Terras Indígenas (TIs) no Estado que totalizam 14,6% do território estadual e encontram-se atualmente em diferentes situações. Nesses territórios vivem 15 povos, de três famílias linguísticas (Pano, Aruak e Arawa).

Para promover uma relação mais estreita entre o poder público e os povos indígenas, foi utilizado o etnozoneamento, conceituado como “um instrumento de diagnóstico, zoneamento e planejamento dos povos indígenas para a gestão dos seus territórios, sendo elaborado de forma participativa com o intuito de contribuir com a autonomia indígena”.

Como resultado, tem-se um Plano de Gestão incluindo a dimensão de prazo, responsabilidades (internas e externas) e parceiros potenciais que passa a nortear as relações das comunidades com o estado e demais parceiros. Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTI) servirão de base para a assistência técnica e financeira dos subprojetos sobre: sistemas agroflorestais; práticas agroflorestais sustentáveis para a venda de produtos, enfatizando o uso de sementes nativas; ampliação da criação de pequenos animais (galinhas, porcos, etc.), e a construção de pequenos açudes e repovoamento com espécies nativas de peixes e quelônios em rios e lagos. Os subprojetos apoiaram o compartilhamento e a troca de melhores práticas e lições aprendidas entre os grupos indígenas do Acre.

Há cinco anos os trabalhos do etnozoneamento vêm sendo institucionalmente mantidos pelo governo do Acre e submetidas à participação da sociedade. Em 2007, a nova estrutura de governo consolidou a Divisão de Etnozoneamento, dentro do organograma da SEMA. Em junho de 2008, o GT do Etnozoneamento foi reativado, fortalecendo a participação de secretarias de estado, órgãos federais, ONGs e organizações indígenas (portaria 194, de junho de 2008).

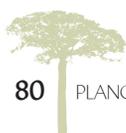
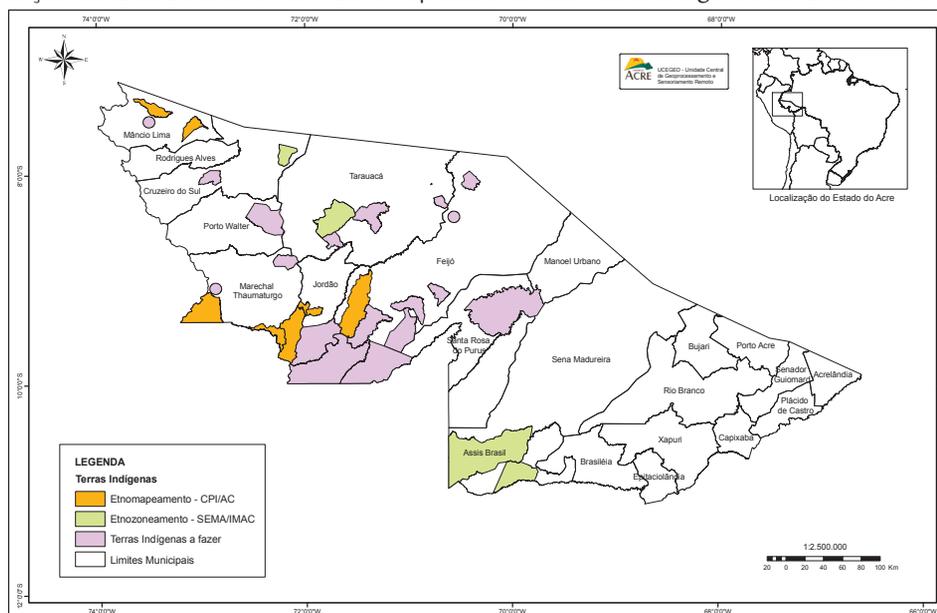


Figura 23

Situação do Etnozoneamento e Etnomapeamento das Terras Indígenas no Estado do Acre



Fonte: Acre, 2005

Com as iniciativas do Etnomapeamento (CPI-AC) e Etnozoneamento (SEMA), 16 terras indígenas (44% das terras indígenas) já foram mapeadas de forma participativa (Figura 23), das quais 11 possuem seus Planos de Gestão elaborados e cinco já contam com indicativos definidos. Falta atender as demandas das 19 terras indígenas restantes que estão em diversos níveis de organização sociocultural. Para isso, a SEMA, por meio da Divisão de Etnozoneamento e com o apoio da Cooperação Alemã no Brasil (GTZ), está avaliando a metodologia atual e a construção de um formato mais ágil para o etnozoneamento, sem perder os resultados da primeira fase.

3.2.3. Plano de Ação para o Ordenamento Territorial da BR-364, trecho Feijó - Manuel Urbano

Uma das metas do atual Governo é concluir até o ano de 2010 a pavimentação asfáltica da BR-364, no trecho compreendido entre os municípios de Feijó e Sena Madureira. Esse trecho é caracterizado, segundo o Estudo de Impacto Ambiental (STCP, 2005), pelo predomínio de alteração ambiental, principalmente pela ocupação de grandes fazendas e pela ocupação irregular e desordenada ao longo da BR e por ter uma grande extensão na área de influência da BR ainda sem destinação de uso, sendo classificada no ZEE-AC como Zona 3 (Área prioritária para ordenamento territorial).

Visando evitar o ciclo histórico de “rodovias = desmatamento”, o Plano de Ordenamento

Territorial da BR-364 no Trecho Manuel Urbano - Feijó tem por objetivo, conciliar interesses de integração regional, conservação de recursos naturais e melhorias das condições socioeconômicas das populações locais. Este plano está em estreita relação com as políticas federais de planejamento regional e controle do desmatamento e está integrado a diversas políticas estaduais de gestão ambiental e territorial.

Sua elaboração contou com um processo de levantamento e consolidação de informações socioambientais da área, abordando a problemática da posse da terra, da conversão, desmatamento e queima, bem como, em levantamentos realizados pelo ITERACRE acerca da distribuição, localização e situação fundiária e socioambiental das populações que moram ao longo da BR-364, e ao longo dos rios Envira e Jurupari. Estes levantamentos irão subsidiar o processo de legalização das terras e a condução de políticas públicas voltadas para as áreas de Educação, Saúde, Produção Sustentável e Infra-Estrutura.

a) Áreas de influência direta (ZAP/BR-364) e indireta

Área de Ordenamento Territorial da BR-364 (Feijó – Manoel Urbano) compreende cerca de 1.140.000 hectares das áreas que estão sob influência direta e indireta da rodovia, as quais estão destinadas à criação de novas unidades de conservação e projetos de assentamentos diferenciados.



A área de influência direta, que se constitui na Zona de Atendimento Prioritário - ZAP/BR-364 para fins de gestão territorial ocupa aproximadamente 120.071 hectares, considerando uma faixa de 5 km em cada margem da BR no trecho entre Feijó-Manuel Urbano, onde vivem 400 famílias. Possui áreas predominantemente pertencentes à Zona 1 do ZEE/AC, constituindo apenas uma das Zonas de Atendimento Prioritário. As áreas de influência indireta são aquelas que se encontram localizadas fora da área de influência direta.

Neste sentido, a ZAP/BR-364 está definida como uma área que possui alta vulnerabilidade ambiental associada com baixo potencial social, com alto índice de analfabetismo, reduzida capacidade de organização, condições sanitárias e de saúde precárias.

A fim de implementar políticas públicas que venham minimizar o quadro atual, o Governo do Estado priorizou ações estratégicas visando: (i) o re-enquadramento dos projetos de assentamento existentes para valorizar novas atividades e cadeias produtivas, e promover a readequação da atividade agropecuária com ênfase na atividade leiteira; (ii) a recuperação e o reflorestamento para o manejo de produtos madeireiros e não madeireiros; (iii) a criação de Projetos de Assentamento Diferenciados (PAF e PDS); e (iv) a criação de novas unidades de

conservação de proteção integral e de uso sustentável para exploração madeireira comunitária e empresarial, através de manejo certificado.

A proposta para o Ordenamento Territorial da Área de Influência da BR-364 (Feijó a Manuel Urbano) inclui a criação de: FLOES – Florestas Estaduais; PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável; PAF – Pólo Agroflorestal; NPS – Núcleo de Produção Sustentável; UC – Unidade de Conservação, conforme Figura 24 e Tabela 08.

OTL	Hectares	Porcentagem %
FLOES	912.037,1	81%
PDS	6.789,6	0,6%
POLO	49,9	0,00
REGULARIZAÇÃO	18.442,9	1,6
PAF	28.977,8	2,6
PAF	43.964,7	3,9
PDS	40.809,9	3,6
NPS	657,9	0,1
NPS	692,5	0,1
NPS	2.342,7	0,2
UC	68.455,7	6,1
TOTAL	1.123.220,7	100

Tabela 08. Categorias fundiárias previstas na proposta de Ordenamento Territorial.
Fonte: SEMA, 2009

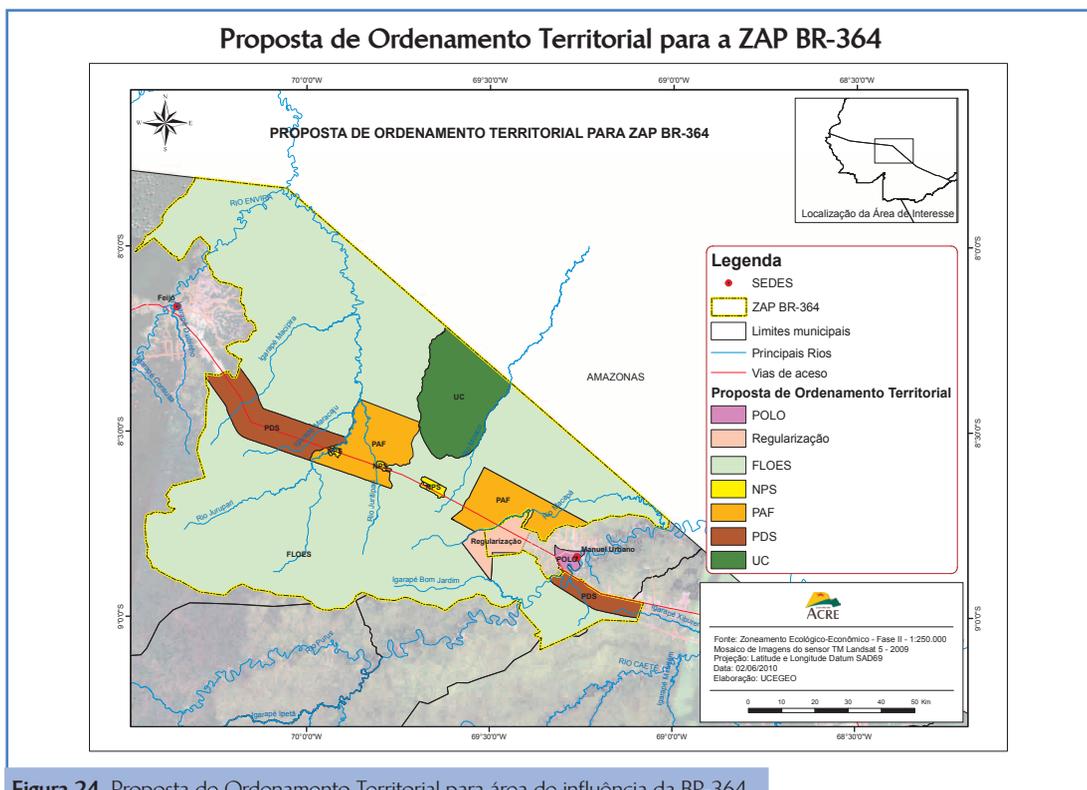


Figura 24. Proposta de Ordenamento Territorial para área de influência da BR-364.
Fonte: SEMA, 2009



b) Unidades de Gestão Ambiental Integrada (UGAI)

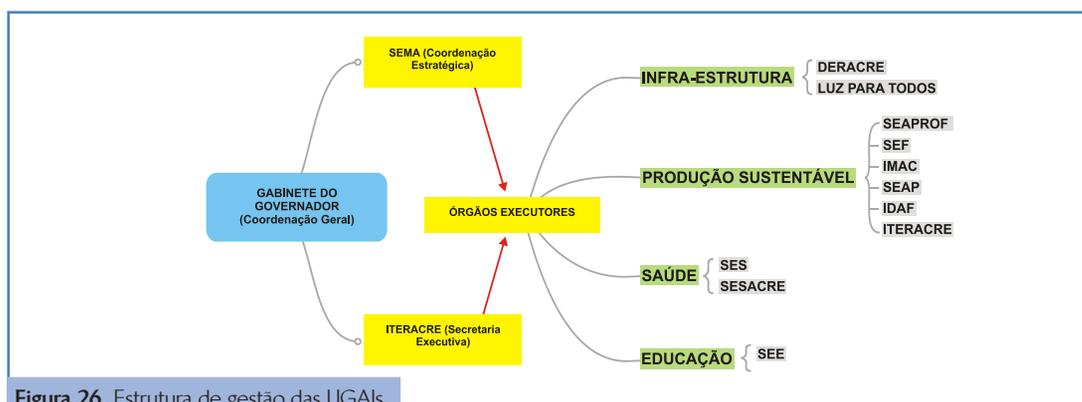
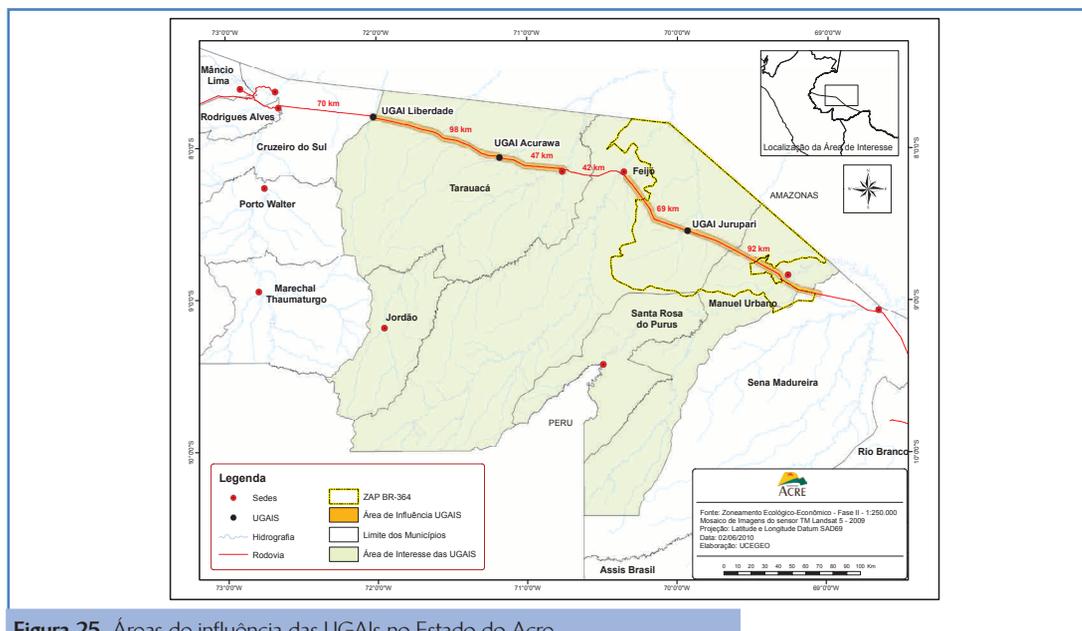
As Unidades de Gestão Ambiental Integrada (UGAIs) funcionam como estruturas de suporte para ações integradas das políticas públicas do Governo do Estado. Os objetivos principais das UGAIs são: (I) minimizar os impactos ambientais causados pelo asfaltamento da BR-364; (II) conter o avanço do desmatamento, a ocupação desordenada e a especulação crescente da terra; (III) dar o suporte para a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da região.

Atualmente existem duas UGAIs instaladas ao longo da BR-364 entre os rios Acuraua e Liberdade, as quais têm dado apoio na gestão do complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregário. Essas unidades estão situadas em uma das áreas mais isoladas do Estado. Para dar suporte logístico e apoio à implementação das

ações previstas no Plano de Ordenamento da BR-364, Feijó-Manuel Urbano, está sendo proposta a criação de uma nova Unidade de Gestão Ambiental Integrada, localizada à margem direita do Rio Jurupari – a UGAI Jurupari (Figura 25).

Uma das estratégias chave da UGAI Jurupari é dar continuidade a política de criação e consolidação de Unidades de Conservação, como mecanismos de regularização fundiária e contenção de desmatamento. As unidades de conservação propostas para o ordenamento da região irão regularizar a situação fundiária de cerca de 800 famílias de comunidades tradicionais, abrangendo uma área de aproximadamente 1.200.000 hectares à margem da BR-364 e dos Rios Jurupari e Envira.

As ações integradas das secretarias serão coordenadas pelo gabinete do Governador, com uma coordenação estratégica da SEMA e a execução sob a responsabilidade da Secretaria Executiva do ITERACRE (Figura 26).



3.2.4. Regularização Fundiária²⁶

A aquisição de grandes porções de terras por pecuaristas e os processos de colonização e assentamento rural ocorreram historicamente e até recentemente conduzidos pelo governo federal sem que se resolvesse a situação fundiária das populações de seringueiros que apesar da crise da borracha, permaneceram em suas colocações praticando suas atividades de subsistência na floresta. Terras até então ocupadas por famílias de extrativistas foram alienadas ou cedidas a terceiros, permanecendo ocupadas pelos primeiros. Em muitos casos essa situação perdura até hoje, sendo um dos graves problemas fundiários do Estado.

Conforme o ZEE, em 2006 as Terras em Discriminação sob júdice representavam 2,5% da superfície estadual, enquanto as Terras Públicas não destinadas representavam apenas 3,2%. As Terras Dominiais (Lotes Titulados e a Titular) constituíam 1,3% de sua superfície, enquanto os imóveis rurais sob domínio de particulares compreendiam 31% e as áreas a serem discriminadas totalizavam 6,6% das terras do Estado. A última Ação Discriminatória realizada no Estado data de 1985.

Considerando-se que a maior parte do território acreano encontra-se situado na faixa de fronteira com o Peru e com a Bolívia, apenas 14,6% das terras estão sob a jurisdição do Instituto de Terras do Acre – ITERACRE. Nos quase 85% restantes a competência para as ações de regularização fundiária é do INCRA, através da sua Superintendência estadual.

Descontadas as áreas de UCs, TIs e Projetos de Assentamento, tem-se pelo menos cerca de 525 mil hectares a serem georeferenciados

nos seis municípios da Região da Tríplice Fronteira no Acre.

3.2.4.1. Diagnóstico Fundiário na Região da Tríplice Fronteira – RTF

No Acre, a Região da Tríplice Fronteira – RTF compreende os municípios de Acrelândia, Brasiléia, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre e Xapuri. Todos os seis apresentam significativo passivo ambiental florestal, cerca de 56,61% do passivo ambiental do Acre (considerando RL=80%). O maior passivo encontra-se em Plácido de Castro, devido principalmente a atividade pecuária.

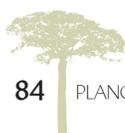
Segundo o diagnóstico realizado na RTF, existem 4.760 Laudos de Informação Fundiária - LIF 's no Acervo do ITERACRE já em formato digital. Foram encontrados apenas 839 LIF 's sobre os seis municípios da RTF, sendo que 656 têm a sua área quantificada, e em 183 esta informação não está disponível. Até o momento não foi feito o levantamento topográfico ou geodésico com GPS (nos municípios da RTF) dos imóveis cadastrados.

Considerando diferentes classes de “área individual do imóvel”, prevaleceram nos 6 municípios imóveis rurais com 10 a 100 hectares de área (80% dos imóveis segundo acervo do ITERACRE e 90% segundo o INCRA). Em termos de concentração (somatório) das áreas segundo as classes de área individual dos imóveis, a área dos imóveis rurais com mais de 1.000 hectares totalizava cerca de 60% da área total cadastrada por ambos ITERACRE e INCRA, enquanto a área dos imóveis com 10 a 100 hectares somava 25% e 33% da área total, respectivamente (Tabela 09).

	ITERACRE	INCRA
NÚMERO DE IMÓVEIS	839	9.073
ÁREA TOTAL	74.484,94 ha	1.351.928,07 ha
PORCENTAGEM DOS MUNICÍPIOS	4,6%	75,50%
CLASSE PREDOMINANTE	ITERACRE	INCRA
NÚMERO DE IMÓVEIS	10 a 100 ha	10 a 100 ha
	79,57%	89,04%
ÁREA TOTAL	> 1000 ha	> 1000 há
	60,48%	58,09%

Tabela 09: Comparativo dos dados fundiário levantados do INCRA/AC e ITERACRE na Região da Tríplice Fronteira. Fonte: Felix et al, 2009

²⁶ Trecho extraído de Felix, I.M. et. al. Diagnóstico da situação fundiária na região da Tríplice Fronteira do Amazonas, Acre e Rondônia. INTARE/GTZ, São Paulo, 2009, com adaptações.



3.2.4.2. Pontos críticos e problemas a serem resolvidos

- Os recursos usados pelos grileiros para fraudar documentos fundiários são: registros sem títulos de domínio ou sem comprovação de registros anteriores; duplicação de matrículas com novas matrículas ou com matrícula da mesma terra em comarcas diferentes; registros efetuados com base em sentenças de partilhas de bens, sem prova de domínio ou sem matrícula anterior.
- Os conflitos fundiários no Acre tiveram aumento significativo nos últimos anos: entre madeireiros e posseiros, entre proprietários e posseiros, entre posseiros e o Estado do Acre e entre pequenos, médios e grandes proprietários rurais entre si.
- Entre as questões históricas de gestão territorial tem-se a necessidade “induzida” do desmatamento de terras como meio de apropriação destas, como também aspectos relacionados aos assentamentos da região, muitas vezes deficitários de informações confiáveis relacionadas à demarcação das terras.
- Os cadastros de terras estaduais e os diversos cadastros federais (INCRA, IBAMA, FUNAI) nunca foram compatibilizados, o que faz com que ilícitos ambientais, indigenistas, sociais e fundiários tramitem em diferentes instâncias com diferentes informações sem a menor possibilidade de se valerem de informações comuns que estejam disponíveis às diversas partes envolvidas ou interessadas nas disputas judiciais ou na resolução de conflitos.
- Problemas estruturais relacionados às terras devolutas, onde a atuação do Estado carece de planejamento embasado em informações geográficas sistematizadas e estruturadas; processo de migração desordenada com invasões nos assentamentos, desencadeando revenda de lotes e comprometendo o desenvolvimento da população regional; terras inelegíveis; atualização e legalização das terras;

titulação irregular; e, principalmente, falta de um cadastro eficiente e georeferenciado de detentores de títulos (definitivos ou provisórios), CDRU's (Concessão de Direito Real de Uso) e mesmo de migrantes assentados e de suas famílias em um sistema único de referência.

3.2.5. Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas - SEANP²⁷

O estado do Acre possui cerca de 49,5% de seu território composto de florestas em áreas protegidas representadas em Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Projetos de Assentamento Diferenciados. Estas áreas junto com as áreas de reserva legal compõem o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas – SEANP, criado pelo artigo 14º da Lei 1.426 de dezembro de 2001 totalizando uma área que corresponde a 74% do território do Estado (Figura 29).

A maioria das Unidades de Conservação - UCs, incluindo as de proteção integral, é habitada por comunidades tradicionais tais como pescadores e caçadores artesanais, extrativistas, pequenos produtores e indígenas.

As ações do Estado nas Áreas Protegidas buscam fortalecer a Política de valorização do Ativo Ambiental e implementação do ZEE. Como princípio estratégico vem-se atribuindo às florestas e seus mais diversos produtos e serviços, um valor econômico e sócio-ambiental compatível com os princípios de sustentabilidade. Estas ações vêm proporcionando a melhoria da qualidade de vida e inclusão sócio-econômica das populações tradicionais, a conservação da biodiversidade e o empoderamento comunitário.

Outro aspecto positivo está representado no decréscimo do desmatamento, diminuição da pressão sobre a cobertura florestal, mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Contudo a efetivação de programas relacionados aos serviços ambientais é fundamental para que as áreas protegidas sejam compreendidas como estratégias de valorização da “floresta em pé”. Nesse contexto, o Acre avançou significativamente no que se refere:

- a) Criação de Unidades de Conservação: de 1999 a 2008: foram criadas 14 UC's, sendo 09 estaduais compreendendo um acréscimo de 3.059.157

²⁷ Trecho extraído de Meneses Filho, L. & Almeida, D.. Análise de contexto e de atores na região da fronteira MAP – Brasil. Rio Branco, 2008, com adaptações.



- hectares de áreas protegidas em UC's para o Estado;
- b) Regulamentação da Política Florestal e do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas (SEANP), criada através do decreto 1.426 (27/12/2001) e fortalecimento do fundo florestal;
- c) Constituição de 12 conselhos gestores, sendo 06 em UC's estaduais;
- d) Elaboração e implementação de Planos de Manejos das UC's;
- e) Fortalecimento de gestão das UC's com infra-estrutura e recursos humanos para as UC's;
- f) Estabelecimento do marco zero das UC's a nível federal, estadual e municipal a partir de métodos de avaliação de efetividade de gestão.

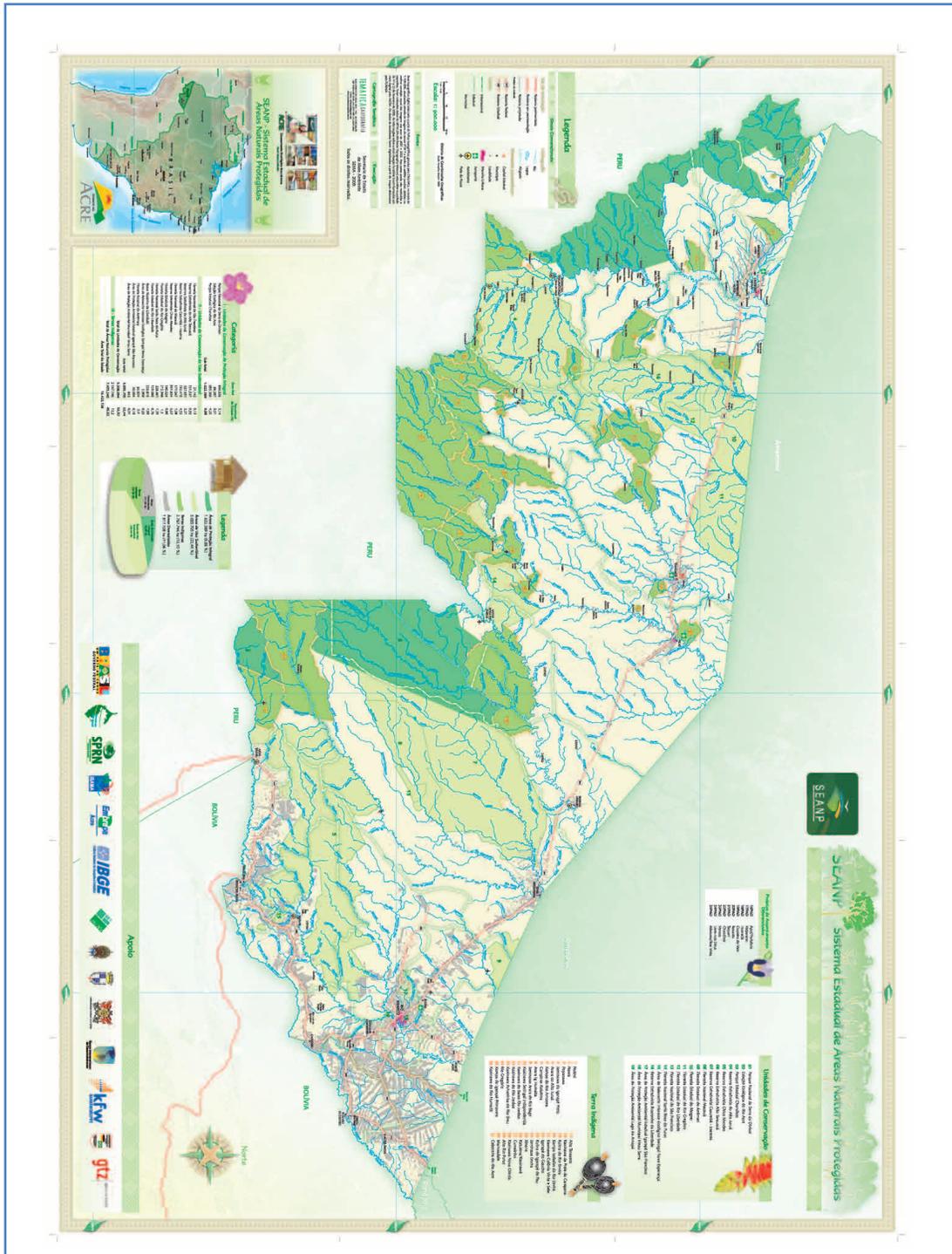


Figura 27. Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas.
Fonte: SEMA/Mapas Temáticos ZEE 2009.



No Acre, as unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável cobrem uma área total de 5.107.836 hectares, o que corresponde a 31,10% da área total do Estado (Tabela 10).

Da mesma forma que as UCs, as Terras Indígenas devem ser protegidas. No Acre, existem 35 terras indígenas que cobrem 2.320.232 hectares, o que equivale a 14,13% do Estado (Tabela 11).

Unidade	Área (ha)	Município Sede	Plano de Manejo	Instituição Responsável
Unidades de Conservação de Proteção Integral				
PARNA Serra do Divisor	843.012	Cruzeiro do Sul	Sim	IBAMA
Estação Ecológica do Rio Acre	77.500	Assis Brasil	Em conclusão	IBAMA
Parque Estadual Chandless	695.303	Sena Madureira	Em elaboração	SEMA
Horto Florestal de Rio Branco	17	Rio Branco	Não	SEMEIA
Parque Urbano Capitão Ciriaco	5	Rio Branco	Não	Fundação Garibaldi Brasil
Parque Ambiental Chico Mendes	52	Rio Branco	Só plano de utilização	SEMEIA
Parque Natural Municipal do Seringueiro	44	Plácido de Castro	Não	Prefeitura Municipal de Plácido de Castro
Subtotal	1.615.933	-	-	-
Unidades de Conservação de Uso Sustentável				
APA Igarapé São Francisco	30.004	Rio Branco	Não	SEMA
APA Lago do Amapá	5.224	-	-	-
APA Raimundo Irineu Serra	909	Rio Branco	Em andamento	SEMEIA
ARIE Seringal Nova Esperança	2.576	Epitaciolândia	Não	IBAMA
RESEX Alto Juruá	506.186	Cruzeiro do Sul	Não	IBAMA
RESEX Chico Mendes	970.570	Rio Branco	Elaborado e aprovado	IBAMA
RESEX Alto Tarauacá	151.199	Tarauacá	Não	IBAMA
RESEX Cazumbá-Iracema	750.795	Sena Madureira	Elaborado e aprovado	IBAMA
RESEX Riozinho da Liberdade	325.602	Tarauacá	Não	IBAMA
FLONA Macauã	173.475	Sena Madureira	Em elaboração	IBAMA
FLONA Santa Rosa do Purus	230.257	Santa Rosa do Purus	Em fase final de elaboração e aprovação	IBAMA
FLONA São Francisco	21.600	Sena Madureira	Em elaboração	IBAMA
FLONA Mapiá-Inauini	311.000	Boca do Acre	Não	IBAMA
FLONA do Purus	256.000	Boca do Acre	Não	IBAMA
Floresta Estadual do Antimary	66.168	Bujari	Sim	SEF
Floresta Estadual do Mogno	143.897	Tarauacá	Não	SEF
Floresta Estadual do Rio Liberdade	126.360	Tarauacá	Sim	SEF
Floresta Estadual do Rio Gregório	216.062	Tarauacá	Não	SEF
Subtotal	4.287.884	-	-	-
Total UCs	5.903.817	-	-	-

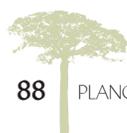
Tabela 10. Unidades de Conservação do Acre

Fonte: SEMA, 2008. **IBAMA:** Instituto Nacional de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis; **SEF:** Secretaria de Estado de Floresta; **SEMA:** Secretaria de Estado de Meio Ambiente; **SEMEIA:** Secretaria Municipal de Meio Ambiente.



Município	Terra Indígena	Povo	Pop.	Extensão (ha)	Situação Jurídica
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	238	78.513	Registrada
Sena Madureira e Assis Brasil	Mamoadate	Manchineri Jaminawa	937 168	313.647	Registrada
Sena Madureira	Manchineri do Seringal Guanabara	Manchineri	166		Em identificação
	Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	126		A identificar
	Jaminawa do Guajará	Jaminawa	70		A identificar
Santa Rosa e Manoel Urbano	Alto Purus	Kaxinawá Kulina (Madijá)	1.117 743	263.130	Registrada
Feijó e Santa Rosa	Riozinho do Alto Envira	Isolados Ashaninka	? 15	260.970	Identificada
Feijó	Jaminauá/Envira	Kulina Ashaninka	60 51	80.618	Registrada
	Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka Isolados	283 ?	232.795	Registrada
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	287	127.383	Registrada
	Kaxinawá Nova Olinda	Kaxinawá	247	27.533	Registrada
	Kulina do Rio Envira	Kulina (Madijá)	257	84.364	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	89		Em identificação
	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina (Madijá)	127	45.590	Registrada
	Katukina/Kaxinawá	Shanenawa Kaxinawá	332 376	23.474	Registrada
Tarauacá	Kaxinawá Igarapé do Caucho	Kaxinawá	632	12.318	Registrada
	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	21	21.987	Registrada
	Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	70	105	Registrada
	Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	485	60.698	Registrada
	Rio Gregório	Yawanawá Katukina	520 76	92.859	Registrada
Jordão e Feijó	Alto Tarauacá	Isolados	?	142.619	Homologada
Jordão	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	1.230	87.293	Registrada
	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Kaxinawá	319	8.726	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá	166	11.463	Dominial/ Reservada
Marechal Taumaturgo	Jaminawa/Arara do Rio Bagé	Jaminawa-Arara	196	28.926	Registrada
	Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	450	87.205	Registrada
	Kaxinawá/Ashaninka do Rio Brevi	Kaxinawá Ashaninka	428 64	31.277	Registrada
	Arara do Rio Amônia	Arara	278		Em identificação
Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá	Arara (Shāwādawa)	327	86.700	Declarada/ Demarcada
Mâncio Lima	Nukini	Nukini	553	27.264	Registrada
	Poyanawa	Poyanawa	456	24.499	Registrada
	Nawa	Nawa	306		Em identificação
Cruzeiro do Sul	Campinas/Katukina	Katukina	404	32.624	Registrada
	Jaminawa do Igarapé Preto	Jaminawa Jaminawa-Arara	171 39	25.652	Registrada
Totais = 11	34	14	12.880	2.320.232	

Tabela 11. Terras Indígenas do Acre.
Fonte: SEMA / Iglesias & Aquino, 2006



A gestão do SEANP está sob responsabilidade do Departamento de Áreas Protegidas e Biodiversidade da SEMA, que tem a função de articular as ações com outros órgãos gestores, por exemplo: ICMBio e Secretarias Municipais de Meio Ambiente.

Para avaliação e monitoramento do SEANP foi utilizada uma Matriz de Sustentabilidade²⁸ que avalia 12 variáveis, tais como plano de manejo elaborado, existência de Conselho Gestor, regularização fundiária, entre outros. Com esta matriz foram avaliadas as seguintes UCs: Parque Nacional da Serra do Divisor, Floresta Estadual do Rio Gregório, ARIE Japiim, RESEX Rio Liberdade e ESEC Rio Acre.

Também foi utilizada a ferramenta: **Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Unidades de Conservação - RAPPAM**²⁹ para pela análise do contexto das áreas e das informações sobre a importância biológica e socioeconômica, as pressões e ameaças que as afetam e o nível de vulnerabilidade existente, bem como sobre o planejamento, insumos, processos, produtos e resultados alcançados em relação aos objetivos das áreas protegidas. No Acre o RAPPAM foi feito para as seguintes UCs: APAs Estaduais Igarapé São Francisco e Lago do Amapá, Florestas Estaduais do Antimary, do Mogno, do Rio Gregório e do Rio Liberdade e junto ao Parque Estadual Chandless.

Para a melhoria da efetividade de gestão das unidades de conservação estaduais do Acre e respectiva priorização o RAPPAM recomendou vinte e quatro ações, (Tabela 12) sendo 17% delas relativas a insumos, 21% a planejamento da área, e 62% a processos. O elemento processos também recebeu o maior percentual de votos de priorização (42%), e, em seguida, insumos (36%) e planejamento da área (22%).

3.2.5.1. Novas Unidades de Conservação

a) As áreas a serem criadas pelo ICMBio

- RESEX do Riozinho do Rola, em parceria com Prefeituras de Rio Branco e de Sena Madureira. Os levantamentos já foram realizados, a área já foi incluída no ZEAS e já foi realizada as consultas públicas junto às comunidades, aguardando a publicação do decreto de criação a nível federal.

- RESEX Médio Iaco, onde foram iniciados os estudos socioambientais pelo ICMBio e o INCRA está concluindo o levantamento da cadeia dominial e as discriminatórias da área proposta. A SEMA está realizando a articulação deste processo junto às instituições, associações e sindicatos para realização da consulta pública.

b) As áreas a serem criadas pela SEMA

- UC “Guanabara” em área contínua ao PE Chandless – 80.000ha
- UC “Brasília” – 102 hectares, onde está sendo realizado o levantamento socioambiental da área.
- UC “Wilson Pinheiro” em Epitaciolândia – 62 hectares, onde foram realizados os estudos de vegetação e fauna e até novembro pretende-se fechar a peça de criação da unidade.
- UC “Porto Acre” – 589 hectares, a qual foi agregada ao PAE Limoeiro estando sob gestão da SEF.
- UC “Buritizal” em Rio Branco – 8,5 hectares, localizado na ZAP Urbana 01, onde está sendo executado um projeto de infra-estrutura no âmbito do PAC. Os estudos socioambientais já foram realizados e está sendo feito o levantamento topográfico na área para subsidiar o projeto arquitetônico do Parque.

c) As áreas a serem criadas pela SEF

- 400.000 hectares de UCs na estrada BR-364 trecho de Manoel Urbano a Feijó (Floresta do Jurupari) e entre os rios Iaco e Macauã.
- FLOE do Muru, com 33.000 hectares com situação fundiária definida. Cabendo a SEMA auxiliar no processo de articulação para criação da área e a SEF realizar os estudos e elaborar a peça de criação.

²⁸ A partir da experiência da GTZ e instituições parceiras, foi construída a matriz em oficina realizada em abril de 2008, com participação de técnicos da SEMA, IBAMA, ICMBio, SEMEIA, GTZ e SEF.

²⁹ O RAPPAM foi conduzido pelo WWF-Brasil em 2007 e 2008.



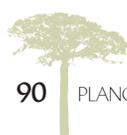
Elemento	Módulo	Ação	Responsáveis	Priorização
INSUMOS	Recursos Financeiros	Criar mecanismos claros e específicos de sustentabilidade financeira das UCs/Elaborar plano de sustentabilidade financeira para as UCs estaduais	NT	6
INSUMOS	Recursos humanos	Ampliar quadro de funcionários capacitados em gestão de UC/Mensurar e estabelecer equipe para gerir cada UC	SEF/SEMA	6
PROCESSOS	Tomada de decisão	Criar e estruturar um núcleo técnico multidisciplinar para coordenar o sistema de UCs estaduais	Chefias de Depto. de Florestas Públicas e Depto. de Áreas Protegidas e Biodiversidade	5
PLANEJAMENTO DA ÁREA	Amparo legal	Regularizar a situação fundiária das UCs estaduais	Chefias de Depto. de Florestas Públicas e Depto. de Áreas Protegidas e Biodiversidade, ITERACRE, INCRA, PGE, FUNAI	5
PROCESSOS	Planejamento da gestão	Elaborar e implantar os Planos de Manejo		4
INSUMOS	Recursos humanos	Capacitar funcionários/Capacitar e nivelar equipes de gestão das UCs em relação a instrumentos para gestão participativa/ Realizar intercâmbio nas UCs: troca de experiências	Chefias de Depto. de Florestas Públicas e Depto. de Áreas Protegidas e Biodiversidade	2
PROCESSOS	Pesquisa, avaliação, monitoramento	Viabilizar a realização de estudos para conhecer de fato as unidades/Apoiar a pesquisa científica visando a melhoria da gestão		2
PROCESSOS	Tomada de decisão	Efetivar e operacionalizar os conselhos gestores		2
PLANEJAMENTO DA ÁREA	Desenho e planejamento	Elaborar roteiros metodológicos padrão para gestão e criação de novas UCs (planejamento estratégico, tático e operacional)	NT	2
INSUMOS	Infra-estrutura	Instalar infra-estrutura básica das UCs e adquirir equipamentos	Chefias de Depto. de Florestas Públicas e Depto. de Áreas Protegidas e Biodiversidade	2
PROCESSOS	Tomada de decisão	Realizar parcerias com ONG, OSCIP para gestão compartilhada de UC	Chefias de Depto. de Florestas Públicas e Depto. de Áreas Protegidas e Biodiversidade; Conselho Florestal	2

Tabela 12. Recomendações para melhoria da efetividade de gestão das UCs do Acre e respectiva priorização pelo método RAPPAM.
Fonte: Meneses & Almeida, 2008.

3.2.6. Plano Estadual de Recursos Hídricos - PLERH

Um dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, de responsabilidade do Departamento de Gestão de Águas e Recursos Hídricos da SEMA, é o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PLERH. Este plano também é uma importante estratégia para a implementação do zoneamento, como forma de garantir o gerenciamento de recursos hídricos, de forma ordenada e pactuada, reduzindo ameaças, no que se refere à disponibilidade e qualidade da água nas bacias hidrográficas, devido à interferência antrópica nos sistemas.

As diretrizes básicas para a construção do Plano estão contidas no caderno I - Metodologia para construção do PLERH sendo este documento a ferramenta utilizada nas atividades de divulgação e capacitação para desenvolvimento do PLERH. As diretrizes são: 1) Vinculação do PLERH à organização institucional do Estado; 2) Participação social; 3) Planejamento espacial: regionalização das bacias hidrográficas; 4) Integração e compatibilização do PLERH com outras políticas setoriais; 5) Articulação do PLERH/AC com outros Estados e Países; 6) Gestão Integrada – água superficial e subterrânea; 7) Cobertura florestal e disponibilidade hídrica; 8) Organização e implantação do siste-



ma de informações para gestão de recursos hídricos – SIRENA.

O PLERH/AC está estruturado em (05) cinco macro-etapas, quais sejam: 1) Articulação entre os usuários, sociedade civil e governo; 2) Divulgação e comunicação social para PLERH/AC; 3) Elaboração dos diagnósticos de recursos hídricos do Estado do Acre; 4) Elaboração dos prognósticos e 5) Elaboração do Plano de ação para PLERH. Todas as etapas incluem diversas ações para o desenvolvimento do Plano.

As duas etapas iniciais do PLERH já foram realizadas e resultou na aprovação da proposta metodológica para elaboração do PLERH/AC e no nivelamento de informações sobre a importância da gestão das águas e dos recursos hídricos no Estado.

Para a realização das seguintes etapas, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente- SEMA estabeleceu alguns convênios e parcerias com órgãos públicos estaduais e federais, bem como, da sociedade civil garantindo as condições necessárias para realização das atividades e o desenvolvimento das etapas de construção do Plano. Como resultados já alcançados, destacamos a realização de 07 (sete) cursos realizados pelos multiplicadores, totalizando 300 participantes, dentre eles: professores, produtores rurais e extrativistas dos municípios de Xapuri, Brasiléia, Epitaciolândia, Assis Brasil, Capixaba, Bujari, Plácido de Castro, Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Feijó.

3.3. Políticas e Programas relacionados ao eixo de Cadeias Produtivas Agroflorestais e Práticas Sustentáveis

3.3.1. Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal

Com o objetivo de estabelecer processos de inclusão social e econômica, garantia do uso sustentável dos recursos naturais e a gestão adequada do território o governo do Acre instituiu a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal.

Entre suas diretrizes e objetivos temos: contribuição para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas; geração de renda por meio da produção sustentável; conservação da sociobiodiversidade; conservação dos recursos hídricos; regularização dos passivos ambientais de imóveis rurais; recuperação de áreas alteradas e/ ou degradadas; e pagamento por serviços ambientais associados à conservação do carbono florestal, recursos hídricos e biodiversidade.

Lançada em setembro de 2008, esta política vem sendo implementada por meio de estratégia conjunta de secretarias e autarquias que compõem a área de desenvolvimento sustentável do Governo Estadual integrada com as Prefeituras municipais e o movimento social organizado. O acompanhamento e a avaliação do andamento das ações dos programas poderão contar com atuação da sociedade civil organizada, conforme arranjo institucional pactuado, que envolve os Comitês Estaduais (CEMACT, CFE e CDRFS).

Esta política está alicerçada em dois programas: o Programa de Recuperação de Áreas Alteradas - PRAA e o Programa do Ativo Ambiental Florestal – PVAAF, com o seguinte arcabouço legal, a saber: i) Decreto 3.414 de 12/09/2008 que dispõe sobre a Reposição Florestal; ii) Decreto 3.416 de 12/09/2008 que regulamenta o art. 38 da Lei 1.904 de 05/06/2007, com objetivos, dentre outros, da instituição do Projeto de Regularização do Passivo e a Lei 2.025 de 20/10/2008 que permite implementar o Projeto de Certificação de Propriedades (Unidades Produtivas Sustentáveis).

Adicionalmente 04 (quatro) outros projetos encontram-se em fase de regulamentação e complementam os PRAA e PVAAF são eles: Projeto de Recomposição de Áreas Alteradas, Projeto de Reflorestamento, Projeto de Gestão de Florestas e Projeto de Pagamentos por Serviços Ambientais. O desenho esquemático abaixo demonstra a estrutura organizacional da Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal (Figura 30).



Figura 28. Esquema organizacional do Ativo Ambiental Florestal.



O Programa de Recuperação de Áreas Alteradas – PRAA visa consolidar com inclusão sócio-produtiva áreas já desmatadas, através de práticas mais sustentáveis. As ações básicas são: recuperação de áreas através de sistemas agroflorestais, e reflorestamento com fins energéticos, agroflorestais e madeireiros. Parte deste programa foi apresentada a apreciação do Governo Federal e encontra-se em negociação, através do Projeto Florestas Plantadas e Modernização do Extrativismo – Inclusão Social no Acre.

O Programa do Ativo Ambiental Florestal – PVAAF visa a regularização do passivo ambiental florestal, certificação de unidades produtivas sustentáveis (PCPS), fomento as práticas sustentáveis através da adoção de critérios socioambientais, pagamento por serviços ambientais, aumentar o valor da cobertura florestal através da legalização da propriedade e de práticas de manejo de uso múltiplo. Este programa tem sido executado com recursos próprios do tesouro estadual e apoiado pelo BID e BNDES e tem sido um piloto para um programa de maior escala.

Inicialmente tem se focado os esforços e recursos disponíveis no fortalecimento da Rede Estadual de ATER, na capacitação de técnicos das secretarias estaduais de governo para implementação da política e na divulgação dos 4 programas previstos, buscando-se a adesão dos produtores.

a) Programa de Recuperação de Áreas Alteradas – PRAA

I. Projeto de Reflorestamento (Florestas Plantadas)

O Projeto de Reflorestamento (Florestas Plantadas) visa consolidar e implementar estruturas de viveiros de mudas para recuperação e reincorporação ao processo produtivo de áreas alteradas e degradadas, por meio do estabelecimento de florestas plantadas com fins ecológicos, energéticos e econômicos e também gerar renda através da venda de carbono decorrente dos créditos gerados a partir do plantio.

Este projeto parte das seguintes premissas:

- O reflorestamento se constitui em uma forma de conciliar a recuperação de áreas degradadas com atividades geradoras de trabalho e renda;
- Os bens e serviços da cadeia produtiva gerados pelo reflorestamento são semelhantes aos gerados pelas florestas nativas;

- As florestas plantadas não competem com as nativas, são complementares na proteção e na conservação ambiental;
- Os sistemas agroflorestais são uma forma de integrar políticas de conservação e preservação ambiental com a geração de renda e segurança alimentar;
- As florestas plantadas exercem grande importância na proteção climática, principalmente no que se refere ao carbono, onde ela tem uma função de sequestro, estoque e substituição de combustível fóssil.

Com este projeto, o Governo do Estado do Acre pretende com apoio do Governo Federal, alcançar os seguintes resultados:

- I. recuperar 60 mil hectares de áreas alteradas/degradadas, área equivalente ao desmatamento dos últimos dois anos;
- II. promover a implantação de 10 novos empreendimentos industriais;
- III. gerar aproximadamente 20 mil novos postos de trabalho na cadeia produtiva florestal;
- IV. formar e capacitar cerca de 2 mil gestores públicos, empresários, líderes comunitários, técnicos e extensionistas, entre outros; e
- V. consolidar uma Rede de serviços laboratoriais para certificação de produtos.

A área de abrangência do Programa de Florestas Plantadas será, portanto, àquelas inseridas no âmbito da Zona 1, que corresponde às áreas de influência direta (10 a 25 km) das rodovias BR-364 e BR-317, sendo esta a área de ocupação mais antiga do Estado, com atividades agropecuárias e madeireiras, além de possuir a logística mais adequada para os fins previstos no Projeto.

As análises relativas a aptidão edafoclimáticas, situação fundiária, condições de logística, viabilidade de industrialização e mercado, com inclusão social, indicaram à implantação de 05 tipos de florestas: i) Florestas Plantadas com Seringueira - *Hevea brasiliensis* para produção



de látex e GEB – Granulado Escuro Brasileiro; ii) Florestas Plantadas com Fins Madeireiros, Teca - *Tectona grandis* e Paricá - *Schizolobium amazonicum* para produção de madeira com fins industriais; iii) Florestas Plantadas com Dendê - *Elaeis guineensis* para produção de óleo; iv) Floresta Plantadas com Espécies Arbóreas Frutíferas, Açaí - *Euterpe oleracea* e Manga e outras para produção de polpa e outros subprodutos; e, v) Eucalipto (*Eucalyptus* sp) e/ou Acácia (*Acacia mangium*) para geração de energia.

II. Viveiro de produção de mudas para reflorestamento

Além dos reflorestamentos de média e grande escala existe a necessidade de estabelecer uma política de fomento de produção de mudas destinada ao pequeno produtor, cuja ação de reflorestar será executada pelo mesmo em suas propriedades, regularizando muitas vezes seu passivo ambiental e possibilitando uma poupança a médio prazo de geração de renda contínua, além de contribuir no processo de certificação da propriedade.

O Estado possui um viveiro central (Viveiro da Floresta) com capacidade de produzir 04 (quatro) milhões de mudas florestais por ano – atualmente está produzindo 2 milhões- com um investimento de R\$ 1,2 milhões financiado pelo BID e o BNDES. Até o presente momento já foram produzidas e distribuídas 4 (quatro) milhões de mudas para projetos de reflorestamento, formação de sistemas agroflorestais e agrossilvipastoril, recuperação de áreas degradadas e adensamento das florestas nativas em regime de manejo florestal sustentável.

Essas mudas são distribuídas gratuitamente para prefeituras, associações e produtores com passivo ambiental que precisam recompor suas áreas de reserva legal através de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) – uma ação que envolve o IMAC, a SEAPROF, o MPE e a SEF.

A SEF tem como metas: aumentar a produção dessas mudas para a capacidade total do Viveiro, implantar viveiros municipais e incentivar a recomposição de Reservas Legais e adoção do plantio de substituição (pelas mesmas espécies) no manejo florestal madeireiro. Para tanto, executa o projeto “Implantação e Descentralização de Viveiros e Fomento Florestal”, que combina o fornecimento de mudas pelo Viveiro da Floresta e a construção de novos viveiros em parceria com as prefeituras.

A Secretaria Estadual de Florestas - SEF desempenhará papel chave de articulação, promoção e coordenação executiva do projeto com apoio da SEMA, IMAC e ITERACRE

para consolidação dos sistemas de informação e monitoramento e com a SEAP e a SEAPROF para serviços de assessoria e extensão rural. Outros parceiros irão colaborar com a capacitação de recursos humanos e apoio tecnológico relacionado à cadeia produtiva das florestas plantadas.

III. Projeto de Recomposição de Áreas Alteradas

O Projeto de Recomposição de Áreas Alteradas busca reincorporar áreas alteradas e/ou degradadas ao processo produtivo, viabilizando a mecanização de áreas e subsidiando o acesso ao calcário, e também garantir a recuperação de APPs degradadas, com foco nas Matas Ciliares.

Deste modo, ao longo dos últimos quatro anos a SEAPROF vem desenvolvendo um sistema denominado “roçados sustentáveis”, como mecanismo de transição da agricultura tradicional de corte-e-queima para sistemas produtivos de bases agroecológicas.

O roçado sustentável consiste no plantio de leguminosas (plantas com vagens, como feijão, puerária e mucuna) para reincorporar áreas abandonadas (pasto tomado por invasoras, capoeiras de três a quatro anos, improdutivas) com a meta de torná-las viáveis à produção de arroz, feijão, milho e mandioca, principalmente para cumprimento das ações de segurança alimentar. A prática é considerada ambientalmente correta porque, à exceção do primeiro ano, as famílias não precisariam mais usar o fogo e evitariam novos desmatamentos.

Outra ação dentro deste projeto é a mecanização de áreas potenciais para produção intensiva de grãos, principalmente a cultura do milho, um dos principais produtos para abastecimento da agroindústria de frango em Brasília. Conforme o mapeamento de aptidão agrícola do Acre, a SEAP vem trabalhando nos municípios de Rio Branco (AC-090 - Transacrea km 40 ao 60), Senador Guiomard, Plácido de Castro, Porto Acre (P.A Caquetá, P.A. Humaitá), Capixaba, Epitaciolândia e Brasília.

b) Programa do Ativo Florestal

I. Projeto de Regularização do Passivo

Os imóveis rurais do Estado do Acre que possuem percentual inferior ao estabelecido na legislação aplicável e no ZEE-AC no que se refere à manutenção de vegetação nativa em Reserva Legal - RL poderão ser regularizados mediante licenciamento ambiental rural, ficando



vinculada tal possibilidade à realização de georreferenciamento básico do perímetro do imóvel e à identificação, em imagem de satélite, da sua reserva legal e das Áreas de Preservação Permanente - APP. As modalidades para regularização bem como o funcionamento de cada uma das modalidades, considerando o Código Florestal e a indicação favorável do ZEE à adoção do índice 50% para cálculo da RL para fins de recomposição, são regulamentadas pelo Decreto 3.416/08.

A regularização dos imóveis rurais com base no ZEE-AC poderá ser realizada por meio de uma das seguintes modalidades:

- I. recomposição por meio de plantio ou de condução da regeneração natural;
- II. compensação da Reserva Legal por meio de servidão florestal ou de aquisição de floresta ou demais formas de vegetação nativa existentes em outro imóvel e que sejam excedentes à sua reserva legal;
- III. desoneração das obrigações previstas nos itens anteriores, adotando as seguintes medidas, isoladas ou conjuntamente:
 - a) doação, em favor do Poder Público, de propriedade particular existente em Unidade de Conservação de domínio público cuja área de floresta ou outra forma de vegetação nativa exista em extensão equivalente ao passivo de Reserva Legal;
 - b) depósito, em conta específica do Fundo Estadual de Florestas, previsto na Lei Estadual nº 1.426/2001, de valor correspondente à área de mesma importância ecológica e extensão, destinando-se estes recursos exclusivamente à regularização fundiária de Unidade de Conservação.

II. Projeto de Gestão de Florestas

O abastecimento com madeira para as indústrias do setor florestal do Estado do Acre em 2004 era na proporção de 10% oriundos de manejo florestal e 90% de desmatamento. Para reverter a situação, verificou-se a necessidade de mecanismos que pudessem simplificar e agilizar o processo para o licenciamento de Planos de Manejo no Estado do Acre. Assim, foi firmado o Convênio entre IBAMA e Governo do Estado do Acre, o qual ficou estabelecido

o repasse de atribuições referentes à análise, avaliação e licenciamento ambiental de Planos de Manejo Florestal (PMF) para o Estado.

A solução para reverter esse quadro foi implantação do escritório de manejo que tem como função principal dar agilidade aos processos de análise, avaliação e licenciamento dos planos de manejo florestal das empresas setoriais. Com isto, a fonte de suprimento de madeira para as indústrias setoriais, passou de 10 % de manejo florestal para 90 %. Participaram deste processo, os pequenos produtores com o programa de manejo florestal comunitário e os grandes produtores com as empresas do setor.

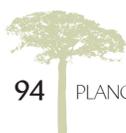
Foram realizadas capacitações em operações florestais, tais como: 1) operação de "GPS" para elaboração de inventário florestal com o sistema MODEFLORA – Modelo Digital de Exploração Florestal; 2) atividades relacionadas a inventário florestal (abertura de picadas, balizamento, identificação botânica); 3) atividades relacionadas à exploração florestal (operador de motosserra e auxiliar, planejamento de estradas secundárias, pátios de estocagem, planejamento de arraste de toras) e 4) operações de pátio (cubagem de toras, romaneio, despacho de toras), visando remuneração por serviços prestados.

Manejo florestal empresarial de impacto reduzido

Os impactos ambientais pela extração madeireira podem ser concretizados de duas formas distintas:

- Desmate completo: Toda a cobertura vegetal é retirada e a madeira da área é aproveitada, porém destruindo-se toda a biodiversidade existente;
- O manejo florestal convencional: Retirada de madeira com base em inventários florestais que dão base para o planejamento das atividades e dá sustentabilidade à produção florestal.

Como estratégia mitigadora está sendo utilizado o manejo florestal de impacto reduzido. Este tem como finalidade adotar ações restritivas tais como: i) critérios de retirada; ii) estudo da dinâmica florestal para seleção de árvores maduras para corte; iii) planejamento adequado de estradas e caminhos de arraste com o objetivo de não cruzar cursos d'água; iv) abate direcionado de árvores selecionadas para não danificar outras espécies; v) abrir clareiras para proporcionar o aumento da incidência de luz



e conseqüentemente o desenvolvimento acelerado do sub-bosque (árvores jovens que não crescem devido á presença de árvores maiores que competem por luz) e vi) aproveitamento de resíduos (galhos com diâmetro comercial) buscando minimizar os efeitos negativos da extração de madeira.

Manejo Florestal Comunitário

Esta ação visa a melhoria da qualidade de vida (geração de renda e trabalho) dos extrativistas e pequenos produtores através da extração dos produtos madeireiros e não madeireiros, valorizando a floresta; combatendo à ilegalidade florestal; inibindo a reconcentração fundiária; diminuindo a venda de colocações e combatendo o desmatamento de áreas de reserva legal, alavancando uma cultura florestal. Está baseado em três serviços: Licenciamento de Planos de Manejo Comunitário, Infra-Estrutura de Apoio (ramal, produção e escoamento), Acompanhamento da execução de Planos Operativos Anuais - POA's. Até o momento se conseguiu atingir a marca de 366 famílias e 41.884 hectares de Planos de Manejo Florestal em 21 comunidades.

Florestas Públicas Estaduais

A gestão das florestas estaduais no Acre foi normatizada pela Lei nº 1.426 de 27 de dezembro de 2001, conhecida no estado como Lei Florestal. Diferente do âmbito federal, no Acre a gestão das florestas estaduais atualmente é realizada de forma direta pelo Estado. Nesta modalidade de gestão, cabe ao Estado realizar a exploração dos recursos florestais e reverter o lucro da exploração para a manutenção da floresta estadual e para as comunidades que nela vivem e, desta feita partilhando os benefícios oriundos da exploração florestal junto às comunidades.

É importante ressaltar aqui, que a experiência de concessão florestal na Floresta Estadual do Antimary iniciada em 2005 é pioneira no Brasil. No Antimary o estado é responsável pela exploração da floresta, através da elaboração de Planos de Manejo e de Planos Operativos Anuais – POAS, leiloando a madeira para o mercado. O lucro é revertido na manutenção da Floresta e na repartição de benefícios com a comunidade residente nesta. Há atualmente, um POA de 2.000 ha, que deve gerar uma receita anual de R\$ 1 milhão, com R\$ 500 reais por ha e R\$ 50 reais por m3. Nas atividades de exploração florestal há uma cadeia de serviços, capaz de gerar uma receita de R\$ 1,5 milhão de

serviços e transporte, que se fossem realizados pelas 40 famílias residentes na Floresta, poderia gerar uma receita média bruta de até 50 mil reais/ano/família.

No ano de 2003 foi criado o complexo de florestas do Gregório, com área total de 480 mil hectares e constituído por três Florestas Públicas: Floresta do Rio Liberdade (Decreto nº 9.716), do Mogno (Decreto nº 9.717) e do Rio Gregório (Decreto nº 9.718). As FLOEs do Complexo do Gregório foram criadas visando reduzir os potenciais impactos negativos decorrentes do asfaltamento da BR-364 sobre a estrutura fundiária, sobre os recursos naturais e deterioração da qualidade ambiental da região. O órgão gestor está finalizando a formação do Conselho Consultivo da unidade e o Plano de Manejo já foi elaborado, porém ainda não foi analisado. Através das Unidades de Gestão Ambiental Integradas – UGAls, a SEF dispõe de um Viveiro de Mudanças, com capacidade de produzir 100 mil mudas (atualmente produz 40 mil), que atende as comunidades das três Florestas Estaduais e do seu entorno.

As comunidades residentes nas FLOEs tiveram seus direitos fundiários reconhecidos através das Leis estaduais de nº 1.382 e 1.787. Em conjunto, essas leis estabeleceram o título de concessão de direito real de uso para os moradores, com um limite máximo de cem hectares por família. Dessa forma, estas famílias passaram a ter sua condição fundiária resolvida, reconhecendo-se que elas têm o direito de permanecer e utilizar a terra nas florestas públicas, obedecendo-se os limites e preceitos estabelecidos pelas respectivas leis.

Implementação e consolidação de parques industriais baseados na cadeia produtiva de base florestal

Segundo dados disponíveis de 2007, a fabricação de produtos de madeira, Fabricação de móveis e a Fabricação de artefatos de Borracha, correspondem a 21,64% do Valor Bruto da Produção Industrial do Estado e gerando em torno de 1.350 empregos diretos.

Essa evolução se traduz tanto nas políticas públicas implementadas pelo Estado nos últimos 10 anos como nos investimentos públicos e privados diretos. Exemplos concretos dessa política é a implantação de: i) Fábrica de Preservativos de Xapuri, ii) Indústria de Beneficiamento de Castanha, iii) Complexo Industrial Florestal de Xapuri, iv) Pólo Moveleiro de Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Acrelândia, Feijó e Sena Madureira; assim como os investimentos do setor privado com a instalação das empresas



com base florestal, tais como: i) Empresa Triunfo; ii) Ouro Verde; iii) Precious Wood; entre outras de menor porte.

A Fábrica de Preservativos Natex em Xapuri tem capacidade instalada para a produção de 100 milhões de preservativos/ano com consumo médio de 500.000 litros de látex, o que possibilita a geração de mais de 150 (cento e cinquenta) empregos diretos na fábrica e envolvendo cerca de 700 (setecentas) famílias de seringueiros na coleta e fornecimento de látex, além de diversos empregos indiretos na rede de fornecedores de insumos e serviços para o empreendimento.

O Complexo Florestal Industrial de Xapuri tem capacidade instalada para produção de 480 mil m² de pisos maciços e 4,8 mil m³ de decks, a partir de matéria-prima proveniente de áreas de manejo florestal sustentável, visando o mercado nacional e internacional. O Complexo gera em torno de 300 empregos diretos e mais de 600 indiretos, além de envolver mais de 490 famílias no suprimento de madeira através de planos de manejos florestais comunitários.

O Pólo Moveleiro de Rio Branco, criado para incubar 12 micros e pequenas empresas para produção de móveis, dispõe de uma estrutura comunitária visando apoio logístico, design, estrutura comunitária de secagem, administrado pela Secretaria Estadual de Floresta – SEF em conjunto com a comunidade moveleira, dando apoio às empresas ali instaladas. Através do Centro, é possível oferecer aos moveleiros novos modelos de produtos com “designs” diferenciados e treinamento sobre melhores técnicas de trabalhar a madeira. Este Pólo pela sua excelência é modelo para os demais Pólos instalados e a serem instalados nos municípios do interior.

Os Pólos Moveleiros dos municípios de Cruzeiro do Sul, Acrelândia, Feijó e Sena Madureira contam com financiamento da SUFRAMA e BNDES, os quatro pólos estão em processo de implantação e poderão incubar inicialmente cerca de 50 micros e pequenas empresas para produção de móveis, além de dispor de uma estrutura comunitária visando apoio logístico, design, estrutura comunitária de secagem, que será administrado pela Secretaria Estadual de Floresta – SEF em conjunto com a comunidade moveleira, dando apoio às empresas ali instaladas.

III. Projeto de Certificação da Unidade Produtiva Familiar Sustentável

O Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares foi concebido com base em experiências inovadoras e promissoras de produção sustentável em comunidades rurais, como o Proambiente.

O objetivo deste projeto é incentivar e premiar com bônus e serviços governamentais os proprietários interessados em aderir a processos produtivos baseados na recuperação ou manutenção de áreas de reserva legal ou preservação permanente bem como no uso sustentável da floresta. Para isto conta atualmente com financiamento do BID, Governo Federal e o Tesouro Estadual.

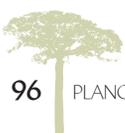
Trata-se, portanto, de um processo voluntário de certificação socioambiental de unidades produtivas familiares, em que estão previstos pagamentos por serviços ambientais na forma de bônus financeiro, financiamento e crédito subsidiado e serviços governamentais prioritários, destinados a proprietários (e posseiros) de imóveis rurais interessados em aderir a processos produtivos baseados na organização coletiva; eliminação do uso do fogo; manutenção e/ou recuperação de áreas de reserva legal/ preservação permanente; bem como no uso sustentável da floresta.

A implementação da Certificação será realizada em quatro níveis distintos com uma duração total de 09 anos, assim especificadas:

1. **Adesão ao Programa.** Cadastro do produtor que assume o compromisso de fazer o Plano de Certificação bem como obedecer a portaria do IMAC de limitação para a queimada. Nesta fase o produtor recebe Bônus (Remuneração Adicional) de R\$ 500,00 (quinhentos reais) anual, divididos em 02 (duas) parcelas. O prazo para cumprimento desta fase é de 1 ano para ser habilitado para a segunda fase.

2. **Certificação Básica.** O produtor aprova o Plano de Certificação, inicia o processo de licenciamento e consegue a Certidão Ambiental Rural da Propriedade junto ao IMAC. Cumprindo os critérios desta fase ele recebe Bônus de R\$ 500,00 anual por dois anos e se credencia para a fase 3.

3. **Certificação Intermediária.** O produtor deve ter executado 30% do Plano de Certificação em níveis de práticas sustentáveis e ter sua produção sem uso de fogo e desmate. Assim, o produtor terá acesso a crédito e recebe serviços



do governo. Se cumprir os critérios, o produtor receberá um Bônus (Remuneração Adicional) de R\$ 600,00 (seiscentos reais) anual, por 02 (dois) anos e habilita-se para a nova fase.

4. Certificação Plena. O produtor executa 70% do Plano de Certificação em níveis de práticas sustentáveis e sua produção é realizada sem uso do fogo e de desmate. Desta forma ele recebe serviços do governo e deverá estar inserido em uma Cadeia Produtiva. Se cumprir os Critérios, o produtor habilita-se a receber um Bônus (Remuneração Adicional) de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por 04 (quatro) anos.

Se não cumprir os requisitos o produtor deixará de receber. Para monitorar o progresso, o produtor será avaliado com base em parâmetros como: agropecuária sem queima, manutenção de cobertura florestal, situação das APPs e nascentes, produção sustentável, organização coletiva mínima, áreas alteradas e/ou degradadas.

O Programa de Certificação das Propriedades Rurais Familiares integra diversas políticas de governo para as cadeias produtivas familiares no Acre e estará articulado aos instrumentos de ordenamento territorial e de controle ambiental previstos na legislação do estado e do país, tais como: monitoramento da dinâmica do desmatamento; licenciamento ambiental de propriedades rurais; licenciamento do desmatamento, da exploração florestal e do uso do fogo; consolidação de áreas naturais protegidas; e gerenciamento integrado de recursos hídricos.

Uma vez que a implementação do conjunto de ações previstas exige a descentralização dos serviços oficiais de assistência técnica e extensão rural, foi criada uma Rede Estadual de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal que, sob direção da SEAPROF, apoiará sua implementação.

IV. Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER

Este projeto tem objetivo de garantir assistência técnica e extensão rural para assentados da reforma agrária, populações indígenas e extrativistas e demais proprietários, visando a adoção de práticas sustentáveis de manejo dos recursos naturais, redução do desmatamento e degradação florestal, tornando-se provedores de serviços ambientais, através de 02 ações:

- Serviços de ATER para reestruturação de propriedades e redução do desmatamento;
- Difusão de informações, mobilização, promoção e empoderamento das comunidades, visando a integração a mercados de produtos agroflorestais, serviços ambientais e florestais.

Com o objetivo de descentralizar a prestação dos serviços de ATER com qualidade e ampliar a quantidade de famílias beneficiadas com os diferentes programas-projetos da Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, foi criada a Rede de ATER. Tanto as organizações governamentais como muitas não governamentais possuem comprovados resultados durante décadas de atuação em várias comunidades de colonos, seringueiros e ribeirinhos e mais recentemente, surgiram as cooperativas de trabalho bem como as entidades representantes dos movimentos sociais, as quais contam com profissionais em condições de atender as necessidades desta política.

V. Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais

O Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais dentro do Programa do Ativo Florestal, integra vários componentes relacionados a valorizar a floresta em pé através dos seus serviços ambientais tais como: ICMS Sócio Ambiental, o Subsídio da Borracha e mais recentemente Projeto PSA Carbono que esta sob consulta pública até novembro de 2009.

ICMS Socioambiental – Instrumento Econômico para Gestão Ambiental

A indisponibilidade de recursos financeiros, materiais, de infra-estrutura e de pessoal, geralmente é o principal entrave das prefeituras para o desenvolvimento e execução das ações de gestão ambiental.

Com isso, o estado do Acre instituiu a Lei Estadual nº 1.530, de 22 de janeiro de 2004, que cria o ICMS Verde, destinando 5% do imposto arrecadado para municípios com unidades de conservação e outras áreas protegidas.

O ICMS Verde incorporou o componente social na repartição de benefícios com os municípios, tornando-se Sócio-ambiental, e se caracterizando como uma maneira de prestigiar a participação dos municípios na construção e na defesa do ambiente equilibrado e essencial à qualidade de vida, no desenvolvimento de



políticas e programas na área de manutenção e oferta em serviços básicos, educação e saúde, rumo ao desenvolvimento sustentável local e regional.

Dessa forma, foi assinado recentemente pelo Governador o decreto de regulamentação da Lei do ICMS, o qual está em trâmite para uma série de estudos jurídicos, financeiros e técnicos objetivando efetividade da aplicação da referida lei, para o repasse de recursos as prefeituras, sendo considerado o diagnóstico da gestão ambiental municipal e as variáveis sócio-produtivas para a aplicação do ICMS, tornando-o ICMS SOCIOAMBIENTAL -Instrumento Econômico para Gestão Ambiental.

Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais - Carbono

Entre as ações mitigadoras de mudanças climáticas a serem adotadas no âmbito do planejamento da SEMA destaca-se a elaboração do Projeto de Pagamentos por Serviços Ambientais - Carbono, baseado na concepção de mecanismos de incentivos e de pagamentos aos Serviços Ambientais associados à conservação e preservação de ativos florestais e à recuperação de áreas degradadas a partir da recomposição com plantios florestais.

Os mecanismos que estão sendo desenvolvidos serão direcionados à diferentes grupos sociais, como: povos indígenas, populações extrativistas, pequenos produtores inseridos (ou não) em Projetos de Reforma Agrária, bem como os médios e grandes produtores do Estado, e estarão articulados aos programas de Certificação da Propriedade Rural Sustentável e de Regularização do Passivo Ambiental Florestal.

3.4. Políticas e Programas de Monitoramento, Controle e Fiscalização

3.4.1. Sistema Estadual de Informações Ambientais - SEIAM

O Sistema Estadual de Informações Ambientais (SEIAM) é uma ferramenta da Política Estadual de Meio Ambiente que agrega uma base de dados sobre o Estado do Acre, e visa gerar informações para a tomada de decisões na construção de políticas setoriais.

O SEIAM/AC possibilitará a comunicação entre Gestores de Políticas Públicas na esfera ambiental estadual, bem como a interação do Poder Público com a sociedade, fortalecendo o controle social e a participação da mesma no gerenciamento dos recursos naturais do Estado. Visa também, fortalecer o Sistema Nacional de

Meio Ambiente - SISNAMA, por meio da integração de sua base de dados ao Sistema Nacional de Informações do Meio Ambiente - SINIMA.

Por meio do Sistema, órgãos que atuam na área de meio ambiente podem acessar uma base compartilhada de dados e informações ambientais, possibilitando, dessa forma, uma maior integração entre as instituições que tratam da questão ambiental no Estado do Acre.

O acesso ao sistema é feito por meio de duas interfaces:

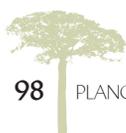
(a) Rede de internet (via web), disponibiliza informações sobre o meio ambiente e atividades desenvolvidas pelo IMAC, permitindo o acesso a todos os segmentos setoriais e a sociedade em geral, está online desde março de 2001 e ganhou uma nova versão em 2006.

(b) Rede de intranet, de uso exclusivo dos órgãos e instituições que atuam diretamente na área de gestão ambiental, disponibilizando-lhes informações estratégicas para o desempenho de suas atividades, visando atender a demanda das atividades de Controle Ambiental do IMAC. Em 2006 foi tomada a decisão de integrar estes aplicativos de forma a compor o SEIAM – Módulo Controle Ambiental.

O Sistema de Licenciamento Ambiental também foi informatizado no âmbito do SEIAM, para o gerenciamento dos processos de licenciamento ambiental, garantindo maior agilidade no atendimento, fluxos e emissões de licenças e permitindo que os técnicos façam despachos, relatórios e tenham o controle administrativo dos processos de licenciamento em curso no Instituto. Está ligado a uma central de atendimento que, além da interligação das informações dentro do IMAC, proporciona a ligação com os núcleos no interior e permite aos usuários fazer o acompanhamento do andamento dos seus pedidos de licença ambiental de qualquer lugar com acesso a internet.

O SEIAM ainda está em fase de implantação. O sistema conta atualmente com os seguintes módulos: Controle Ambiental, Contabilidade Ambiental, Gerenciamento Jurídico, Administrativo, Controle e Segurança de Dados, e o Site.

O Módulo de Controle Ambiental está em desenvolvimento com um sub-módulo de Licenciamento Ambiental da Propriedade Rural – MLAPR. O MLAPR visa criar uma “CNPI” da propriedade (denominado CAPR – Cadastro da Propriedade Rural) para cada uma das propriedades rurais licenciadas no Estado. Todos os atos administrativos que tramitam no IMAC relacionados às atividades realizadas em imóveis rurais, como licenciamento de empreendimentos, autorizações para exploração florestal e Termos



de Ajustamento de Conduta – TACs estarão necessariamente vinculados a esse cadastro, permitindo o monitoramento dos prazos das condicionantes nas licenças ambientais que, quando vencidos, pautas serão geradas para as equipes de licenciamento e fiscalização, identificando quais detentores necessitam ser notificados e/ou quais licenças necessitam ser vistoriadas. Pessoas físicas ou jurídicas com irregularidades no cadastro técnico estadual deverão obrigatoriamente se regularizar perante o IMAC, para que então possam ser contempladas em seus respectivos requerimentos.

Também serão desenvolvidos o submódulo de Qualidade Ambiental, ou “Módulo do Ativo Florestal”, que permitirá o acompanhamento da implementação dos programas de Regularização dos Passivos Florestais e de Certificação de Propriedades Rurais Sustentáveis, e um Sistema de Informações Geográficas - SIG customizado para a elaboração dos produtos de geoprocessamento necessários ao MLAPR, a ser disponibilizado aos técnicos da SEAPROF e da Rede de ATER.

Durante as reuniões realizadas com representantes do INCRA, foi discutida a possibilidade de desenvolvimento de uma interface do sistema para o INCRA, permitindo maior agilidade no processo de licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e dos lotes pertencentes aos beneficiários da reforma agrária. Também está previsto o desenvolvimento de uma interface para que o ITERACRE possa compartilhar sua base de dados de cadastro georeferenciado de imóveis rurais, no âmbito do Sistema Estadual de Terras do Acre – SITACRE.

3.4.2. Controle e Fiscalização

I. Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais

Até o início de 2009, haviam 507 processos de licenciamento ambiental de propriedades rurais em todo o Estado do Acre formalizados no IMAC³⁰. Porto Acre é o município em que há o maior percentual de imóveis em processo de licenciamento ambiental, abrangendo 42,26% da área do município. Do total de processos de licen-

ciamento, 138 (27%) eram de imóveis localizados nos 06 municípios que integram a Região da Trílice Fronteira – RTF.

Espera-se que o total de imóveis inseridos no sistema de licenciamento ambiental e cadastrados na base cartográfica digital do Estado seja aumentado a partir da iniciativa piloto de Cadastro Ambiental Rural prevista no Projeto PNUD BRA 08/003, e da consolidação dos instrumentos de certificação de propriedades sustentáveis e de compensação/desoneração de passivos ambientais previstos na Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal.

II. Licenciamento do Desmatamento

Existe um calendário de licenciamento do desmatamento que vai de março ao fim de julho. Entretanto, pessoas físicas e jurídicas interessadas em licenças ambientais e autorizações de exploração florestal não têm demonstrado capacidade de planejamento a ponto de se antecipar e protocolar seus pedidos com antecedência. Como resultado, o instituto tem trabalhado com picos de demandas, principalmente quando chega o verão.

Conforme TAC firmado entre MPE, MPF, INCRA, IBAMA, SEMA, IMAC, ITERACRE, SEAPROF, Defensoria Pública, há um consenso acerca da possibilidade de posseiros informais de conversão de no máximo 01 hectare de floresta primária ou capoeira, sendo autorizado para fins de exploração de produtos florestais o volume máximo de 10 m³/ha, vedado o licenciamento em áreas de conflito ou de reserva legal já averbada.

Entre os anos de 1999 a 2001, IBAMA e IMAC expediram um total de 22.114 autorizações para desmate e queima controlada de um total de 32.368 hectares. Dessas autorizações, apenas 214 correspondiam à áreas superiores a 20 hectares. O número de Autorizações para Uso de Matéria Prima Florestal – AUMPF emitidas no mesmo período foi de 8.226, para um total de 332.201 m³ de madeira em toras³¹. Entre os anos de 2006 a 2008 o sistema de monitoramento do IMAC mapeou um desmatamento total de 98.600 hectares, dos quais aproximadamente 13.300 hectares (13%) haviam sido licenciados pelo IMAC.

³⁰ Felix, I.M. et. al. Diagnóstico da situação fundiária na região da Trílice Fronteira do Amazonas, Acre e Rondônia. INTARE/GTZ, São Paulo, 2009.

³¹ Diagnóstico do Setor Madeireiro do Acre em 2002 – Relatório Final. Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo – SEFE, Rio Branco, 2002.



III. Licenciamento do Manejo Florestal

Análise realizada por Franke³², mostra que entre os anos de 1995 e 2007 um total de 191 planos de manejo foram solicitados por proprietários ou prepostos nos órgãos responsáveis pela autorização da atividade, quais sejam, IBAMA, SEF e SEMA-IMAC. Entre os anos de 1995 e 1999 houve o pedido para manejar 12 áreas, com uma média de 2,4 planos/ano, contra uma média de 22,4 planos/ano, no período de 2000 a 2007.

De maneira geral, o histórico de licenciamento para manejo florestal, mostra que entre 1995 e 2007, 191 planos de manejo florestal tinham sido protocolados, dos quais 68% foram autorizados para exploração, sendo que apenas 14% sofreram embargo ou reprovação. A área solicitada para Manejo Florestal Sustentável analisada pelo IMAC no período totalizou, portanto, 505,6 mil hectares. Destes, 291,4 mil hectares (57%) foram aprovados, enquanto 120 mil hectares (24%) permaneciam sob análise até 2007 (Franke, 2008).

Os principais fatores restritivos ao licenciamento do manejo florestal estão relacionados à dificuldade para elaboração de projetos de manejo que obedeçam aos critérios técnicos e legais exigidos para implementação da atividade, e à liberação do CCIR (Certificado de Cadastro de Imóvel Rural) para serem aprovados.

Essa dificuldade agrava-se quando os planos são oriundos de proprietários de pequenas áreas localizadas em áreas de projetos de

assentamento agrícolas ou em áreas de comunidades extrativistas, visto sua baixa capacidade financeira e conhecimento técnico para preencher as condições exigidas pela legislação vigente e pelos órgãos responsáveis pela autorização dos planos de manejo florestal.

Os Planos de Manejo Florestal madeireiro não estão distribuídos de maneira uniforme no Estado do Acre, em função da vantagem comparativa de alguns municípios devido a fatores como: acesso às áreas proporcionado por estradas asfaltadas ou em boas condições de trafegabilidade, localização das indústrias madeireiras, baixa disponibilidade de técnicos especializados para elaboração dos planos de manejo em municípios mais isolados e pendências legais das propriedades privadas.

Os PMFS estão concentrados na região leste/sudeste do Estado do Acre, Bujari, Rio Branco, Sena Madureira, Feijó, e Xapuri, em ordem decrescente, concentram 77% da área total das propriedades sob manejo florestal no Estado do Acre. Esses municípios, somados a Senador Guiomard e Porto Acre, concentravam 73% das áreas de efetiva exploração sob regime de manejo até 2007 (Figura 31).

As áreas sob manejo florestal madeireiro predominam, portanto, em áreas onde se localiza o maior índice de desmatamento e a maior perda de biodiversidade. Franke (2008) avalia que, juntamente com as áreas indígenas e unidades de conservação, o manejo florestal exerce um papel fundamental de funcionar como uma zona de “amortecimento”, impedindo o

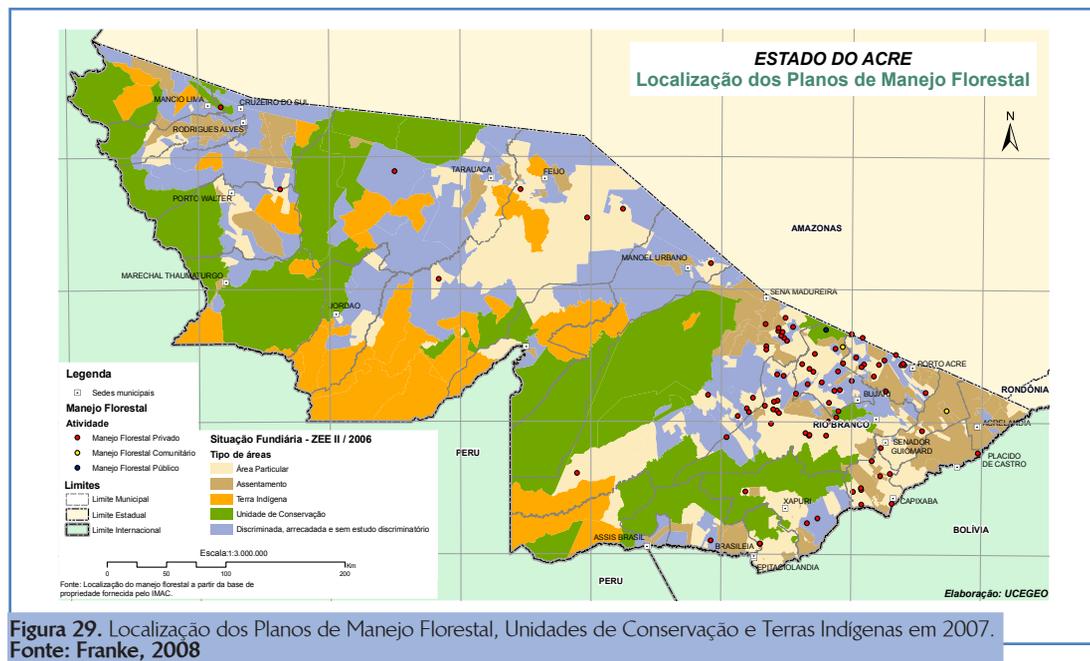


Figura 29. Localização dos Planos de Manejo Florestal, Unidades de Conservação e Terras Indígenas em 2007. Fonte: Franke, 2008

³² Franke, I.L., Manejo Florestal Madeireiro e Contenção do Desmatamento no Estado do Acre. Secretaria de Estado de Florestas. Rio Branco, 2008.



avanço do desflorestamento, formando uma cortina protetora nas bordas das áreas de maior ação antrópica ao longo dos principais eixos rodoviários – a BR-317 e BR-364.

IV. Sistema DOF e Reposição Florestal

Existe um consenso acerca da importância da concepção e implantação do Sistema DOF desde 2006, no contexto dos trabalhos de monitoramento da origem, transporte e destinação final de produtos e subprodutos florestais.

Entretanto, segundo técnicos do IMAC, SEF e IBAMA, alguns aspectos do sistema precisam ser melhorados, tais como: (i) adequação da lista de espécie da base de dados do sistema à realidade das espécies exploradas no Estado; (ii) integração do DOF aos sistemas de emissão de autorizações de exploração florestal; (iii) facilidade de acesso à base de dados para elaboração de relatórios de acompanhamento, conforme diferentes períodos de análise e perfis de usuários; e (iv) índices de conversão adotados.

Algumas dificuldades de uso deste sistema estão relacionadas à impossibilidade de emissão de um relatório com o saldo de todos os itens constantes em um pátio para o dia de “hoje” e de se manter sempre em pleno funcionamento, além dificuldade/ impossibilidade de acesso à internet para sua operação na maior parte do Estado.

Segundo o IBAMA, têm sido realizadas poucas operações de acompanhamento, controle e fiscalização nos pátios e depósitos de marcenarias, serrarias e depósitos de madeira sediados no Estado e dificilmente se encontra volumes em pátios e depósitos compatíveis com dados do sistema. Existem muitas fontes de erros: Inventários Florestais de baixa qualidade, índices de conversão não compatíveis com a realidade, e destinação final dos produtos no sistema incoerente com a realidade.

Diante destes problemas, foi criado um grupo de trabalho composto por técnicos do IMAC, SEF do IBAMA para discussão sobre o desenvolvimento do sistema em parceria e adequação dos instrumentos legais pertinentes aos trabalhos de monitoramento e controle. IBAMA e IMAC instituíram também um documento preliminar que autoriza o transporte de cargas do interior até os pontos em que o acesso à internet é possível.

No caso da Reposição Florestal, esta vem sendo cobrada por meio de taxa dos detentores de autorizações de exploração florestal em corte raso (desmatamento) no momento de emissão da AUTEX. A Reposição incide apenas sobre o volume comercial explorado na au-

torização. O valor cobrado atualmente é de R\$ 10,80/m³. Os recursos oriundos da cobrança são direcionados ao Fundo Estadual Florestal. O valor total arrecadado desde que o Estado assumiu o Sistema DOF e o controle da Reposição foi de aproximadamente R\$ 1 milhão em meados de 2009.

V) Ações integradas de controle desmatamento e queimadas

A partir do estabelecimento do Termo de Cooperação Técnica 01/2008 firmado entre o Governo do Estado através da SEMA; IMAC e IBAMA cujo objetivo visa integrar ações e permitir a manutenção da redução das taxas desmatamento e queimadas; Cooperação mútua para implementação de programas e projetos ambientais nas áreas de monitoramento, fiscalização, educação ambiental.

Paralelamente tem se buscado padronizar e estabelecer procedimentos de comando e controle com vistas a promover a redução dos desmatamentos e, por conseguinte o uso do fogo no estado do Acre.

Atualmente foram desenvolvidas algumas ações objetos do Termo como:

- Criado Núcleo Estratégico com o objetivo de operacionalizar o Combate ao desmatamento e queimadas com ações interinstitucionais entre IBAMA/AC, IMAC e SEMA, com parceria também com Corpo de Bombeiros, Pelotão Florestal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Exército, FUNTAC, INCRA, ITERACRE, IDAF, SEAPROF, SEAP, SEF, ABIN, SIPAM, dentre outros;
- Está em fase de implementação a base única de informações sobre desmatamento e queimadas que subsidiarão as ações de controle institucional;
- Estão sendo realizadas ações de monitoramento e fiscalização (fiscalização de campo, sobrevôos, imagens de satélite e denúncias);
- Está sendo criado um banco de dados comum com informações sobre as sanções aplicadas;
- Promover a regularização ambiental de propriedades rurais identificadas na execução do Plano de Ação Integrada de Controle Ambiental do Acre atra-



vês da inserção na Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal.

3.4.3. Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais

A Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais do Acre foi criada pelo Decreto Estadual No 3.415 de setembro de 2008, com o objetivo de propor e avaliar programas, ações e atividades voltadas para a prevenção, controle e mitigação dos impactos decorrentes de queimadas, secas, desmatamentos, enchentes, acidentes com produtos químicos perigosos e outros eventos de riscos ao meio ambiente decorrente das atividades antrópicas e dos efeitos das mudanças climáticas globais.

A comissão é vinculada à SEMA-AC e composta pelos seguintes órgãos e instituições: SEMA, Sec. Estadual de Educação, Sec. Est. de Saúde, Sec. de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal e Produção Familiar, Sec. Est. de Obras Públicas, Sec. Est. de Planejamento, Instituto de Meio Ambiente do Acre, Inst. de Terras do Acre, Defesa Civil Estadual e Municipal de Rio Branco, Corpo de Bombeiros Militar do Acre, Fundação de Tecnologia do Est. do Acre, Dep. De Estradas e Rodagem do Acre, IBAMA, UFAC, MPE, MPF, Embrapa-Acre, Exército, PRF, Federação das Indústrias do Acre, Dep. de Pesos e Medidas Marcas e Patentes, PM - Pelotão Florestal, Inst. de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre, Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Acre e Procuradoria-Geral do Estado do Acre.

Além de operar em regimes de emergência, a Comissão de Gestão de Riscos focaliza seus trabalhos atualmente na elaboração do Plano Estadual de Gestão de Riscos Ambientais.

3.4.4. Plano de Ação para Regularização e Licenciamento Ambiental dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Este Plano de Ação Integrado tem por objeto a cooperação e o apoio técnico entre o INCRA e o Governo do Estado do Acre através da SEMA, IMAC, ITERACRE, SEF e SEAPROF na formulação e implementação de medidas para promover a regularização ambiental e o desenvolvimento de atividades sustentáveis nos Projetos de Assentamentos.

Considerando a necessidade do cumprimento do Acórdão nº 2633/2007, plenária do TCU, de 05 de dezembro de 2007 para observância e cumprimento da Resolução do CONAMA nº 387/2006 que trata do licenciamento dos assentamentos de reforma agrária, e considerando a imperiosa necessidade dos

Projetos de Assentamentos serem devidamente licenciados no Estado do Acre, foi realizado o TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, para que seja realizada a formulação e implementação de medidas que promovam a regularização ambiental dos projetos de Assentamentos no Estado do Acre. Assim, está sendo elaborado um Plano de Trabalho Integrado entre o Governo do Estado do Acre e o INCRA, para regularização ambiental dos PA's de acordo com o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, segunda fase.

O referido Plano de Trabalho tem por objetivo estabelecer cronograma de metas e prazos para realizar a implementação de medidas para promover a regularização ambiental e o desenvolvimento de atividades sustentáveis nos Projeto de Assentamentos situados no Estado do Acre.

3.5. Outras Iniciativas Relevantes

3.5.1. Gestão Ambiental Compartilhada

Os trabalhos no âmbito da gestão ambiental compartilhada sob competência do Governo do Estado são desenvolvidos atualmente pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente e Território – SISMAT, composto pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC) e Instituto de Terras do Acre (ITERACRE), cuja missão é integrar as ações relacionadas a meio ambiente e território. A Secretaria Estadual de Florestas (SEF), assim como a Unidade Central de Geoprocessamento (UCEGEO), IBAMA e o ICMBio são outras instituições protagonistas no arranjo institucional a cargo da Gestão Florestal e Ambiental no Estado do Acre.

As prefeituras municipais no âmbito de seus recursos se comprometem a criar Secretarias Municipais de Meio Ambiente, dando-lhes condições de funcionamento, podendo as mesmas funcionar agregadas com outra pasta como ocorre atualmente em alguns casos, por exemplo, secretarias de agricultura e meio ambiente. Como parte prioritária destas ações estará as de educação ambiental visando o uso adequado dos recursos naturais, produção sustentável e, conseqüentemente, evitar o uso do fogo.

Até o momento, dos 22 municípios do Estado, apenas dois não contam com uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Apenas 14 municípios tem Conselhos Municipais de Meio Ambiente criados por Lei, destes 5 são atuantes. Com relação as ações municipais de controle do uso do fogo, apenas 15 municípios tem Comitês do Fogo com seus respectivos Planos de Contingência, mas nenhum município conta com um Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento Muni-



pal – PPCD-M para o qual o governo está buscando financiamento para apoiar os municípios no desenvolvimento e implementação de seus PPCDMs.

3.5.2. Unidade Central de Geoprocessamento – UCEGEO

A UCEGEO se constitui em um laboratório de geoprocessamento sediado na Fundação de Tecnologia do Estado do Acre – FUNTAC e foi criada para armazenar, integrar, gerenciar, atualizar e disponibilizar todas as geoinformações do Estado, com destaque para a base de dados gerada no âmbito do Zoneamento Ecológico Econômico. Também cabe à UCEGEO realizar estudos, pesquisas e projetos referentes aos aspectos cartográficos, territoriais, desmatamentos, cobertura de solos, processamentos de imagens, modelagem ambiental e temas afins.

A central conta atualmente com 07 técnicos com experiência nas áreas de Sistemas de Informação Geográfica – SIG, Sensoriamento Remoto, Banco de Dados e Sistema de Posicionamento Global – GPS. Considerando suas novas atribuições no âmbito da gestão florestal, a UCEGEO está sendo atualmente re-estruturada, a partir da aquisição de equipamentos, softwares

(programas) e pessoal. Mudanças em sua estrutura operacional também estão sendo discutidas.

Uma consultoria contratada para subsidiar os trabalhos de re-estruturação da unidade³³, propôs uma estrutura organizacional com os seguintes setores: (i) Manutenção da Base Cartográfica e do ZEE/AC; (ii) Monitoramento da Cobertura do Solo; (iii) Monitoramento do Desmatamento e Queimadas; (iv) Monitoramento das Ações da Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal; (v) Manutenção do Banco de Dados Geográficos; (vi) Atendimento à comunidade; e (vii) Formação dos Recursos Humanos e Sociedade. Em função das demandas planejadas, foi sugerida complementação da equipe com a contratação de 17 técnicos

Um serviço de disponibilização de dados e informações pela internet via MAPServer está sendo desenvolvido atualmente. A modelagem do banco de dados está sendo realizada com o apoio do SIPAM, seguindo as normas da CONCAR, e vai utilizar as tecnologias PostGres, PostGIS e SQL. Uma customização em Java vai ser feita na homepage da UCEGEO. A base cartográfica em escala 1:100.000 foi auditada pelo CIGEX e está sendo corrigida e homologada pela Tecnomapas. A base deve estar disponível em outubro de 2009.

³³ Auditoria na Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto do Estado do Acre – UCEGEO, Governo do Estado do Acre, 2007.



Lista de Siglas

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AC	Acre
AMAC	Associação dos Municípios do Acre
ANA	Agência Nacional de Águas
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental
ASIMMANEJO	Associação das Indústrias Manejadoras do Estado do Acre
AUTEX	Autorização para Exploração
BASA	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGEACRE	Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre
CDRU's	Concessão de Direito Real de Uso
CEF	Caixa Econômica Federal
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDIAC	Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre
CONSAD	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Acre
COOPERACRE	Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre
CPTec	Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos
CTA	Centro dos Trabalhadores da Amazônia
DEAS	Departamento Estadual de Águas e Saneamento
DERACRE	Departamento de Estradas e Rodagem do Acre
DOF	Documento de Origem Florestal
DPCD	Departamento de Articulação de Políticas para Amazônia e Controle do Desmatamento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNTAC	Fundação de Tecnologia do Estado do Acre
FAEAC	Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Acre
FETACRE	Federação dos Trabalhadores (as) Rurais do Estado do Acre
FIEAC	Federação das Indústrias do Estado do Acre
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEEs	Gases de Efeito Estufa
GTZ	Cooperação Técnica Alemã
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade



ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDAF	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDM	Instituto Dom Moacir
IMAC	Instituto de Meio Ambiente do Acre
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM	Instituto de Pesquisas da Amazônia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITERACRE	Instituto de Terras do Acre
MAP	Madre de Diós, Acre e Pando
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
OGE	Orçamento Geral do Estado
OGU	Orçamento Geral da União
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTL	Ordenamento Territorial local
PARNA	Parque Nacional
PA	Projeto de Assentamento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAE	Projeto de Assentamento Agro-Extrativista
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDC	Plano de Desenvolvimento Comunitário
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PMFS	Plano de Manejo Florestal Sustentável
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPCD	Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento
PPCDAM	Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia
PROACRE	Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre
PROARCO	Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal
PRODES	Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PGAI	Projeto de Gestão Ambiental Integrada
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PLERH	Plano Estadual de Recursos Hídricos
PNMA	Programa Nacional de Meio Ambiente
PNMC	Plano Nacional de Mudanças Climáticas
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
RAPPAM	Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Unidades de Conservação
RESEX	Reserva Extrativista
RL	Reserva Legal
RTF	Região da Tríplice Fronteira
SEAP	Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária
SECIAS	Secretaria de Estado de Cidadania e Assistência Social
SEOP	Secretaria de Estado de Obras Públicas
SDCT	Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente



SEF	Secretaria de Estado de Florestas
SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda
SEAPROF	Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar
SECOM	Secretaria de Estado de Comunicação
SAI	Secretaria de Articulação Institucional
SEPLANDS	Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável
SESACRE	Secretaria de Estado de Saúde do Acre
SEJUDH	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos
SEE	Secretaria de Estado de Educação
SAD	Sistema de Alerta de Desmatamento
SAF	Sistema Agroflorestal
SEANP	Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECEX	Secretaria Executiva
SEMEIA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Branco
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SLAPR	Sistema de Licenciamento Ambiental da Propriedade Rural
SR	Superintendência Regional
STR	Sindicato dos (as) Trabalhadores (as) Rurais
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Terra Indígena
WWF	World Wildlife Found
UC	Unidade de Conservação
UICN	União Internacional para Conservação da Natureza
UnB	Universidade de Brasília
UFAC	Universidade Federal do Acre
UPA	Unidade de Produção Anual
ZAP	Zona de Atendimento Prioritário
ZEAS	Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural de Rio Branco
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico
ZED	Zona Especial de Desenvolvimento



Referências

- Acre em números 2007-2008, Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN, 2008.
- Acre, Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre fase II: documento Síntese – Escala 1:250.000. Rio Branco: SEMA, 356p, 2006.
- Alencar, A., et al.. Desmatamento na Amazônia: indo além da emergência crônica. Belém, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM, 2004.
- Amaral, E.F. & Xavier, A.. Zonas de Atendimento Prioritário – Uma estratégia de inclusão social com planejamento de territórios locais. SEMA, Rio Branco, (2008).
- Araújo, E.A. et. al. Aptidão Natural para Mecanização Agrícola dos Solos do Estado do Acre - Informativo Técnico ZEE/AC 10, SECTMA, EMBRAPA Acre, Rio Branco, 2001.
- Auditoria na Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto do Estado do Acre – UCEGEO, Governo do Estado do Acre, 2007.
- Avaliação Ambiental Projeto PROACRE, Secretaria de Planejamento e Secretaria de Meio Ambiente, Governo do Estado do Acre, outubro de 2008.
- Bitencourt, M.B.; Dias, S.A.; Silva, F.G; A Inserção da Pecuária Bovina de Corte no Acre e sua Participação no PIB do Agronegócio Brasileiro no Período de 1998 a 2007. Pôster XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, Rio Branco – AC, 2008.
- Diagnóstico do Setor Madeireiro do Acre em 2002 – Relatório Final. Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo – SEFE, Rio Branco, 2002.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Abate bovino inspecionado no Acre cresce 85% no primeiro trimestre de 2007. Disponível em <<http://www.cpaefac.embrapa.br/chefias/cna/artigos/.htm>>. Acesso em 21 de outubro 2009.
- Felix, I.M. et. al.. Diagnóstico da situação fundiária na região da Tríplíce Fronteira do Amazonas, Acre e Rondônia. INTARE/GTZ, São Paulo, 2009.
- Franke, I.L., Manejo Florestal Madeireiro e Contenção do Desmatamento no Estado do Acre. Secretaria de Estado de Florestas. Rio Branco, 2008.
- Gestão Ambiental no Governo da Floresta, SEMA e IMAC, período 1999 – 2006. Governo do Estado do Acre, KFW, GTZ, PGAI-Acre. Rio Branco, dezembro de 2006.
- Gerwing, J. & Vidal, E.. Degradação de florestas pela exploração madeireira e fogo na Amazônia Oriental Brasileira. Série Amazônia no20: IMAZON, Belém, 2002.
- Identificação de áreas críticas ao longo das estradas BR 364 e 317, estados do Acre, Rondônia e Amazonas. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM & Consórcio MABE, 2009.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ac&tema=pecuaria2007>, acessado em 21 de outubro de 2009.
- Lima A.. Orientações Estratégicas para Tratamento dos Passivos Florestais no Estado do Acre. Estudo elaborado para o ZEE/AC Fase II, Rio Branco, 2006.
- Meneses Filho, L. & Almeida, D. Análise de contexto e de atores na região da fronteira MAP – Brasil. Rio Branco, 2008.

Meneses, R.S de. A importância da reserva legal na geração de renda de pequenos produtores rurais: Estudo de caso no Estado do Acre. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004. 115p.

Oliveira, H. de; Bardales, N. G.. Aptidão natural de uso da terra no Estado do Acre. Zoneamento Ecológico Econômico: Fase II. Rio Branco: SEMA, 2006.

Plano Amazônia Sustentável – PAS, Diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira, Governo Federal, 2008.

Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAM, Governo Federal, 2004.

Plano de Recuperação de Áreas Alteradas, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Governo do Estado do Acre, 2008.

Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre - ZEE/AC, Fase II, Governo do Estado do Acre, 2006.

Plano Zona de Atendimento Prioritário da BR 364 - Bases Estratégicas de Desenvolvimento Territorial do trecho Feijó-Manuel Urbano, Governo do Estado do Acre, 2009.

Scheffler, L. F. Macrotendências sócio-econômicas do Estado do Acre. Rio Branco: SEMA/IMAC. Artigo produzido para o ZEE Fase II, 2006.

Soares-Filho B. S.a; Nepstad, D.; Curran, L.; Voll, E.; Cerqueira,G.; Garcia, R. A.; Ramos, C. A.; Mcdonald, A.; Lefebvre, P.; Schlesinger, P. Modeling conservation in the Amazon basin. Nature, London, v. 440, p. 520-523, 2006.

Wadt L. H.; Valentin, J. F.; Pereira, J. B. M.; Uso do fogo na agricultura do Acre. Agronline.com.br. Disponível em: <http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=449>. Acesso em: 26 de maio de 2010.





REINO DA NORUEGA



Ministério do
Meio Ambiente

